



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Renata Gonçalves Roma

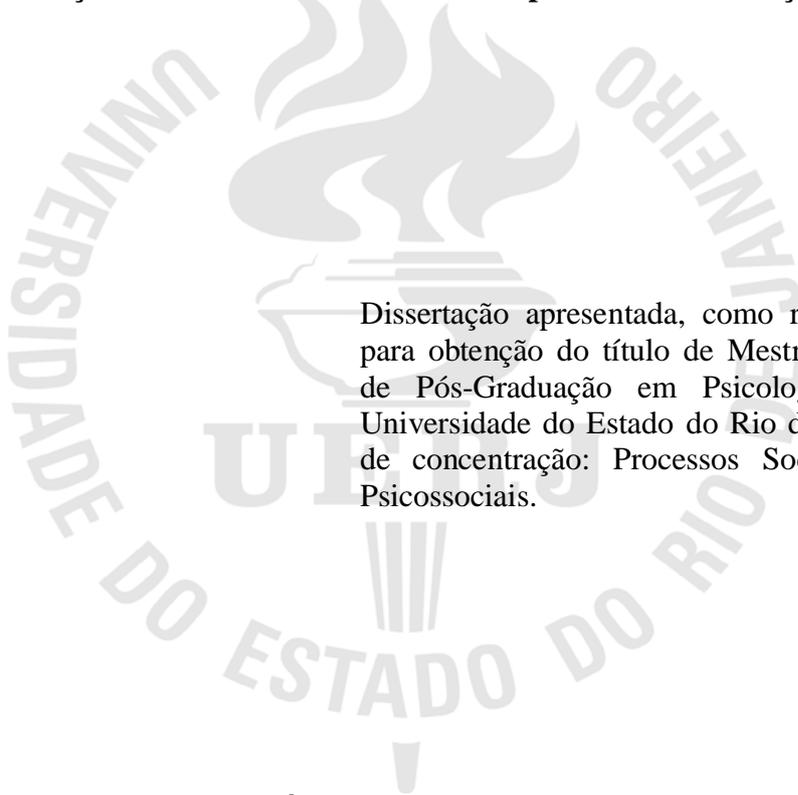
Família em transição: a inclusão da família na compreensão da transição de gênero

Rio de Janeiro

2022

Renata Gonçalves Roma

Família em transição: a inclusão da família na compreensão da transição de gênero



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Processos Sociocognitivos e Psicossociais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Edna Lúcia Tinoco Ponciano

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

R756 Roma, Renata Gonçalves
Família em transição: a inclusão na compreensão da transição de gênero /
Renata Gonçalves Roma. – 2022.
127f.

Orientadora: Edna Lúcia Tinoco Ponciano.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Instituto de Psicologia.

1. Família – Teses. 2. Transição de gênero – Teses. 3. Luto – Teses. I.
Ponciano, Edna Lúcia Tinoco Ponciano. II. Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.

bs

CDU 316.6

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Renata Gonçalves Roma

Família em transição: a inclusão da família na compreensão da transição de gênero

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Processos sociocognitivos e psicossociais.

Aprovada em 30 de junho de 2022.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Edna Lúcia Tinoco Ponciano (Orientadora)

Instituto de Psicologia - UERJ

Prof.^a Dr.^a Terezinha Féres Carneiro

Pontifícia Universidade Católica - PUC

Prof. Dr. Jorge Gato

Universidade do Porto – UP

Rio de Janeiro

2022

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à comunidade transgênera, incluindo os seus familiares.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente ao destino, minha crença favorita, e a todos os encontros que me guiaram até aqui.

À minha família, agradeço pelo indubitável apoio em todos os momentos, e pela inegável inspiração para realizar este trabalho. Este estudo é também sobre cada um de nós.

À minha mãe, por todas as vezes que me acalmou dizendo “que ia dar tudo certo”. Realmente “deu”, e essa conquista é nossa.

Ao meu pai, pela coragem de mudar de opinião, e por embarcar nessa aventura que é fazer parte de uma família em transição.

Ao meu irmão João Paulo e à minha cunhada Roberta, por todo carinho e pelo apoio nos últimos tempos.

À Maria de Miranda, à Flávia Chiapetta e ao Sérgio Gomes, pelas incontáveis horas de escuta e de acolhimento. Obrigada por tudo.

À comunidade LGBTQIA+, em especial às pessoas trans que cruzaram o meu caminho. Obrigada por mostrarem-me quem eu realmente sou.

À minha orientadora Edna, que tão carinhosamente me acolheu e acreditou no meu potencial. Sou imensamente grata pela paciência, pelo carinho, pelas orientações e por essa oportunidade única. Você foi essencial!

À Patrícia Modecack e à Janaína Janini, pelas valiosas interlocuções e pelas inúmeras indicações de famílias participantes. Obrigada pelo incentivo!

Aos meus amigos, recentes e de longa data, por compreenderem a minha ausência e pelo interesse legítimo em tudo que eu produzo. Obrigada por serem a rede em todo grande salto que eu dou.

À equipe do DERA, por todo o apoio e pelo acolhimento ao longo desta jornada. Agradeço especialmente às amigas Ana Luísa, Ludmilla, Ana Cléa e Kátia.

Aos amigos que fiz na UERJ, em especial ao Marcelo Aceta e a Renata Azeredo. Obrigada por todas as vezes que estiveram presentes.

Às professoras Terezinha Féres Carneiro, Anna Paula Uziel, Rosana Rapizo, Ana Maria Feijoo e ao professor Jorge Gato. Obrigada pela leitura atenta ao meu trabalho, pelas inúmeras contribuições e pelo acolhimento ao longo deste percurso.

À UERJ, por resistir tão bravamente, e por me receber de portas e de corações sempre abertos.

Ao instituto Elizabeth Kubler Ross, EKR- Brasil, pela bolsa de estudos integral em sua instituição. O aprofundamento nas técnicas e nas teorias sobre o luto foi essencial para a minha pesquisa.

Por fim, mas não menos importante, a todas as famílias que confiaram em mim e na proposta deste estudo. Obrigada por serem tão abertas, e por me permitirem transitar um pouco com vocês.

Muita coisa não posso te contar. Não vou ser autobiográfica. Quero ser “bio”. Escrevo
ao correr das palavras”.

(Clarice Lispector – Água Viva, 1973)

RESUMO

ROMA, Renata Gonçalves. *Família em transição: a inclusão da família na compreensão da transição de gênero*. 2022. 127f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

A expressão “família em transição” vem sendo utilizada por distintos campos teóricos para abordar as mudanças em curso na família nuclear contemporânea. Trata-se de um termo recorrente na abordagem de temas concernentes aos novos arranjos familiares, que questionam a família nuclear tradicional, e as novas possibilidades de organização em família. O presente estudo propõe a resignificação do termo supracitado para abordar a inclusão da família na compreensão do processo de transição de gênero, evidenciando, neste fenômeno, uma perspectiva mais complexa e mais inclusiva do grupo familiar. Abordamos, portanto, os “trânsitos”, ou os movimentos desencadeados a partir da transição de gênero na família, considerando os rearranjos e os manejos que um evento desta natureza pressupõe. Partindo da abordagem integrativa das psicoterapias de família, utilizamos os conceitos de luto e de readoção psíquica, oriundos dos enfoques psicanalíticos, para compreender e instrumentalizar a dinâmica sistêmica deste processo. A importância de compreender o luto justifica-se pelo movimento intrínseco à transição, marcado profundamente pela morte simbólica de alguém que, conjuntamente ou não de seus familiares, deverá renascer a partir de uma nova identidade. Já o conceito de readoção psíquica abarca a inclusão da identidade emergente, ao longo da transição, como parte do clã familiar. Tais processos ocorrem concomitantemente em suas dimensões interacionais e psicodinâmicas, caracterizando o movimento de trânsito familiar. Com o objetivo de incluir a família na compreensão do processo de transição de gênero, propondo uma abordagem complexa, dinâmica e que reconhece o grupo familiar neste fenômeno, realizamos um estudo qualitativo por meio da elaboração de quatro entrevistas semiestruturadas realizadas com todo o grupo familiar, reunindo os diferentes componentes da trama transgênera. Tais entrevistas foram gravadas mediante autorização prévia de cada participante, e o material coletado foi transcrito e interpretado utilizando o método de análise de conteúdo. Como resultado, evidenciamos que a transição de gênero, protagonizada pela pessoa trans, instaura na família uma transição de natureza psicossocial, afetando-a individual e coletivamente em múltiplos níveis. A família em transição apresentou-se como um grupo emocionalmente complexo, potencialmente enlutado, eventualmente alheio à própria condição, às voltas com uma adolescência tardia e em vias de readotar, neste processo, a transidentidade emergente.

Palavras-chave: transição de gênero, família em transição, luto, transexualidade.

ABSTRACT

ROMA, Renata Gonçalves. *Family in Transition: the inclusion of the family in the understanding of the gender transition*. 2022. 127f. Dissertação (Mestrado) em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

The expression “family in transition” has been used by different theoretical fields to address the ongoing changes in the contemporary nuclear family. It is a recurrent term in the approach of themes concerning the new family arrangements, which question the traditional nuclear family, and the new possibilities of family organization. The present study proposes the resignification of the aforementioned term to address the inclusion of the family in the understanding of the gender transition process, evidencing, in this phenomenon, a more complex and more inclusive perspective of the family group. Therefore, we approach the “transits”, or the movements triggered by the transition of gender in the family, considering the rearrangements and the managements that an event of this nature presupposes. Starting from the integrative approach of family psychotherapies, we used the concepts of grief and psychic readoption, derived from psychoanalytic approaches, to understand and implement the systemic dynamics of this process. The importance of understanding grief is justified by the movement intrinsic to the transition, deeply marked by the symbolic death of someone who, together or not with their family members, must be reborn from a new identity. The concept of psychic readoption, on the other hand, encompasses the inclusion of the emerging identity, throughout the transition, as part of the family clan. Such processes occur concomitantly in their interactional and psychodynamic dimensions, characterizing the family transit movement. In order to include the family in the understanding of the gender transition process, proposing a complex, dynamic approach that recognizes the family group in this phenomenon, we carried out a qualitative study through the elaboration of four semi-structured interviews carried out with the entire family group, bringing together the different components of the transgender plot. These interviews were recorded with the prior authorization of each participant, and the material collected was transcribed and interpreted using the content analysis method. As a result, we show that the transition of gender, carried out by the trans person, establishes a transition of a psychosocial nature in the family, affecting it individually and collectively at multiple levels. The family in transition presented itself as an emotionally complex group, potentially bereaved, possibly oblivious to their own condition, dealing with late adolescence and in the process of re-adopting, in this process, the emerging transidentity.

Keywords: family, gender transition, family in transition, grief, gender, transsexuality.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Dados sociodemográficos	89
Tabela 2. Categorias e eixos.....	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LGBTQIA+ - Lésbicas Gays Bissexuais Transexuais Queer Intersexo Assexuado + (sigla do movimento referente aos respectivos grupos supramencionados)

TRANS – Transgênero ou Transexual

TCLE – Termo de consentimento livre e esclarecido

SUS – Sistema único de saúde

Tgeu – Transgender Europe

CEP – Conselho de ético e pesquisa

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO.....	14
1	RESGATE HISTÓRICO: DA FAMÍLIA ÀS TRANSIDENTIDADES.....	24
1.1	Desnaturalizando o preconceito: breve percurso histórico acerca das famílias e das transgeneridades.....	25
1.2	O surgimento da família moderna e as diversidades na família.....	27
1.3	Breve histórico sobre as transgeneridades no Brasil e no mundo.....	29
1.4	Imaginário social brasileiro e transidentidades: uma perspectiva histórica acerca da comunidade trans no cenário nacional.....	32
2	A EXPERIENCIA EMOCIONAL DA FAMÍLIA EM TRANSIÇÃO: TRÂNSITO FAMILIAR, LUTO E READOÇÃO PSÍQUICA.....	39
2.1	Abordagem integrativa de compreensão da família.....	39
2.2	Principais definições teóricas sobre o Luto.....	42
2.2.1	<u>Dor e dor da dor”: Distinções conceituais acerca do luto na família em transição.....</u>	46
2.2.2	<u>Luto e ritos de passagem na experiência emocional da família em transição</u>	49
2.2.3	<u>A Transição como reedição da adolescência: as implicações familiares de uma puberdade tardia.....</u>	54
2.2.4	<u>Luto nos diferentes subsistemas familiares.....</u>	65
2.3	Readoção no contexto da família em transição.....	68
2.3.1	<u>Readoção compreendida como um realinhamento dos papéis familiares.....</u>	70
2.3.2	<u>Readoção compreendida a partir do conceito de <i>self</i> dialógico.....</u>	72
2.4	Trânsito familiar: articulando os conceitos de luto e de readoção psíquica na família transgênera.....	75
2.4.1	<u>Os tempos possíveis de uma transição de gênero.....</u>	76
3	METODOLOGIA.....	79
3.1	Reflexividade e subjetividade da pesquisadora.....	80
3.2	Objetivos geral e específico.....	82
3.3	Método.....	82
3.3.1	<u>Instrumentos.....</u>	83
3.3.2	<u>Ficha de dado sociodemográficos.....</u>	83

3.3.3	<u>Roteiro de entrevista semiestruturado</u>	83
3.3.4	<u>Procedimentos</u>	85
3.4	Análise de dados	85
3.4.1	<u>Participantes</u>	86
3.4.2	<u>Apresentação das categorias</u>	88
3.5	Resultados	90
3.5.1	<u>Eixo 1 – Dinâmica familiar</u>	90
3.5.2	<u>Eixo II – Atravessamentos sociais</u>	93
3.6	Discussão	95
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
	REFERÊNCIAS	124
	ANEXO A	128

APRESENTAÇÃO

A expressão “família em transição” vem sendo utilizada por distintos campos teóricos para abordar as mudanças em curso na família nuclear contemporânea. Trata-se de um termo recorrente na abordagem de temas concernentes aos novos arranjos familiares, que questionam a família nuclear tradicional, e as novas possibilidades de organização em família (POMBO, 2019). O presente estudo propõe a ressignificação do termo para abordar a influência específica da família no processo de transição de gênero, propondo uma abordagem mais complexa e inclusiva do grupo familiar neste fenômeno. Abordamos, portanto, os “trânsitos familiares” que ocorrem a partir da transição de gênero na família, considerando os rearranjos e manejos que um evento desta natureza pressupõe.

Tal motivação é fruto da experiência pessoal como paciente em um ambulatório de endocrinologia especializado no atendimento à população transgênera e seus familiares. Tive, por este motivo, a oportunidade de conhecer sujeitos em diferentes estágios da transição e, durante longas conversas na sala de espera, inteirar-me de seus anseios e de suas histórias pessoais. Chamou-me atenção, neste período, a presença pontual de alguns familiares que acompanhavam os pacientes em suas consultas, e, sobretudo, o que isso representava. A presença de pais, irmãos e eventualmente cônjuges na condição de acompanhantes destes pacientes era um indicador de apoio e de aceitação por parte da família à dura jornada que estes sujeitos enfrentavam e, infelizmente, uma exceção à regra. O cenário mais recorrente é o da rejeição da pessoa trans pelo grupo familiar após o início formal da transição (LOMBARDI, 2017). Este, dentre outros fatores, torna a população trans um grupo de extrema vulnerabilidade social (CARVALHO, 2016, COUTINHO, 2018), já que a grande maioria é forçada a recorrer à prostituição ou a outras atividades tidas como marginalizadas para sobreviver após uma ruptura com o grupo familiar e com o entorno social mais amplo. A mínima inserção no mercado de trabalho formal e a falta de uma rede de apoio infelizmente marcam a trajetória daqueles que ousam questionar o designo biológico de gênero (LANZ, 2017).

Por esta razão iniciei um questionamento acerca da participação do grupo familiar neste processo e, principalmente, suas vicissitudes. Percebi, ao longo do período supracitado, que os sujeitos que relatavam possuir o apoio da família eram mais bem-sucedidos não somente nos assuntos diretamente ligados à transição como também em outros âmbitos da

vida (conjugal, profissional). Neste sentido, o apoio grupal familiar parecia ter papel determinante na reinserção social destes sujeitos durante e após o término formal da transição de gênero.

Tradicionalmente, a transição de gênero tem sido definida como uma resposta individual oferecida pela pessoa trans frente à uma inadequação ao gênero biológico, e a consequente inscrição social em um universo simbólico correspondente. Neste sentido, a transição foi concebida como uma crise identitária de natureza meramente individual, marcada pelo questionamento e pela reformulação da identidade por meio de uma série de transformações que perpassam todas as dimensões da personalidade (PRECIADO, 2020). Assim, a compreensão da transição centrada exclusivamente no protagonismo da pessoa transgênera tende a oferecer um entendimento parcial deste processo, pois exclui uma vasta gama de personagens que são afetados ao mesmo tempo em que afetam o processo de transição.

Deste modo, evidenciou-se a necessidade de atentar para as repercussões emocionais da transição não somente nas pessoas trans, mas também nos grupos familiares aos quais estas pertenciam. Assim, evidenciaremos como a transição de gênero pode em si conter transições outras, de natureza psicossocial, que contemplem os demais membros da “família transgênera”, e abordaremos a importância de reconhecer e de legitimar a vivência destes familiares como partes integrantes deste processo.

Não obstante, este é um tema em que as esferas pessoal e profissional de minha jornada interseccionam-se em um ponto comum de interesse. Como mulher transgênera e psicoterapeuta de família e casal, sinto-me duplamente impelida a debruçar-me sobre o tema proposto. De antemão, não se trata de circunscrever um lugar de fala possível (RIBEIRO, 2019), a partir da exposição de um percurso pessoal que me autorize a refletir sobre a totalidade de uma determinada classe. Sem dúvida alguma, ser uma mulher transgênera e uma psicoterapeuta especializada em famílias foi de grande valia para chegar a este ponto.

Ainda assim, conscientizo-me da singularidade do meu percurso, e reconheço que este me serve apenas como fonte de inspiração e de sensibilidade às questões que me são caras. O “lugar discursivo” neste sentido, configura-se como lugar “de fala e não de falo”. Corroboramos, assim, com a proposta de que este Falo simbólico da palavra, o “Eu Falo”, deve e precisa circular, abarcando e validando o máximo de narrativas possíveis na construção e na validação de saberes especializados. Sob este paradigma, ocupamos o “lugar de escuta” (DUNKER & RIBAS, 2019), uma escuta atenta e implicada, enquanto cedemos o

“lugar de fala” às famílias e aos autores que nos inspiraram ao longo deste estudo. Outrossim, não sou eu quem fala a partir de um percurso como mulher trans, mas sim as inúmeras narrativas outras, de homens e de mulheres transgêneros, juntamente de seus familiares, que falam, ao serem escutados por mim.

Introdução

O processo de abandonar o gênero de nascimento e migrar rumo a uma nova identidade, ou transição de gênero, é comumente descrito como a mera adequação em múltiplos níveis (social, psíquico, físico e imagético), às expectativas sociais referentes ao gênero com o qual o indivíduo se identifica (PRECIADO et al., 2020). Trata-se de um processo amplamente abordado em seu caráter meramente individual, sem necessariamente abarcar os inúmeros aspectos que operam na configuração e na manutenção da identidade transgênera, como a família, a rede e o entorno social mais amplo. Em consonância com uma sociedade marcada pelo individualismo contemporâneo (HOMEM, 2020), a transição foi compreendida e consagrada sob a ótica do indivíduo, e como sendo um processo experienciado somente por aquele que o protagoniza: a pessoa trans. Com isso, houve o apagamento progressivo dos inúmeros aspectos que dialetizam com o processo de transicionar nos gêneros, e, com eles, o vislumbre de uma percepção mais nítida e complexa das múltiplas influências atuantes na “trans-formação” da identidade.

Outrossim, ainda hoje a identidade transgênera é concebida como um espaço social imanente de subjetividades e de narrativas consonantes com a criação e com a manutenção de representações sociais estigmatizantes, e que persistem em representar pessoas trans (e outros integrantes do espectro LGBTQIA+) como avessos ao desejo de ser e de estar em família (PONCIANO, 2019). Com isso, para além de uma mera escolha vocabular, a passagem epistemológica “do indivíduo ao sujeito” objetiva incluir a família e os outros espaços sociais na concepção de narrativas e de práticas (clínicas e político-afirmativas) que abarquem a complexidade da trama transgênera. Trata-se, ainda, de questionar o viés ideológico de um movimento que insiste em representar transgêneros e outros sexo-gênero-divergentes como necessariamente descolados e alheios aos seus respectivos grupos familiares (PONCIANO, 2019).

Em contrapartida, uma recente onda de filmes, livros, e outros veículos midiáticos, como novelas e programas de televisão, estão retratando ou exibindo histórias reais de pessoas transgêneras que vivenciam suas transições conjuntamente com seus familiares, sem serem necessariamente excluídas do clã familiar após o início formal do processo (STONA, 2021). Trata-se de um movimento, ainda que incipiente, de legitimação e de validação positiva das inúmeras narrativas componentes de uma transição de gênero, como a dos pais, dos irmãos e dos possíveis cônjuges de uma pessoa trans. Apesar de discreto, este é um importante movimento de representatividade das “famílias em transição”, ainda que sem grandes ecos e ressonâncias nos espaços acadêmicos de produção do conhecimento.

Obviamente, não desconsideramos a vulnerabilidade social que ainda hoje incide majoritariamente sobre este grupo de pessoas (COUTINHO, 2018). De fato, à revelia dos avanços alcançados, o recorrente banimento de pessoas trans de suas famílias e dos espaços formais de trabalho (LOMBARDI, 2017) ainda ameaçam, em múltiplos níveis, as vidas de pessoas trans no Brasil e no mundo. Ao contrário do que se poderia supor, não há uma relação linear entre o aumento da visibilidade de pessoas trans nos meios de comunicação e uma melhoria de suas condições gerais de vida (PRECIADO, 2020). Não obstante, torna-se urgente o questionamento ético sobre o papel social das pesquisas e dos estudos com pessoas trans, bem como das exposições em veículos midiáticos, e a necessidade de incluir a família e os outros espaços sociais na produção de conhecimentos que legitimem e dignifiquem a vida destes sujeitos.

Ao apostar no poder transformador das narrativas, um estudo científico torna-se um manifesto político, e as palavras viram potentes agentes de transformação social (RIBEIRO, 2019). Neste sentido, o caráter psicoeducativo de um estudo com grupos estigmatizados consiste justamente na possibilidade de fornecer narrativas que atuem na desconstrução destes estigmas (PONCIANO, 2019). Dito isso, algumas indagações fazem-se prudentes: Primeiramente, em que medida a formulação de saberes alheios à realidade familiar dos transgêneros corroboram com a manutenção do cenário supracitado? Para além disso, até que ponto nós (pesquisadores e produtores de conhecimento) seríamos responsáveis por uma postura mais engajada e mais implicada na reformulação das representações sociais que permeiam o imaginário coletivo sobre este grupo? Em última instância, seria a transição de gênero, para além de um processo individual, “coisa de família”?

Nas palavras de Paul B. Preciado (2020), proeminente filósofo espanhol e ativista trans, a transição de gênero consiste em uma viagem marcada pela transposição de “múltiplas

fronteiras”. O autor estabelece um paralelo entre as transições de gênero e os processos migratórios entre países estrangeiros, evidenciando como, em ambos os casos, questiona-se tanto a arquitetura básica do Estado-Nação como a diferença sexual entre os sujeitos. Neste paradigma, pessoas trans, tal como os emigrantes ou os exilados políticos, encarnam corpos vivos situados “nos limites da cidadania”, entre fronteiras. Assim, como “um teatro imunológico no qual cada corpo é percebido como um inimigo em potencial” (p.173) ou “um espaço de destruição e produção de identidade” (p.228), as fronteiras, sejam estas migratórias ou de gênero, são compreendidas como espaços de franca suspensão do eu, onde as identidades nacional e sexual são constantemente verificadas e validadas pelos aparatos de controle do Estado Nação (PRECIADO, 2020). Nas fronteiras, o viajante necessita explicitar de onde vem e para onde vai, e nas migrações de gênero não é diferente. Com isso, a noção de travessia é ressignificada como “o espaço limiar entre o medo, a invisibilidade e a estranheza” (p.32), o que ao invés de fragilizar, potencializa a experiência do exilado, seja este sexual ou político. A pessoa trans passa a ser “representada como uma espécie de exilado que deixou para trás o gênero que lhe foi designado ao nascer” (p.221), e a transição, por outro lado, é compreendida como o pedido de asilo neste país diferente do de origem natal.

Para a socióloga e ativista transgênera Leticia Lanz (2016), ser uma pessoa transgênera é, em última instância, ser um “não ser”. A autora destaca como, à revelia da existência material, a vida subjetiva e até mesmo institucional (reconhecimento jurídico-legal) de pessoas transgêneras raramente é validada, reconhecida e legitimada de forma plena e respeitosa. Para além disso, o “olhar do outro” tende a funcionar como um “termômetro social” constante, validando o êxito da transição por meio do reconhecimento da pessoa como pertencente ao gênero com que ela se identifica. Com isso, as transições validadas e exaltadas socialmente tendem a ser aquelas que confirmem e reiterem o binarismo estrutural de gênero. Em outras palavras, segundo a autora, para ser aceita socialmente como uma pessoa trans deve-se, a priori, não parecer como tal. O “não ser”, neste sentido, reafirma-se até mesmo nos supostos casos de validação e aceitação social, uma vez que, subjacente à aceitação, ocorre a reafirmação das normas vigentes.

Corroborando com esta posição, Quintella (2018) define que a identidade transgênera constitui-se socialmente no espaço limiar entre os gêneros normativos. Segundo o autor, a noção de limiaridade social enfatiza a natureza fronteira de um devir trans situado “entre espaços”, no umbral da marginalidade e na ausência de contornos sociais bem definidos. Ao entrevistar travestis e mulheres transexuais, o autor percebeu a recorrência da expressão

“quase lá” nas narrativas de suas entrevistadas, e postulou que a identidade transgênera constitui-se a partir da frustração primária de nunca se atingir o lugar social almejado, o que acaba por acentuar a vulnerabilidade socioemocional destes sujeitos, sobretudo das mulheres. Opondo-se ao imaginário social e ao senso comum, o autor demonstra como a associação mítica entre a troca de gênero e passagem sob um arco-íris, na prática é substituída pela árdua e interminável jornada por reconhecimento e por realização pessoal. Nesta perspectiva, o prometido “pote de ouro” ao final do arco-íris raramente é encontrado, uma vez que, “quase sempre”, pessoas trans não são lidas socialmente como plenamente pertencentes ao gênero com o qual se identificam. Como quem aguarda “...na sala de espera entre dois sistemas excludentes” (PRECIADO, 2020 p.221) as pessoas em transição são comumente descritas como eternos viajantes do gênero, que à revelia do tempo de estrada, raramente chegam ao tão desejado destino final.

Neste contexto, o “migrante de gênero”, tal como quem deixa o seu país de origem, tentará inserir-se em um território estrangeiro, para o qual ainda não possui visto ou passaporte, e estará exposto a toda sorte de intempéries decorrentes da perda dos aparatos político-sociais básicos de amparo e de validação de sua existência, como o nome e a identidade sexual e/ou nacional (PRECIADO, 2020); além de lidar com os possíveis ataques xenófobos. Sobre este tema, a transfobia e a xenofobia são compreendidas como ataques deferidos àqueles que ousam transpor as fronteiras político-sexuais fictícias que lhes foram impostas ao nascer, com o intuito básico de garantir a permanência destes corpos nos espaços que lhes foi designado. A pessoa trans passa a ser compreendida como uma estrangeira na própria realidade, um exilado do gênero, e a transição, por outro lado, como o processo de validação de sua cidadania sexo-política.

A alusão à transição de gênero como uma migração social aparece nomeando outras obras clássicas sobre este tema, como na autobiografia de João Nery (2011), intitulada “Viagem Solitária”, na qual o autor narra a saga de ser o primeiro homem trans a ser operado em solo brasileiro, ainda durante a ditadura militar no país. Apesar das décadas e da distância física que os separaram, as obras de Nery (2011) e de Preciado (2020) aproximam-se ao conceber a transição como esta grande travessia rumo ao “gênero estrangeiro”. Seja ao encontro de si mesmo ou para um longínquo “Apartamento em Urano”, como na obra de Preciado (2020), a transição tende a ser descrita como um processo de transformação pessoal que ocorre, sobretudo, por meio das perdas e das rupturas ao longo do processo. Mais do que tornar-se algo, a transição evoca a desidentificação com todo o aparato simbólico-discursivo

que sustentava e legitimava uma ficção social imposta ao nascer: o nome, o gênero e a própria história (PRECIADO, 2020). Neste sentido, para além da passagem para um outro gênero, como veremos, a transição remonta à recusa inicial do lugar social designado ao nascer.

Nesta perspectiva, uma recente profusão de autores objetiva ressignificar, compreender, e oferecer narrativas que abarquem a complexidade multifacetada da experiência transgênera (LANZ, 2017), despatologizando e validando as idiosincrasias de um “devir trans” em permanente reconstrução. Por outro lado, evidencia-se, ainda hoje, a tendência de abordar a transição como um momento potencialmente turbulento, enfatizando as crises e as rupturas que lhes são tipicamente atribuídas (COUTINHO, 2018). Como consequência, a identidade transgênera, compreendida como espaço social de subjetivização possível (CAVALCANTI, 2018), acaba por produzir sujeitos que atendam a tais expectativas, confirmando e reproduzindo as representações sociais que lhes são características, como ruptura iminente com a família e a “personalidade turbulenta”. Em outras palavras, a “personalidade turbulenta” e potencialmente agressiva, não é um traço inerente às pessoas trans. Trata-se de uma leitura causal que precisa ser criticada e revista com urgência, dando lugar, quem sabe, ao ponto em comum a todos estes sujeitos: o sofrimento psíquico característico do processo de transição. Dito isso, o sofrimento psíquico inerente à experiência emocional da transição de gênero deve ser considerado não para estigmatizar, mas para acolher e para ajudar aos que realizam esta travessia, juntamente, quando possível, de seus respectivos familiares.

Não se trata, obviamente, de desconsiderar todo o histórico de perseguição política e de exclusão social sofrida por transgêneros no Brasil, e suas repercussões psicossociais na atualidade (CAVALCANTI, 2018). Ainda assim, acreditamos que a inclusão da família na compressão e na análise das inúmeras travessias de gênero oferece um olhar inédito sobre o tema, incluindo e validando os dramas pessoais dos inúmeros atores componentes desta trama.

Assim, como proposto por Preciado (2020), Nery (2011) e tantos outros, o migrante de gênero realizará uma viagem sem precedentes, e da qual a família é convidada no presente estudo a participar. Como veremos, o processo de transição concebido individualmente como ruptura identitária gerará um turbilhão de emoções também em seus familiares, e tal fato tende a ser ignorado em sua complexidade na compreensão e na análise do “fenômeno trans”. Assim, compreender como o grupo familiar responde e interage às mudanças inerentes ao processo merece total atenção para uma compreensão mais ampla e mais fidedigna deste

processo, bem como para a elaboração de estratégias clínicas mais eficazes visando à assistência e ao acolhimento das diversas partes envolvidas.

Pensar sobre “a família em transição” tornou-se urgente, bem como investigar a relevância do grupo familiar em um processo já amplamente discutido no âmbito individual. Por meio de uma abordagem histórica e de uma perspectiva teórica integrativa de compreensão da família (FÉRES-CARNEIRO, 1996), pretendemos investigar a influência deste grupo no processo de transição de gênero, sobretudo em seu desfecho, propondo uma abordagem dinâmica e inclusiva da família. Outrossim, enfatizamos a intensa mudança no jogo dos papéis familiares que ocorre quando um de seus integrantes migra no gênero. Neste paradigma, a transição surge como elemento de imprevisibilidade (MORIN, 1994) que desorganiza e transforma o sistema familiar em diferentes níveis sociopsicológicos, evocando sentimentos diversos, vivenciados de maneiras distintas, pelas partes envolvidas. Por um lado, temos o sujeito trans que vive uma crise existencial inerente ao processo de transição. Por outro, seus familiares, que precisam trabalhar internamente e na prática com as transformações que ocorrem ao longo desta experiência.

Assim, partindo da premissa de que as abordagens sistêmicas de compreensão da família e as teorias psicanalíticas da mesma natureza articulam-se de forma consciente das fronteiras epistemológicas de cada modelo, como propõe a abordagem integrativa das psicoterapias de família (FÉRES-CARNEIRO, 1996), utilizamos os conceitos de luto e de readoção psíquica, oriundos destes respectivos enfoques, para compreender e instrumentalizar conceitualmente a dinâmica deste processo. Segundo a autora, enquanto os enfoques sistêmicos tradicionalmente buscam compreender e modificar os comportamentos disfuncionais da família, as linhas psicanalíticas, por sua vez, debruçar-se-iam somente sobre os conteúdos intra e inter-psíquicos subjacentes ao comportamento familiar manifesto. Acreditamos que ambos os conceitos ocupam lugar de protagonismo na complexa engrenagem operante no movimento de aceitação ou de exclusão do sujeito transgênero por parte de sua família.

A transição de gênero, já amplamente discutida como um processo unicamente individual (BENTO et al., 2017), potencialmente afeta o grupo familiar de forma integral. Além disso, concomitantemente à transição de gênero, ou seja, a protagonizada pela pessoa trans, ocorre uma transição de natureza psicossocial pela qual toda família é impactada, individual e coletivamente, em múltiplos níveis. Uma dinâmica específica instaura-se na família a partir da transição de gênero, nomeada neste estudo de trânsito familiar, da qual luto

e readoção psíquica apresentam-se como etapas preponderantes no desenrolar de uma transição experienciada em família. No bojo deste processo deparamo-nos com a intensidade e com a complexidade da experiência emocional de todos os envolvidos nesta complexa “trama transgênera”. Além de afetar psicossocialmente todo o grupo familiar, a transição evoca um legítimo “turbilhão emocional”, uma oscilante cadeia de sentimentos e de emoções experienciadas por todos os integrantes da família, o que configura a questão-problema dessa pesquisa.

Inicialmente, a importância de compreender o luto justifica-se pelo próprio movimento intrínseco à transição, marcado profundamente pela morte simbólica de alguém que, conjuntamente ou não de seus familiares, deverá renascer a partir de uma nova identidade (LANZ, 2017; JANINI, 2017). Já o conceito de readoção psíquica envolve o movimento de inclusão do novo sujeito que emerge ao longo da transição como parte integrante do clã familiar. Tais processo ocorrem concomitantemente e abrangem as dimensões interacionais e psicodinâmicas da família. Para isso, toda uma reformulação dos papéis familiares será necessária, e sobre a qual a presente investigação debruçou-se. Trata-se do surgimento de uma nova identidade que precisa ser adotada simbolicamente para garantir sua permanência no grupo familiar. É neste momento que notamos as frequentes rupturas entre a pessoa trans e a sua família (LANZ, 2017; NERY, 2011). A não aceitação da transição como algo legítimo e a destituição da nova identidade iniciam um movimento de rejeição que pode culminar na exclusão total ou parcial da pessoa trans de seu grupo familiar.

A família, mesmo em suas múltiplas configurações, é preponderante no processo de socialização de quaisquer pessoas (FÉRES-CARNEIRO, 1996). Ressaltam-se, neste sentido, as drásticas consequências psicossociais decorrentes de possíveis falhas no referido processo de luto-reconhecimento-readoção da pessoa trans por sua família, ao longo da transição. Para tal objetivo, realizamos um estudo qualitativo por meio da elaboração de entrevistas semiestruturadas com famílias ou com os familiares dispostos a participar. Tendo como foco as interações características da “família em transição”, julgamos pertinente a realização de entrevistas que reuniram os diferentes componentes da trama transgênera. As entrevistas foram gravadas mediante autorização prévia de cada participante, para que, posteriormente, o referido material fosse devidamente transcrito e interpretado utilizando o método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2010), bem como por meio da literatura já existente sobre o tema.

Concluindo, o presente trabalho encontra-se estruturado em três secções distintas: Primeiramente, o Capítulo 1 destina-se ao resgate histórico dos elementos desta investigação: as organizações familiares e as transgeridades ao longo de diferentes momentos sócio-históricos. Posteriormente, o segundo capítulo aborda a experiência emocional de uma família em transição, com ênfase na apresentação da abordagem integrativa e dos conceitos de trânsito familiar, luto e readoção psíquica à luz de um referencial teórico integrativo. Por fim, o último capítulo destina-se a apresentação do delineamento metodológico utilizado nesta investigação, bem como à apresentação dos resultados e da subsequente discussão teórica.

1 RESGATE HISTÓRICO: DA FAMÍLIA ÀS TRANSIDENTIDADES

Abordar um tema historicamente tão estigmatizado, como o questionamento dos ditames normativos de gênero, e, sobretudo, a partir de uma perspectiva familiar, é possível somente em um recorte social bastante recente. Tal cenário, à revelia dos inúmeros atravessamentos sócio-políticos contrários a este movimento, possibilita que um número crescente de pessoas trans iniciem seus processos e reivindiquem seus espaços na sociedade e na família. Dito isso, um debate legítimo inicia-se por uma abordagem sócio-histórica dos dispositivos em questão: as famílias, as expressões identitárias transgêneras e as suas experiências emocionais correlatas. De antemão, ressaltamos que, diferentemente do esperado de um olhar histórico propriamente dito, o foco deste estudo não repousará sobre os fatos, mas sim sobre as matrizes simbólicas fundantes, no imaginário social brasileiro, das representações sociais estigmatizantes acerca das transgeneridades em geral.

Para Moscovici (1961), proeminente psicólogo social, as representações sociais consistem nas crenças tipicamente associadas a determinados grupos, geralmente minorizados em seu poder social, e que moldam as opiniões acerca de seus respectivos integrantes. No caso da população trans, tais representações operaram, ao longo das últimas décadas, na manutenção do preconceito e na ausência de oportunidades que mantinham seus representantes, até muito pouco tempo, sempre à margem (BENTO, 2017). Neste paradigma, luto e readoção, na experiência emocional transgênera (de pessoas trans e de seus familiares), manifestam-se, no mínimo, por meio de duas facetas interrelacionadas: sócio-histórico e sistêmico-familiar.

Por um lado, a perspectiva sócio-histórica evidencia como as transidentidades foram tradicionalmente invisibilizadas no decorrer das últimas décadas, num contínuo processo de apagamento que culminou com a eliminação silenciosa e socialmente velada de pessoas trans no cenário nacional (CAVALCANTI, 2018). Nesta perspectiva, os lutos abordados decorrem de mortes concretas, geralmente de brutais assassinatos (BENTO, 2017), e tanto a morte, como os lutos subsequentes, passaram a ser historicamente invisibilizados (CASELLATO, 2020).

Por outro, a perspectiva sistêmico-familiar (que será apresentada no próximo capítulo), evidencia a natureza complexa e sistêmica das transições de gênero na atualidade, validando a experiência emocional e as respectivas transições psicossociais dos familiares de pessoas

transgêneras. A articulação destas perspectivas permite-nos compreender que a validação da experiência emocional de pessoas trans, bem como de seus familiares, é extremamente recente, e respondem às mudanças significativas no cenário social contemporâneo (STONA, 2020). Outrossim, a perspectiva sócio-histórica vislumbrará o percurso que possibilitou uma abordagem sistêmico-familiar da questão transgênera na atualidade, como proposto neste estudo.

No Brasil, a inclusão social de transgêneros é extremamente recente, tendo como marco inicial a retirada do “transtorno disfórico de gênero”, ou “transexualismo”, dos manuais psiquiátricos em 2018, definindo o início formal do processo de despatologização das transidentidades (BENTO, 2017). Assim, a passagem do “transexualismo à transexualidade”, para além da mera mudança de sufixo, marca o início de um longo processo de reconhecimento e de luta pela dignidade de pessoas trans no país, processo este que se encontra, ainda, em vias de curso. Em um passado recente, as transidentidades no país eram criminalizadas, estigmatizadas e eliminadas, eventualmente até mesmo com o respaldo da lei (CAVALCANTI, 2018). Trata-se de um percurso sem dúvida tortuoso, porém imprescindível para que compreendamos como, da perseguição à inclusão, a transição de gênero passou a ser tratada como “coisa de família”.

1.1 Desnaturalizando o preconceito: Um breve percurso histórico acerca das famílias e das transgeneridades no Brasil e no mundo

Apresentamos neste tópico um breve percurso histórico acerca dos dois principais dispositivos norteadores deste estudo: a família moderna e as transgeneridades. A família tal como a conhecemos, assim como as expressões transgêneras, são entes construídos socialmente que respondem às demandas específicas da modernidade (LANZ, 2017, SANTOS, 2010). Assim, a inserção em um horizonte epocal específico define formas distintas de organização familiar que destoam das configurações típicas dos períodos anteriores. Do mesmo modo, as expressões transgêneras atuais possuem o atravessamento da representatividade e da inclusão social (PRECIADO, 2020 p.160, COUTINHO, 2018, p11), sem excluir, contudo, a típica exclusão e perseguição que marca a história deste grupo.

Inicialmente, tal concepção opõe-se ao inatismo que geralmente é associado principalmente às famílias tradicionais burguesas, como único modelo possível de configuração familiar. Além disso, permite um panorama mais realístico na compreensão da

família como espaço possível de acolhimento das expressões identitárias, mas também de controle e de repressão dos seus respectivos integrantes (FOUCAULT, 1988, 2010). Assim, a compreensão das transgeneridades inicia-se com a compressão da família em que estas pessoas surgem e ressurgem no decorrer de suas jornadas pessoais. Além disso, a concepção de uma transição familiar supõe uma noção de intimidade e privacidade, que remonta, como veremos, às noções mais modernas de “ser-em” família (PONCIANO, 1999). Ser família, assim como ser homem e ser mulher, mudou drasticamente ao longo dos séculos, e a resultante destas transformações consiste justamente na articulação proposta neste estudo. Como veremos, as noções de gênero e de família transitaram ao longo da história, e permanecem em transformação na atualidade (BENTO, 2017 p. 68). Assim, a noção de família, como espaço de criação e de reprodução da vida e dos valores sociais vigentes (FÉRES-CARNEIRO, 1996), oferece um solo fértil de compreensão de diferentes manifestações socioculturais a partir de concepções específicas de grupo familiar. Deste modo, a ideia de articulação entre a família tradicional e outras manifestações socioculturais não é uma exclusividade deste estudo.

Para Ponciano, (1999) há uma estreita relação entre o modelo de família conjugal-nuclear emergente na modernidade e a proposta de intervenção psicoterapêutica familiar que surge no mesmo período. A autora demonstra como o surgimento e a evolução da psicoterapia de família são consonantes às modificações propostas pelo modelo de grupo familiar emergente na modernidade, marcado pela ênfase na intimidade conjugal, na preservação da intimidade e nos vínculos afetivos-amorosos entre os seus integrantes. Destaca, ainda, a existência de um tempo em que as relações familiares eram permeadas por relações comunitárias mais extensas e que eventualmente superavam em importância as relações entre os integrantes do núcleo biológico-conjugal. Por outro lado, a formação da família moderna, tal como é compreendida nos dias atuais, pauta-se justamente no investimento no núcleo familiar e na evitação das interferências externas (PONCIANO, 1999).

Ao contrário do estudo supracitado, nossa proposta não consiste, em absoluto, em vincular o surgimento das transgeneridades ao modelo de grupo familiar vigente na atualidade. Primeiramente, tratar-se-ia de grande equívoco desconsiderar os inúmeros registros históricos acerca de pessoas transgêneras que remontam a períodos muito anteriores ao surgimento da família moderna (LANZ, 2017; MILLOT, 1992). Ainda assim, a compreensão nas modificações históricas da família permite-nos, primeiramente, desnaturalizar comportamentos tipicamente lidos como naturais, como a própria organização

das pessoas em grupos familiares, e oferece uma noção mais realística das noções de sexo, de gênero e de sexualidade que pretendemos investigar.

Além disso, a existência de um estudo que inclui o grupo familiar na compreensão do fenômeno trans, de forma despatologizada, reflete em si mudanças potentes na inclusão e na representatividade social de pessoas que questionam, ou que transgridem, os ditames normativos de sexualidade e de gênero (STONA, 2021, p.39). Tais mudanças iniciam-se e perpetuam-se nos grupos familiares em que seus protagonistas transgêneros encontram-se inseridos. Assim, justificamos a relevância de contextualizar o fenômeno trans contemporâneo por meio do resgate histórico da concepção de família na qual tais pessoas encontram-se inseridas. As transgeneridades definitivamente não surgem com a família moderna. Por outro lado, a representatividade e a inclusão social deste grupo, bem como verificado com as psicoterapias de família (PONCIANO, 1999), são manifestações de um recorte sociocultural bastante recente.

1.2 O surgimento da família moderna e das diversidades na família

Para Ariès (1986), a família nuclear, instituída como grupo reprodutor da vida e dos valores sociais, surge na Europa no fim do século XVII e início do século XVIII. Para o autor, a mudança de lugar social da criança, e da própria noção de família, são centrais na compreensão e na demarcação histórica do modelo de família nuclear vigente na modernidade. Para tal objetivo, destaca-se como a família passa a se organizar em torno da criança, e como, concomitantemente, a afeição passa a ser uma necessidade entre os cônjuges e os demais integrantes do grupo familiar (ARIÈS, 1986). Priorizando a criação dos filhos, a família recolhe-se na intimidade do lar, opondo-se ao modelo anterior de socialização, profundamente marcado por influências externas e pela permeabilidade das relações comunitárias.

Deste modo, o surgimento do “sentimento de família” (ARIÈS, 1986), caracterizado, sobretudo, pela ligação emocional entre a mãe e o seu filho, coincide ao surgimento do “sentimento de infância”, marcado, por sua vez, pelo reconhecimento das diferenças biológicas e das necessidades específicas deste período. Anteriormente, o que se verificava era um contínuo entre o que hoje é a infância e a fase adulta, sem considerar as transformações e as rupturas do desenvolvimento que lhe são características. Já o “sentimento de família”, para este autor, surge em oposição ao até então vigente modelo de linhagem, no

qual todos os descendentes de um mesmo ancestral solidarizavam-se entre si, independente dos seus vínculos afetivos ou da habitação compartilhada. Pontua, ainda, que a compreensão do surgimento da família moderna remonta ao século XIV, quando, progressivamente, o valor social da linhagem passou a ser atribuído à família, que passa a ser a “*célula social*” e a “*base dos Estados*”. Ocorre, ainda, um afastamento progressivo da função até então conferida à linhagem de preservação do patrimônio, e uma primazia da reunião dos pais com os filhos (ARIÈS, 1986).

A família, neste contexto, passa a ser um modelo a ser seguido, cujo afastamento é passível de punição e de excomunhão. Ariès (1986) destaca, ainda, que a imposição deste modelo inaugura consigo a intolerância à diversidade, que surge como uma manifestação burguesa de controle das divergências. É neste ponto que a compreensão do percurso histórico da família moderna proposto pelo autor encontra-se com o tema desta investigação. A associação proposta entre o surgimento da família moderna e a intolerância à diversidade localiza historicamente a fissura pela qual emergem os dilemas vividos não só por transgêneros, mas por todos aqueles que não se encaixam em um modelo pré-estabelecido de “ser-em” família. A retração da sociedade em núcleos familiares pautados na intimidade e no afeto, opondo-se ao modelo de maior sociabilidade, trouxe consigo uma premissa normativa de funcionamento destes grupos, bem como de dispositivos de manutenção e de controle dos divergentes.

O modelo atual de família ainda é baseado na intimidade e mantém a tarefa de transmissão da cultura para os seus integrantes (FÉRES-CARNEIRO, 1996, GATO & FONTAINE, 2011). Lasch (1991 como citado em Ponciano, 1999 p16) pontua como a família tradicional burguesa teve que lidar com fatos que promoveram o “colapso na ordem pública”, como jovens desajustados e uma revolução no comportamento e na moral. Destacamos, mais uma vez, o encontro entre a história da família tradicional e a história das “diversidades na atualidade”, e como estes relatos, via de regra, aparecem no contexto de algo passível de ser punido, ou que desestabiliza a ordem familiar vigente. Tais relatos, apesar de não serem especificamente acerca dos transgêneros, oferecem uma matriz histórico-social sobre da temática que estamos abordando. Os sexo-gênero-divergentes historicamente surgem como algo que ameaça a norma e que por isso deve ser punido e/ou eliminado. A família, neste contexto, opera como o ambiente privilegiado pela intimidade para a autorrevelação das manifestações identitárias, mas também do seu controle. Assim, a relação entre as

transgeneridades e a família surge bem antes da validação da identidade trans como tal, e remonta ao período em que os transgêneros ainda não possuíam a marca formal deste nome.

Além disso, a utilização de expressões como “*sexualmente indiscretos*”, “*desviantes da moral*”, dentre outros (ARIÈS, 1986, PONCIANO, 1999), na descrição dos supostos desvios com as quais as famílias deveriam lidar, remete a noção de biopoder proposta por Foucault (2012). Em termos Foucaultianos, o biopoder consiste na trama complexa e não centralizada de múltiplas formas de controle sobre as vidas e os corpos, e que opera, por meio também da instituição família, na evitação e na punição dos seus dissidentes.

O surgimento da família moderna como instituição social confunde-se com a formação das matrizes de biopoder propostas por Foucault. Posteriormente, a escola e outras instituições foram incorporadas na trama operante na manutenção da hegemonia hetero-binária-cis-normativa (PRECIADO, 2020) de sexo e de gênero, a partir da evitação e da eliminação de suas dissidências. Ao abordar o recente movimento de inclusão dos transgêneros em suas famílias, em contraste com o seu extenso passado de exclusão e de eliminação, lidamos com as incipientes modificações da malha de poder proposta por Foucault (1988). Tais modificações, ainda que incipientes, representam uma forma inédita de inclusão dos transgêneros nas famílias sem que seja necessariamente por meio de um viés negativo e/ou patologizante. Como propõe este estudo, a família atual encontra-se transitando entre o modelo tradicional, que demonizava os transgêneros (BENTO, 2017) e um modelo mais contemporâneo, atravessado pela crescente representatividade que dialetiza com as crenças familiares instituídas, e a possibilidade de transformarem-se a partir da inclusão de um integrante transgênero na família.

Concluindo, a construção deste percurso histórico permite-nos, primeiramente, desnaturalizar a noção de família tal como esta é comumente compreendida na atualidade. Além disso, vislumbramos como o “sentimento de infância” atrelado ao “sentimento de família” fundam uma nova possibilidade de organização social-familiar pautada na nuclearização conjugal e na trama emocional entre os seus integrantes (PONCIANO, 1999). Do mesmo modo, nota-se como o estabelecimento de um modelo familiar a ser seguido traz consigo a noção de norma e, conseqüentemente, de divergência ao padrão instituído. Neste contexto, a noção de “diversidade”, ou de diferença (sexual ou de gênero, naquele período sem distinção clara), surge como relação de alteridade, ou de diferença, aos ideais fundados e preservados pela família nuclear tradicional. A família nuclear, tal como a conhecemos no ocidente, consiste em um modelo construído historicamente (PONCIANO & FÉRES-

CARNEIRO, 2003). Do mesmo modo, o caráter sócio-histórico da intolerância às diversidades deve ser evidenciado e, por consequência, desnaturalizado como modo operante dos grupos primários de socialização, como a família, a escola (Preciado, 2020) e os outros espaços de aprendizagem das normas e das práticas sociais vigentes.

1.3 Breve histórico sobre as transgeneridades no Brasil e no mundo

A história mais ampla dos transgêneros não coincide com o atual cenário de preconceito e de exclusão social, e remonta a períodos anteriores ao próprio surgimento do termo transexualidade (LANZ, 2017). Relatos sobre os gregos, os romanos e outras culturas antigas retratam transgêneros ocupando eventualmente espaços de prestígio e de reconhecimento social, como o de sacerdócio em cultos religiosos (MILLOT, 1994), oscilando com a característica marginalização desta classe. Também na Índia; por meio das Hijaras; na África, na Europa, no Egito antigo e praticamente em todo o globo, inúmeras narrativas acerca de pessoas andróginas ou claramente desconfortáveis com o sexo biológico, constituem os primórdios das transgeneridades nas culturas mais recentes (LANZ, 2017 p.79). Mostraremos, a seguir, exemplos de expressões transgêneras em períodos remotos pelo mundo até chegarmos ao Brasil contemporâneo. Apresentaremos indícios históricos que apoiam a hipótese de que é na virada para a modernidade que os transgêneros passam a ser unicamente atacados e excluídos socialmente.

A contemporaneidade, à revelia do esperado acerca de um período historicamente recente, criou um ambiente hostil e pouco acolhedor para aqueles que ousam transgredir as normas binárias de sexualidade e de gênero (PRECIADO, 2020, NASCIMENTO, 2022). Os transgêneros, assim como todos os sexo-gênero-divergentes, evidenciaram uma rigidez nos padrões normativos que se opõe ao liberalismo sexual aparentemente característico da atualidade. De algum modo, a recente transferência dos transgêneros da marginalidade das zonas de prostituição para a visibilidade da mídia e dos estudos acadêmicos (COUTINHO, 2018), parece resgatar um lugar de prestígio e de validação ocupado por esses sujeitos somente em algumas passagens da história antiga, e que parece, ainda que de forma incipiente, retornar.

A socióloga e ativista transgênera Leticia Lanz (2017) destaca como diferentes culturas manifestaram opiniões radicalmente opostas acerca deste assunto ao longo da história. Como exemplo de aceitação, a autora cita as tribos norte americanas que

reverenciavam as transidentidades como “pessoas de dois espíritos”, ou as “badaches” (como batizados pelos colonizadores espanhóis), conferindo-lhes ainda cargos comunitários de xamãs ou de conselheiros espirituais de suas tribos. Opondo-se radicalmente, a autora apresenta a dura realidade da criminalização do travestismo no oriente médio que perdura até os dias de hoje, sendo passível, inclusive, de pena de morte. Logo, não se trata de afirmar que no passado os transgêneros eram plenamente aceitos ou exaltados. Ainda assim, como veremos adiante, as evidências históricas pelo mundo remontam a um padrão de reconhecimento e de validação que se perdeu nos períodos mais recentes, e que parece ressurgir na atualidade.

Sobre este tema, Lanz (2017) expõe o termo travestismo ritual, que remete à antiga prática de homens vestirem-se e portarem-se como mulheres almejando cargos de sacerdócio ou algum outro tipo de inserção em determinado clã religioso. A autora apresenta evidências desta natureza em todo globo, justificando que na incidência de cultos à Deusa mãe, ou de seus derivados, verificam-se, invariavelmente, casos de travestismo masculino (homens vestidos de mulheres, tal como citado pela autora). Para além da aparência modificada, estes casos específicos de travestismo acompanhavam-se de mudanças comportamentais e de personalidade. Considerando o grande número de cultos antigos voltados às Grandes Deusas (MILLOT, 1994), são inúmeros os casos do travestismo ritual em culturas aparentemente desconectadas. Como possível expressão do patriarcado, grande parte destes cultos foram rotulados pelo paganismo tipicamente associado aos cultos femininos, resultando na proibição ou na demonização deste tipo de travestismo (Lanz, 2017). Contudo, alguns destes cultos ou suas reminiscências permanecem vivos, sejam como rastros culturais ou como religiões propriamente ditas.

Na Índia, o controvertido grupo das Hijras é conhecido como um clã religioso formado essencialmente por mulheres transgêneras e suas seguidoras igualmente em transição. Adoradoras da Deusa Bahuchara Mata (CORREA, 2020), as Hijras vivem uma contraditória situação social, pois apesar de serem temidas e respeitadas pelo misticismo que lhes é atribuído, sua inserção social ocorre somente pelas vias da marginalidade. Trata-se de seitas formadas basicamente por sujeitos biologicamente masculinos que, após um ritual iniciático de castração, passam a ser lidas socialmente como Hijras e a pertencer formalmente a este grupo. A controvertida fama das Hijras deve-se a uma série de especulações que vão muito além dos seus sanguinolentos rituais de iniciação. Por exemplo, em alguns lugares da Índia, meninos vítimas de abuso sexual ou que nascem com traços considerados femininos, são

doados para as Hijras para serem futuramente castrados e viverem como tais (CORREA, 2020). Além disso, homens considerados impotentes sexualmente, ou com alguma questão relacionada à virilidade, também entregam-se aos cuidados deste grupo, com a finalidade de serem devidamente iniciados e inseridos em seus clãs. Outras hipóteses associam às Hijras ao aliciamento de viciados em Ópio e questionam a legitimidade do desejo de castração de seus iniciados. Independentemente do que se especule ao seu respeito, as Hijras ocupam um misterioso, respeitado e controvertido espaço no imaginário social hindu. Em 2014, em uma polêmica decisão sem precedentes, o governo indiano reconheceu as Hijaras como sendo o terceiro sexo desta nação. Tal decisão foi igualmente aclamada e criticada por diversos países de todo o globo (Correa, 2020). À revelia de suas reais motivações, o reconhecimento de um terceiro sexo pelo governo hindu balança os pilares do binarismo estrutural de gênero, e deve ser celebrado por todos que compactuam com esta causa.

Destaca-se, para os fins deste estudo, o fato de que, na configuração social das Hijras, a noção de família desloca-se do grupo de origem para o grupo de iguais. A transição, neste contexto, implica numa ruptura concreta com a família de origem, voluntária ou por expulsão, e na inserção em um clã que pressupõe uma castração iniciática. A tendência de organização social em clãs de “mulheres castradas” não é uma exclusividade da sociedade Hindu. Em sua obra intitulada “O Extrasexo”, a psicanalista Catherine Millot (1992), descreve e analisa dois grupos religiosos antigos que, apesar da geografia e do período históricos que os separam, em muito se assemelham às Hijras indianas: o culto frígio de Cibele, e os Skoptzy, na Rússia. Para tal objetivo, Millot demonstra a ligação existente entre o culto antigo de Cibele e o mito de Àtis, e evidencia a relação deste mito com outros cultos igualmente baseados em ritos de castração. Descreveremos brevemente o referido mito, tal como descrito por Millot, segundo a versão apresentada em *Os Fastos*, em função da suma importância desta trama na concepção de “transexualismo” (nomenclatura obsoleta que remete à identidade patologizada) corrente na época:

No meio das florestas, um menino frígio de notável beleza, Àtis, acorrenta através de um casto amor à Deusa coroada de torres: ela queria tê-lo ligado a si, confiar-lhe seu templo, e então lhe diz: ‘faça com que permaneça para sempre criança’. Ele promete ser fiel a essa injunção: ‘se minto’, diz ele, ‘que o primeiro amor que me faça falha seja também o último’. Ele comete essa falta e, nos braços da ninfa Sagaris, deixa de ser o que era. A deusa, zangada, exige seu castigo. Àtis fica louco e se castra. (p.69)

Para a autora, os cultos desta natureza emergem de uma cena mítica original forjada na entrega da virilidade à uma “Grande Mãe” criadora, à qual a masculinidade é consagrada. Trata-se de um elemento chave que fora parcialmente “suplantado pelas divindades patriarcais” ao longo da história, mas sua reincidência em cultos à priori isolados em

diferentes partes do mundo demonstra que as “águas que às vezes correm subterrâneas, outras vezes ressurgem à superfície” (MILLOT, 1992 p.70).

A leitura proposta por Milot parte do pressuposto psicanalítico lacaniano, e da influência de outros pós freudianos, como Stoller; além de ser atravessada pelo momento sócio-histórico de sua produção. Não se trata, deste modo, de apresentar um posicionamento com qual compactuamos acerca deste assunto. Ainda assim, a construção de um percurso histórico dos discursos que atravessam e que constituem a identidade transgênera; dos clãs marginalizados para as famílias contemporâneas; obriga-nos a lidar com a estranheza e com o desconforto oriundos do contato com um saber claramente datado e estigmatizante. Além disso, a escolha de autores como Milott e Stoller, baseia-se em sua ênfase na convivência familiar, ainda que pela via da disfuncionalidade da função materna, na constituição da identidade transgênera.

1.4 Imaginário social brasileiro e transidentidades: Uma perspectiva histórica acerca da comunidade trans no cenário nacional

Apesar da ampla variedade de trans-identidades possíveis; no Brasil, a representante mais expressiva desta classe foi, por muitas décadas, o grupo constituído pelas travestis. Sob o estigma de serem as “mulheres de pênis” ou “homens transformados” (LANZ, 2017), as travestis são as pioneiras do movimento transgênero em nosso país, inaugurando uma maneira inédita e marginalizada de viver, de trabalhar e de constituir-se subjetivamente numa sociedade que, até muito pouco tempo, criminalizava e perseguia as trans-identidades femininas (Cavalcanti, 2018). Deste modo, falar das trans-identidades brasileiras é, de algum modo, falar da trajetória e da luta pioneira das travestis por reconhecimento e por validação social plena.

Não se trata, em absoluto, de negar a existência e o valor dos homens trans na história deste grupo (NERY, 2011). Um de seus principais representantes, João Nery é considerado o primeiro homem trans brasileiro a ser operado no país, e deixou o legado de alguns livros no qual narra o seu percurso para se tornar João. Psicólogo por formação, teve seu diploma em psicologia cassado quando optou por realizar a retificação de nome e de gênero de seus documentos civis, tendo que abandonar a profissão de psicólogo para atuar em empregos que não exigiam a sua identificação civil, como taxista, pintor, dentre outros (NERY, 2011). Para a instituição na qual Nery estudou, a pessoa cujo nome constava no diploma não existia mais,

decisão esta que foi, inclusive, endossada pelo conselho federal de psicologia vigente na ocasião. O que pode parecer absurdo e até mesmo ilegal para os dias de hoje, nada mais é do que o reflexo de uma sociedade higienizadora das diferenças que não mediu esforços para anular as possibilidades de transição e de sobrevivência de um homem que lutava pelo seu direito de existir. Anulando a sua identidade profissional, acreditavam que poderiam eliminar também o seu sustento e, aos poucos, aniquilá-lo concretamente (NERY, 2011). À revelia dos inúmeros obstáculos impostos por uma época que se quer ousava pensar em homens trans, Nery não somente sobreviveu, mas eternizou-se por meio dos livros no qual compartilhou a sua história. Falecido em 2019, Nery é uma figura histórica que não se pode omitir na história trans brasileira.

A relação existente entre a transição de gênero e a necessidade socialmente imposta de uma reinvenção da identidade profissional não é uma exclusividade da biografia de João Nery. Outro nome de destaque da história transgênera no Brasil, Letícia Lanz, atualmente é socióloga e psicanalista clínica, mas não foi sempre assim. A formação em psicanálise e em sociologia vieram a posteriori da transição, e a reinvenção profissional foi forçada pelas consequências impostas socialmente pela transição de gênero (LANZ, 2017). Anteriormente de sua “saída do armário”, Letícia performava socialmente com uma identidade masculina, e atuava profissionalmente como um contador reconhecido em sua área. Como narra a autora, após a sua transição todos os clientes deixaram de solicitar os seus serviços, e a necessidade de uma reinvenção profissional impôs-se forçosamente como consequência do preconceito referente à sua nova identidade de gênero. Seja por preconceito ou por transfobia manifesta, parece haver uma relação de causa e efeito entre a “saída do armário” e a saída do mercado formal de trabalho. Como destacam diferentes autores (CARVALHO, 2006; LOMBARDI, 2017), pessoas transgêneras tendem a perder seus empregos tão logo tornem públicas as suas transições, ou, dependendo do momento de vida profissional, nem sequer cheguem a adquiri-los no mercado formal de trabalho.

Assim, a transição de gênero compreendida como transgressão ao binarismo estrutural homem-mulher ativará uma série de higienizadores sociais (FOUCAULT, 2012) que operarão na contenção e na eliminação do considerado “corpo estranho”. Como um “sistema imunológico social” tais agentes operam por meio de recursos escusos, geralmente velados e simultaneamente explícitos, visando a admoestação preventiva e, em outros casos, o aniquilamento de qualquer ameaça à norma. A negação de inserção profissional para pessoas transgêneras suprime a sua dignidade (LOMBARDI, 2017), forçando muitos e muitas a

enveredarem para a prostituição, ou para outras atividades tidas como marginalizadas, como única possibilidade de manutenção da sobrevivência.

Tal como desenvolveremos no presente estudo, este é o ponto em que o grupo familiar se desdobra na peça-chave que viabiliza ou interrompe a engrenagem social higienizadora das transidentidades. O drama familiar e o drama profissional ocorrerão, via de regra, concomitantemente, tendo ambos como pano de fundo a função higienizadora a qual nos referimos (LOMBARDI, 2017). Neste sentido, uma família que entra em crise, mas, ainda assim, oferece continência e suporte emocional, possui uma função revolucionária, pois evitam o deslocamento destes sujeitos para à marginalidade (JANINI, 2017). Nos casos supracitados, João Nery e Letícia Lanz narram em suas biografias a relevância de possuírem uma rede de apoio confiante, formada por cônjuges e filhos, no desenrolar de suas jornadas pessoais. Nery, que fora casado algumas vezes, possui em sua biografia capítulos homônimos para cada parceira. Para além de uma possível necessidade masculina de expor a vida amorosa, tais capítulos retratam justamente a importância destes relacionamentos em seu processo de transição e de reinvenção pessoal em múltiplos níveis.

A história de João e de Letícia apesar de inspiradoras, ainda são uma exceção à regra, quando consideramos o cenário transgênero brasileiro. No Brasil, por muitas décadas, realizar a transição de gênero implicava quase que invariavelmente na expulsão do ambiente familiar (LOMBARDI, 2017). Tal como na cultura Hindu, travestis brasileiras tradicionalmente são expulsas do ambiente familiar, encontrando refúgio somente em prostíbulos e/ou nos grupos de iguais (BENTO, 2017). Também como verificado nas Hijras, nota-se que os clãs brasileiros possuem, ainda atualmente, uma hierarquia na qual, via de regra, as mais velhas possuem influência e domínio sobre as mais novas, no controle das comissões e no acesso aos clientes que buscam por seus serviços sexuais remunerados (MONICA, 2018).

Além disso, enquanto a entrada no clã hindu é marcada pela castração iniciática; no Brasil, a entrada no clã das travestis é geralmente marcada por modificações corporais realizadas por meio de aplicações de silicone industrial em diferentes partes do corpo. Tais procedimentos geralmente são realizados por uma travesti mais experiente e reconhecida especificamente por esta função, a “bombadeira” (ALENCAR, 2007; MONICA, 2018), além de serem potencialmente letais. Além de atuarem na feminilização e erotização estratégicas do corpo para a inserção no mercado da prostituição compulsória, tais transformações representam também um rito iniciático no qual a mulher é aceita e reconhecida como pertencente a um determinado clã de travestis (ALENCAR, 2007). A mudança de paradigma

que aos poucos rompe a associação compulsória entre a transição de gênero, a expulsão de casa e a prostituição no Brasil é ainda muito recente. Como visto em outras culturas, a transição de uma mulher no Brasil implicava quase que invariavelmente na ruptura com a família de origem e impunha a necessidade de inserção em algum grupo de acolhimento, seja o clã de iguais, geralmente voltados para a prostituição, ou os raros núcleos de apoio, formados não necessariamente por pessoas transgêneras.

Apesar das semelhanças relativas à prostituição compulsória e à organização social em clãs; diferentemente das Hijras, as travestis brasileiras não possuem histórico algum de admiração, de respeito ou até mesmo de temor por parte da sociedade mais ampla. Pelo contrário, em um passado bastante recente, as travestis no Brasil ditatorial eram perseguidas como verdadeiras criminosas político-sexuais, enquanto aos homens trans era reservada a completa invisibilidade e a anulação social (CAVALCANTI, 2018). Em 1987, um ano após o início da redemocratização brasileira, e, portanto, ainda sob os efeitos de um regime ditatorial no país, instaurou-se em São Paulo, no dia 27 de fevereiro deste ano, a emblemática Operação Tarântula, conhecida historicamente como “uma verdadeira caçada às travestis e às minorias sexuais do país”. Durante este período, as travestis da cidade de São Paulo, e de alguns outros pontos do território nacional, eram abordadas e enquadradas como verdadeiras criminosas sexuais, sob o pretexto de transmitirem aos seus clientes e parceiros a nova doença pandêmica que assolava o mundo: a AIDS.

Havia na época uma associação direta entre a AIDS, recém surgida em 1980, e a classe gay, sobretudo às travestis, que eram consideradas de altíssima periculosidade por supostamente disseminarem propositalmente a nova doença. Tal associação, entre a AIDS e a população gay, evidenciava-se, por exemplo, nas chamadas dos jornais em circulação na época, que anunciavam, sem constrangimento algum, a nova doença como “*Câncer em homossexuais é pesquisado nos EUA*” (Jornal O GLOBO, 1980 citado em Cavalcanti 2018) ou, mais explicitamente, “*Polícia civil “combate” a AIDS prendendo travestis*” (Jornal O GLOBO, 1980). Outros veículos, como o Jornal de dissidência nomeado “Lampião”, valiam-se de títulos igualmente impactantes para denunciar a perseguição sofrida pela classe: “*A volta do esquadrão mata-bicha: três crimes abalam a comunidade guei*”; ou, fazendo alusão aos traços do nazismo no Brasil: “*De Sodoma a Aushwitz: A matança dos homossexuais*”. Como pode-se notar, não havia na ocasião a atual e necessária distinção entre orientação sexual e orientação de gênero. Assim, todo grupo sexo/gênero dissidente encontrava-se sob este grande guarda-chuva dos “*viados dos e pervertidos sexuais*”, que abarcava os travestis

(como eram equivocadamente chamadas “as” travestis da época), as transexuais e os homossexuais masculinos.

Em meio ao caos pandêmico, outros setores públicos, além da saúde, foram convocados a se posicionar, e a polícia, atendendo à referida demanda, criou o Artigo 130 do código penal (CAVALCANTI, 2018). De acordo com o referido artigo, “Expôr alguém, por meio de relações sexuais ou de qualquer ato libidinoso, a contágio de moléstia venérea, de que sabe ou deve saber que está contaminado: Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.”. A partir daí, o mero pertencimento a um grupo associado à doença (travestis ou homossexuais) e estar à paisana na rua, e, portanto, potencialmente à procura de parceiros sexuais, era suficiente, amparado pela vigência da nova lei, para incriminar e deter alguém. Para Cavalcanti (2018), “Esse artigo é suficiente para justificar a existência da Operação Tarântula, uma vez que as travestis apreendidas deveriam, segundo o delegado Márcio Prudente Cruz, responder a processos por crime de contágio venéreo”. Com isso, a perseguição às minorias sexuais passou a ser amparada pelo aparato legal legislativo, e após um mês a operação tarântula foi oficialmente iniciada no país. Segundo sobreviventes deste período sombrio, as prisões ocorriam em momentos ordinários, “como ao ir comprar pão”, ou eram “tiradas no meio da noite da cama para limpar cadáveres e dar faxinas na delegacia” (entrevista retirada da plataforma YOUTUBE, memórias da ditadura). Evidencia-se, portanto, um agenciamento estabelecido entre polícia, o HIV como entidade política, e a consequente criminalização das transidentidades.

Para além do mero resgate dos fatos, ao abordarmos a ocorrência de um evento da natureza da “Operação Tarântula” há apenas 34 anos no Brasil, circunscrevemos historicamente as bordas que, ainda hoje, delimitam o lugar social das transgeneridades neste país. Outrossim, evidencia-se a natureza precoce e extremamente recente do objeto de estudo do presente trabalho (as transgeneridades concebidas a partir da perspectiva familiar). Ao articular famílias e transgêneros, posto o quadro supracitado, trazemos à tona um assunto ainda prematuro, repleto de preconceitos e permeado de crenças estigmatizantes. Aliás, parece-nos ingênuo, considerando a discrepância entre um passado extremamente recente e a atualidade, propor uma concepção inclusiva da família na recém descriminalizada transição de gênero. Tal fato, dentre outros, reforça a já mencionada reflexão de que estamos, no atual momento, experienciando as turbulências de uma transição de lócus social em pleno curso. Entre a perseguição política e a inclusão da família como parte integrante do processo, o devir transgênero encontra-se, per si, às voltas com uma transição acerca do espaço social que lhe é

ocupado. Com efeito, compreender o processo por meio do qual constituem-se historicamente as matrizes simbólicas operantes na formação do pensamento social acerca dos transgêneros na atualidade é de suma importância na formulação de narrativas que abarquem este público em sua complexidade sociopolítica. Além disso, trata-se, sobretudo, da recusa em compactuar com o apagamento de um passado extremamente recente; e do qual a norma, historicamente alienada em seus próprios privilégios, insiste em esquecer (NASCIMENTO, 2020). Não obstante, apesar dos notórios avanços na despatologização e na desestigmatização conquistados pela classe, os rastros de um passado “sob os tentáculos da tarântula” tendem, como tudo aquilo que não é devidamente elaborado, a retornar como um *Sinthoma* (uma expressão do inconsciente) social.

Assim, tal como propõe este estudo, para compreender a inclusão da pessoa trans nas famílias atuais e conceber uma visão mais inclusiva deste fenômeno, precisamos percorrer um tortuoso histórico de marginalidade, de exclusão social, de prostituição compulsória e de assassinato destas pessoas. Não obstante, precisaremos abordar as mudanças sociais que atuaram diretamente na maneira de lidar com os transgêneros no Brasil e no mundo. A atualidade nos mostra um momento “em transição” um “por vir” em relação a inserção social dos transgêneros. Por um lado, antigos problemas como a prostituição compulsória de travestis e a invisibilidade dos homens trans continuam a compor a cena trans nacional (BENTO, 2017). Por outro, a inserção de pessoas trans no cenário político brasileiro e internacional; como no caso da deputada estadual de São Paulo Erica Malunguinho, e a recém nomeada senadora nos EUA Sarah McBride; bem como a inserção em outros espaços de destaque e de prestígio social, vislumbram um novo horizonte, ainda que distante, de representatividade, de inserção social plena e de respeito garantidos para a totalidade da comunidade trans.

A mídia oferece outro termômetro potente acerca do lugar social, sobretudo nacional, ocupado pelos transgêneros na atualidade. Novamente, o protagonismo de personagens trans em filmes e em novelas, atuados por atores de fato transgêneros e que vivem temáticas não estereotipadas, são indicativos de representatividade que corroboram com a noção de uma transformação em curso das representações sociais (CAMARGO, 2016) acerca das transidentidades. Do mesmo modo, na literatura e na música, um expressivo número de autores e títulos abordam a temática trans, desde biografias até análises socioantropológicas, e colocam, eventualmente, autores trans como produtores de um saber especializado acerca deste grupo (Stona, 2021 p.38). No meio acadêmico, igualmente nota-se a inserção de um

crescente número de transgêneros nas mais diferentes áreas do conhecimento, subvertendo a antiga crença social de que a este grupo era delegada somente a marginalidade (COUTINHO, 2018). Algumas universidades já oferecem cotas para pessoas trans em seus processos seletivos, como a UFF e a UFRJ, ambas no Rio de Janeiro, e marcam uma postura reparadora e inclusiva semelhante a conferida aos grupos étnicos e racializados, cujo movimento de cotas raciais teve início na UERJ no ano 2000.

A relevância destes dados reside na contemplação de que aos transgêneros hoje é cogitada também a vida universitária e, eventualmente, até mesmo a docência. Em 2016, a doutora em literatura comparada e ativista política Dani Balbi conquistou o marco de ser a primeira professora transgênera e negra do corpo docente do curso de literatura da UFRJ. As dificuldades impostas por se tratar de uma mulher, negra e transgênera elevam esta conquista a uma potência sem precedentes. A ocupação de espaços tradicionalmente associados à elite branca burguesa por corpos marcados por indicadores de opressão, como é o caso de corpos racializados, transgêneros e femininos, é indicativo de uma mudança que transcende a questão transgênera, e da qual, sem dúvida, fazemos parte.

2 A EXPERIENCIA EMOCIONAL DA FAMÍLIA EM TRANSIÇÃO: TRÂNSITO FAMILIAR, LUTO E READOÇÃO PSÍQUICA

Apresentaremos neste capítulo as bases teórico-conceituais utilizadas na presente investigação. A proposta de compreensão da transição de gênero a partir de uma perspectiva grupal-familiar impõe a necessidade de ampliar, para este âmbito, os inúmeros processos psicossociais típicos da transição já concebida individualmente, adaptando e considerando as especificidades características deste modelo. Dito isso, abordaremos neste capítulo os conceitos de luto e de readoção psíquica, constituintes da engrenagem conceitual desenvolvida neste trabalho, por meio das noções de trânsito familiar e de família em transição. Apresentaremos, ainda, a abordagem integrativa de compreensão da família, proposta que oferece a articulação dos aportes sistêmico e psicanalítico, e que servirá de referencial teórico para a discussão subsequente.

2.1 Abordagem integrativa de compreensão da família

Apresentamos neste tópico a base teórica utilizada na presente investigação: a abordagem integrativa das psicoterapias de família. Partindo da premissa de que as abordagens sistêmicas de compreensão da família e as teorias psicanalíticas da mesma natureza podem se complementar a partir de uma articulação consciente das fronteiras epistemológicas de cada modelo, (FÉRES-CARNEIRO,1996), utilizaremos, como já mencionado, os conceitos de luto e de readoção psíquica, oriundos dos enfoques psicanalíticos, para compreender e instrumentalizar conceitualmente a dinâmica sistêmica deste processo.

Para Féres-Carneiro (1996), enquanto os enfoques sistêmicos tradicionalmente buscam compreender e modificar os comportamentos disfuncionais da família, as linhas psicanalíticas, por sua vez, debruçar-se-iam somente sobre os conteúdos intra e interpíquicos subjacentes ao comportamento familiar manifesto. A complementaridade destes aportes permitirá uma compreensão mais ampla do processo de “transição familiar”. Não obstante, faz-se necessária uma breve apresentação dos enfoques em questão, sistêmico e psicanalítico, que oferecerão as bases para a articulação proposta. Além disso, a apresentação da abordagem integrativa justifica-se pela necessidade metodológica de definir uma referência teórica de compreensão da família, uma vez que não se trata a priori de um estudo clínico

propriamente dito. Ainda assim, a escolha da abordagem integrativa justifica-se pela possibilidade de abarcar as dimensões interacionais e psicodinâmicas dos trânsitos familiares. Além disso, abordaremos a relação existente entre os diferentes modelos de família e as abordagens teóricas correlatas (FÉRES-CARNEIRO, 1996; PONCIANO, 2003).

O campo da psicoterapia de família, de um modo geral, pode ser dividido em dois grandes grupos: a psicoterapia sistêmica e a de orientação psicanalítica (FÉRES-CARNEIRO, 1996). Segundo a autora, trata-se de uma divisão que, por muitas vezes, é tomada de forma rígida por representantes considerados “puristas” das referidas abordagens. Pontua, ainda, que tal posicionamento acarreta, eventualmente, impasses teórico-práticos desnecessários. Outrossim, o campo da psicoterapia de família dispõe de um panorama amplo e complexo, não havendo um corpo teórico unificador ao qual referendar-se (FÉRES-CARNEIRO & PONCIANO, 2005).

Assim, baseando-se na “rigidez plástica”, tal como proposta por Nicolló (1988), Féres-Carneiro (1996) problematiza acerca das interseções possíveis entre os dois campos, sistêmico e psicanalítico, respeitando as fronteiras epistemológicas de cada modelo. Trata-se, portanto, de uma articulação consciente destes limites, priorizando a compreensão mais complexa e inclusiva dos diferentes componentes da cena clínica familiar. Consiste, ainda, no desdobramento possível da identidade originalmente multifacetada da psicoterapia da família, marcada, sobretudo, por uma diversidade teórica original (FÉRES-CARNEIRO, 1996; PONCIANO, 2003, RAPIZO, 2002). Apresentaremos a seguir um breve percurso histórico das abordagens em questão e de suas respectivas articulações possíveis.

Para Féres-Carneiro (1996), para compreender a oposição de alguns teóricos de tradição mais purista à articulação, é preciso inicialmente compreender a natureza dos estudos originários da psicoterapia de família. Os estudos fundantes deste campo remetem às pesquisas de Palo Alto sobre a gênese da esquizofrenia, com ênfase na comunicação familiar por meio da noção de duplo-vínculo (FÉRES-CARNEIRO, 1996; RAPIZO, 2002). Instaurou-se, com isso, uma oposição original, na própria psicoterapia de família, entre o modelo já instituído da psicanálise e a revolucionária abordagem sistêmica, mais pragmática e focada nos comportamentos expressos no grupo familiar, como os padrões comunicacionais típicos da família esquizofrênica. Instaurou-se então, a priori, a oposição entre a psicodinâmica freudiana e o pragmatismo sistêmico familiar. Assim, a real oposição não consiste, em absoluto, entre a sistêmica e psicanálise, nem tampouco, entre o indivíduo e a família. Como pontua a autora, trata-se principalmente da oposição entre a primazia dos conteúdos internos e

os comportamentos manifestos (FÉRES-CARNEIRO, 1996). Deste modo, os empecilhos impostos à articulação destes dois enfoques, como vemos, justificam-se mais pela rigidez teórica por parte de seus representantes do que por uma limitação epistemológica real.

Sobre este tema, é importante mencionar que Freud, ao longo de sua obra, destaca por inúmeras vezes importância de incluir a compreensão da dinâmica família na abordagem dos sintomas individuais de seus pacientes (FÉRES-CARNEIRO, 1996; LEVY & GOMES, 2009). Apesar de em grande parte, a família, tal como mencionada por Freud, referir-se ao registro intrapsíquico dos respectivos familiares; existem passagens onde, por exemplo, o “pai da psicanálise” alerta para as resistências que surgem na família do analisando a partir de sua melhora, evidenciando o “Sinthoma” (expressão do inconsciente) familiar. Ainda assim, como é sabido, Freud não desenvolveu uma abordagem psicanalítica da família, nem tampouco uma técnica clínica de atendimento do grupo familiar (LEVY, 2013; FÉRES-CARNEIRO, 1996).

Apesar disso, psicanalistas contemporâneos de origens distintas debruçaram-se sobre a questão familiar nas últimas décadas, desenvolvendo assim o campo específico da Psicanálise de Família e Casal. Deste modo, o campo emerge da ampliação do método psicanalítico clássico individual (Levy & Gomes, 2009), adaptando-o às especificidades da demanda grupal-familiar. Outrossim, o campo desdobrou-se nas últimas décadas em diferentes perspectivas que ganharam notoriedade pela expressividade de seus representantes, como Nichols&Schwartz e Ackerman, das escolas inglesas e americanas, e Kaes e Eiguer, da escola francesa da psicanálise de família (GOMES & LEVY, 2009).

Nesta perspectiva, o funcionamento familiar passou a ser compreendido por meio de um aparelho psíquico grupal (MACHADO, FÉRES-CARNEIRO, MAGALHÃES, 2015) basicamente constituído no compartilhamento das fantasias inconscientes de seus integrantes. Assim, a partir de conceitos como “mito familiar” (Prado, 2003), “colusão” (WILLI, 1975), “interfantasmática” (EIGUER, 1975), dentre outros; a família e o casal passaram a ser compreendidos por meio da atividade inconsciente, individual e conjunta, de seus integrantes. De modo geral, os referidos conceitos apoiam-se noção de inconsciente familiar como uma trama relacional e identificatória (MACHADO, 2015), formada por conteúdos inconscientes transmitidos geracionalmente e forjados no pacto inconsciente entre os seus respectivos integrantes.

No Brasil, o campo é atualmente representado por autores como Correa, Lemano e Féres Carneiro, uma das pioneiras da Psicoterapia de Família e Casal no país, além de introdutora da abordagem integrativa de compreensão da família, referencial teórico deste

estudo. Segundo a autora, a complementariedade entre ambas as abordagens, sistêmicas e psicanalíticas, permite uma abordagem mais complexa das diferentes camadas de possibilidades do grupo familiar. Sobre tal aspecto, Leimaire (1984, como citado em Féres-Carneiro, 1996) destaca a necessidade de uma tríplice chave de leitura no trabalho clínico com famílias e casais. O autor propõe que a família e o casal sejam compreendidos em suas dimensões intrapsíquicas, sistêmico-interacional e social. Tal proposição permite, por exemplo, que um terapeuta de família considere as motivações inconscientes do grupo, e, ainda assim, lance mão de uma técnica baseada na comunicação grupal.

Assim, uma vez que a visão sistêmica e a psicanalítica não se excluem mutuamente (FÉRES-CARNEIRO, 1996), é possível optar por um posicionamento teórico em função de uma demanda específica, preservando a consistência entre a teoria e a prática, e a coerência com uma determinada posição epistemológica. Ao contrário das correntes psicanalíticas, a abordagem sistêmica foi inicialmente concebida como um método de compreensão e de intervenção em grupos familiares (RAPIZO, 2002). De forma geral, para os sistêmicos a família é concebida como um sistema hierarquicamente organizado em inúmeros subsistemas constituintes (MUSSUMECI & PONCIANO, 2016). Além disso, princípios como a “circularidade”, a “homeostase” (ou equilíbrio) e a “coesão familiar” (RAPIZO, 2002) regem o funcionamento grupal neste paradigma. Diferentemente do paradigma psicanalítico, para o referencial sistêmico a família é regida pelos padrões comunicacionais, verbais e não verbais, funcionais e disfuncionais, que definem o *modus operandi* do sistema familiar.

No caso da articulação aqui proposta, a principal fronteira existente consiste nas distintas concepções de sujeitos abordados em cada uma das propostas em questão. Assim, enquanto nas correntes psicanalíticas, trabalha-se com o sujeito do inconsciente (GOMES & LEVY, 2009); nas teorias sistêmicas, desde seus primórdios e com algumas diferenças para cada escola, a noção de sujeito (para os referenciais integrativos) encontra-se atrelada ao grupo familiar e aos respectivos padrões manifestos de comportamento e de comunicação compartilhada (RAPIZO, 2000, p.25). Neste sentido, ao abordarmos a família transgênera, atentamos para a existência destes dois planos possíveis de análise: o inconsciente familiar, em suas dimensões intra e interpísica (MACHADO, 2015), e o sistema familiar manifesto, com seus respectivos subsistemas, expressos por meio da comunicação verbal e não verbal dos seus integrantes, e regidos pela noção de circularidade grupal.

2.2 Principais definições teóricas sobre o Luto

Tradicionalmente, luto e transição de gênero consistem em dois processos já amplamente descritos pela literatura especializada (LUZ et al., 2021; BENTO et al., 2017), porém como temáticas concebidas isoladamente, e sem que necessariamente a intrínseca relação entre ambas seja demonstrada em sua real complexidade. De fato, é possível abordar a temática do luto sem sequer mencionar as suas relações com o processo de transição de gênero. Tal afirmação, no entanto, não define que o seu oposto seja necessariamente verdadeiro. Pelo contrário, as próprias definições de transição de gênero apontam para um processo emocionalmente intenso, complexo e profundamente marcado pela morte simbólica de alguém que, conjuntamente ou não de seus familiares, deverá morrer simbolicamente e renascer a partir de uma nova identidade (SOLOMON, 2013). Assim, a importância de compreender o luto encontra-se atrelada ao movimento intrínseco à transição de gênero, uma transformação identitária radicalmente marcada pelas perdas e pelas rupturas ao longo do caminho (Preciado, 2020).

Além disso, trata-se igualmente de um luto invisibilizado socialmente, cuja compreensão inicia-se, justamente, pelas especificidades de um luto desta natureza, no qual a invisibilidade dificulta a abordagem e a elaboração. Para Casellato (2015), os lutos socialmente invisibilizados são aqueles cujo reconhecimento e a expressão não são legitimados e nem autorizados pelos enquadres sociais vigentes. Assim, ao questionar se determinados lutos são “silenciosos ou silenciados” a autora problematiza os atravessamentos sociais que autorizam a expressão emocional de certos enlutados, em detrimento de outros. No caso específico das famílias em transição, lidamos com o atravessamento de um passado bastante recente em que as vidas de pessoas trans eram consideradas “vidas que não deviam ser vividas” (AQUINO, 2022), cuja existência não era socialmente sancionada, e este discurso recaía sobre as mortes e sobre os respectivos lutos destas e por estas pessoas.

Dito isso, destacamos a importância de compreender e de abordar o processo de luto específico na família transgênera, diferenciando-o do luto individual, tanto da própria pessoa trans quanto daquele que é vivido por seus respectivos familiares. Opondo-se ao luto abordado na perspectiva sócio-histórica, decorrente de mortes concretas (abordado no capítulo anterior), nesta proposta, abarcamos o luto decorrente de mortes simbólicas, que envolvem não somente as questões imagéticas, mas também os projetos e as expectativas associados ao familiar existente antes da transição (JANINI, 2017). Neste sentido, o luto na transição é

decorrente de uma “morte em vida” (NERY, 2011 p229), proveniente das rupturas características de uma transformação identitária.

Diferentes autores definem o luto como sendo o processo de elaboração decorrente da perda de um objeto emocionalmente significativo para a pessoa enlutada (ROSS et al., 2005). Ao distinguir luto de melancolia, Freud (1915) define que o primeiro consiste em um processo completamente natural da psiqué humana, resultante da perda de algum ente querido, ou de alguma abstração que ocupe este lugar, “como o país, a liberdade ou o ideal de alguém”. Retomaremos, mais a diante, a noção de “ideal de alguém” para discutir especificamente o luto relacionado a transição de gênero na família. Como veremos a seguir, o luto no contexto da transição refere-se justamente a perda de um ideal de si, e de outro, que deixa de existir e pelo qual é preciso enlutar-se individual e coletivamente. Até mesmo para a pessoa trans, cuja justificativa para a transição é um desconforto identitário original, é suposto um luto pelo “eu” pré-transição (ROMA & PONCIANO, 2022).

Tratando-se, portanto, de uma “disposição dolorosa”, o luto freudiano, opondo-se à melancolia, apresenta uma causa manifesta para a sua ocorrência, ou seja, o objeto perdido é claramente conhecido pelo enlutado. A “devoção ao luto”, neste sentido, pouca reserva de energia ao investimento em assuntos alheios ao objeto perdido (FREUD, 1915). Este investimento, ou em termos psicanalíticos, esta catexia, tende a aumentar progressivamente, podendo, em níveis extremos, culminar no esvaziamento do ego e na configuração do quadro melancólico (FREUD, 1915). O luto, nesta perspectiva, refere-se ao investimento libidinal na representação psíquica do objeto perdido, a fim de elaborar a perda. Nomeado por Freud de Recatexia, trata-se do movimento de reconexão com o objeto perdido, a fim de elaborar o luto por meio da incorporação de parte do referido objeto (HOMEM, 2020 p.76)

Para Freud (1926), é possível estabelecer, ainda, um paralelo entre a dor do luto e a dor física, tendo em vista que, em ambos os casos ocorre um investimento narcísico libidinal no objeto perdido. Para o autor, a dor física, em termos mentais, evocaria um investimento libidinal intenso na região do corpo lesionada, e da qual origina-se a dor. No luto, tal como na dor física, ocorre um investimento expressivo que é realizado não mais no corpo, mas no objeto do qual é preciso desvincular-se. O paralelo entre a dor física e a dor do luto não é exclusividade do referencial psicanalítico. Feijóó (2019), utiliza-se da diferenciação entre os conceitos de “dor e dor da dor” para abordar as diferentes manifestações psíquicas de pacientes enlutados a partir do referencial fenomenológico-existencial.

No contexto específico da transição, o luto pela identidade pré-transição ocorre, quase que concomitantemente, à imposição de uma nova identidade que urgirá por inclusão na família. Por fins meramente didáticos, focaremos por ora nos desafios impostos pelo luto relacionado à transição de gênero na família, reservando ao próximo capítulo a abordagem das especificidades concernentes à readoção de uma nova identidade. Além disso, é possível que na transição o luto apareça entremeadado das vivências características deste projeto, sobretudo na própria pessoa trans, em que indicadores de investimentos na transição podem ser eventualmente interpretados como uma forma elaborativa do luto ao qual nos referimos.

Por exemplo, é comum que pessoas trans fiquem desconfortáveis ao fazer contato com fotos ou com outros registros que remetam a suas identidades pré-transição (BENTO, 2017 p53). Tal resistência, à princípio típica de um processo autoafirmatório, refere-se também às ambivalências envolvidas na perda da identidade anterior. Como mencionado anteriormente, diferentes abordagens em psicologia ressaltam a importância da conexão com o objeto perdido na elaboração do luto, além do embricado jogo de forças, eventualmente conflitantes, envolvidos neste processo (FREUD, 1915; 1917; ROSS, 2005).

Dito isso, é possível, por exemplo, que a própria pessoa trans resista inconscientemente ao enfrentamento do luto necessário para a consolidação de sua nova identidade, já que, para isso, faz-se necessário o desvencilhamento das representações e dos afetos associados à identidade anterior. Em todo caso, o luto ao qual nos referimos abarca o trabalho emocional realizado pela família transgênera, incluindo a própria pessoa trans, a fim de elaborar a perda das múltiplas associações e dos projetos relacionados à configuração familiar existente antes da transição (JANINI, 2017).

Inicialmente, o processo de elaboração do luto, dentro da perspectiva psicanalítica, ocorrerá por meio da negociação gradual e constante entre a hipercatexia (ou seja, o investimento libidinal progressivo e constante) no objeto perdido; e o instinto de realidade; isto é, com a função egóica preservadora das noções de real do “eu” (CAVALCANTI, 2013). Assim, cada memória e expectativa vinculada ao objeto é convocada e hipercatexizada neste processo. Posteriormente, o teste de realidade impõe a retirada de toda libido investida por meio de representações que contestem a existência do objeto perdido. O luto conclui-se com a prevalência da realidade, e quando o ego, liberto da necessidade de investimento libidinal no objeto perdido, encontra-se livre e desinibido novamente (CAVALCANTI, 2013).

Na questão transgênera são muitas as possibilidades de elucidação do luto na família, e da evidência de indicadores dos movimentos psíquicos supracitados. A transição de gênero,

marcada profundamente pela ruptura com uma identidade supostamente já estabelecida (PRECIADO, 2020), impõe aos familiares, e a própria pessoa trans, a necessidade inegociável de enlutarem-se pelo eu que aos poucos deixa de existir. Assim, tanto os familiares, quanto a pessoa que protagoniza a transição, terão em dado momento a imposição do luto que ocorrerá por meio das recatexias progressivas às quais nos referimos.

Como reflexão, é possível supor que, na família transgênera, a elaboração do luto esteja, em si, mais relacionada com os investimentos necessários para libertar o ego (das partes envolvidas e do psiquismo familiar) das representações, das lembranças e dos projetos (de quem aos poucos deixa de existir); e menos, como suporíamos por dedução lógica, com a aceitação de quem gradualmente emerge ao longo da transição. Podemos supor, ainda, como certas atitudes típicas da dinâmica familiar podem prejudicar o processo de luto tal como descrito por Freud (1915). Como já mencionado, a típica evitação de conteúdos relacionados com a vida anterior à transição, como fotos, histórias, e outros ativadores de lembranças, podem ser eventualmente interpretados como movimentos de resistência, por parte da própria pessoa trans, à elaboração do luto decorrente de sua transição; uma vez que tais movimentos seriam, dentro desta perspectiva, recatexias familiares na versão antiga do eu, a fim de libertá-la.

De todo modo, é instigante pensar, por exemplo, como que nas famílias menos receptivas à transição, evidencia-se uma nítida resistência às adaptações pronominais, nominais e imagéticas, impostas ao longo do processo, e que se sustentam à revelia dos esforços do instinto de realidade. Na prática, o conflito mais comum é entre a pessoa trans, que urge por reconhecimento, e sua família, que independentemente do que esteja à sua frente, nega-se a nomear e a referir-se àquela pessoa tal como já faz ocorre com o restante da sociedade (LANZ, 2017). Estariam estes familiares paralisados em estágios iniciais do luto, como vimos acima, caracterizados pela fixação no objeto perdido e pela negação da realidade? Estas são questões sobre as quais almejamos lançar alguma luz ao longo deste estudo.

Propondo outra abordagem sobre a temática da morte, e do morrer, a pesquisadora e referência no tema Elizabeth Kubler-Ross, definiu os cinco estágios previstos ao longo do processo de luto. Após uma extensa pesquisa composta por entrevistas com mais de duzentos pacientes em estágio terminal (ROSS, 2005), a autora propôs que o luto tende a acontecer no desenrolar dos seguintes estágios: negação, depressão, raiva, barganha e, finalmente, a aceitação. Embora o estudo de Ross (2005) tenha sido pensado a partir das falas de pacientes

que lidavam com a iminência da morte concreta, acreditamos que a sua proposta de um luto dividido em etapas bem definidas pode igualmente auxiliar, com algumas ressalvas, na compreensão e na análise do luto vivenciado pela família transgênera.

2.2.1 “Dor e dor da dor”: Distinções conceituais acerca do luto na família em transição

É importante ressaltar, de antemão, que a ciência médica e a filosofia, juntamente de algumas correntes da psicologia, não compartilham de uma visão única sobre o luto (FEIJÓ, 2019). Para a medicina, o luto é concebido como um período passageiro com duração média de alguns dias (PARKES, 2009), cuja permanência configura estado patológico, uma vez que ameaça a produtividade e o bem-estar geral do paciente. Deste modo, caso a tristeza, o desânimo e todos os sentimentos característicos não sejam superados ou esquecidos dentro do prazo previsto, o luto passa a ser doentio e, portanto, passível de tratamento medicamentoso.

Como destaca a autora supracitada, a poesia, a filosofia, e algumas correntes psicológicas, como a fenomenologia; por outro lado, compreendem que “dor e alegria” são Co originários (Nietsche), sendo assim indissociáveis. Tais visões, apesar de dispares, são necessárias para uma definição mais precisa do luto que pretendemos abordar na família transgênera, e diferenciá-lo dos demais.

Sobre este assunto, Feijó (2019) evidencia, ainda, a importância de diferenciar adequadamente o “sofrimento da dor” na prática clínica com pacientes enlutados. Valendo-se de argumentos filosóficos e da análise de peças literárias brasileiras e gregas, como Dom Casmurgo e Antígona, a autora propõe que a dor e o sofrimento, embora distintos, são inerentes à vida, e aparecem ao longo da história como parte constitutiva da trama humana. Além disso, propõe que o homem moderno vive imerso em uma “sociedade positiva” na qual todo sentimento negativo deve ser devidamente evitado ou eliminado. Baseando-se nas contribuições de KirKegaard (1844/2015), a autora propõe, ainda, a diferenciação entre dois estados distintos: a dor, e a dor da dor. Assim, enquanto a dor refere-se a tristeza e ao pesar, a “dor da dor”, por outro lado, diz respeito aos infortúnios pelos quais a pessoa passa acreditando que não é merecedora de passar (FEIJÓ, 2019). Assim, enquanto a dor abarca o sofrimento psíquico decorrente da perda de algo significativo, seu derivado, “a dor da dor”, refere-se à lamentação pelos projetos e pelas expectativas associados ao objeto que se perdeu. Apesar de sutil, tal diferenciação é de suma importância tanto na abordagem clínica da dor, quanto no tema que estamos investigando.

O luto vivenciado na família transgênera é decorrente de uma morte simbólica, tendo em vista que, apesar de transformado(a), o familiar trans continua concretamente presente no

grupo familiar e é possível de ser acessado. O luto, neste contexto, impõe-se à família em função das transformações imagéticas e psicológicas típicas da transição, e que impõe a necessidade de enlutar-se por uma versão de alguém que aos poucos deixa de existir. Concomitantemente, uma nova versão deste mesmo familiar emerge, de modo que, para a família, não se trata de uma morte propriamente dita, e sim de uma readaptação, muitas vezes forçada. Dito isso, pode-se inferir que, ao abordar o luto vivido pelos membros da família em transição, estamos, na verdade, lidando com a “dor da dor”, ou seja, com o sofrimento decorrente da reformulação dos planos e das expectativas que foram associados ao familiar transgênero.

A distinção supracitada é essencial para uma abordagem clínica adequada e, como mostram as estatísticas que associam rejeição familiar à letalidade (BENTO, 2017), para evitar que a elaboração de lutos concretos seja necessária na família. O luto aqui abordado é, portanto, o referente a uma “morte em vida” e distingui-lo do luto decorrente da morte concreta faz-se necessário para uma abordagem justa e fidedigna deste sentimento. No luto concreto, a morte aparece como fatalidade e escapa a vontade do enlutado. Nas palavras de Feijó (2019), “é como um espinho na carne” que eventualmente poderá parar de doer, mas sempre estará lá. O luto ao qual nos referimos, por outro lado, refere-se, quase sempre, à frustração decorrente da não realização dos projetos e das expectativas associados ao familiar pré-transição. À revelia de sua consciência, a vontade do enlutado que se nega a lidar a transição de um familiar é soberana no caso de uma “morte em vida”.

Não se trata, no entanto, de desqualificar os lutos envolvidos na transição de gênero, mas, por outro lado, de reconhecê-los em sua real complexidade, relativizando-os com outros lutos típicos da existência humana. Diferenciar a dor em função de uma decisão, da dor decorrente de uma fatalidade, é crucial para uma compreensão mais clara e mais respeitosa das duas possibilidades. Por exemplo, anos após ao nascimento de seu filho, em função de seu desenvolvimento natural, a mãe não terá mais a possibilidade de ter aquele bebê em seus braços. Ainda assim, essa impossibilidade não será motivo de enlutamento, pois os sentimentos e projetos associados transfiguram-se ao longo do tempo, juntamente com o amor (FEIJÓ, 2019). A transição de gênero, de certa forma, impõe à família uma situação semelhante, mas na qual a transfiguração dos projetos e dos sentimentos associados precisará ocorrer de forma brusca e inesperada. Como veremos, trata-se de uma encruzilhada, em que a família precisará decidir entre a elaboração dos projetos e das frustrações associadas, ou a iminência da perda concreta do referido familiar.

Como supomos nesta investigação, a elaboração desta “dor da dor” é de suma importância para o reconhecimento da transição pela perspectiva familiar, e para a inclusão da pessoa trans na família durante e após o desfecho formal da transição. Evidentemente, haverá casos em que a rigidez emocional na família impedirá que se faça a distinção supracitada, e de fato os familiares abordarão a morte simbólica com “certa concretude”. Em todo caso, em vias gerais, abordaremos o luto na família transgênera, como visto até o momento, como uma morte simbólica, que, por sua vez, causa a “dor da dor” na própria pessoa trans e nos seus respectivos familiares.

2.2.2 Luto e ritos de passagem na experiência emocional da família em transição:

Outro tema que se evidencia a partir da abordagem dos lutos na família em transição consiste na questão intrínseca dos ritos de passagem. No contexto das transições de gênero, os ritos de passagem referem-se, principalmente, aos momentos de ruptura com a identidade anterior, e, ao mesmo tempo, de transformações na direção da identidade que se almeja alcançar (QUINTELLA, 2018). Os ritos, neste sentido, são capazes, ainda, de fornecer indicadores dos tempos possíveis de uma transição, demarcando, por exemplo, indícios de seu início formal, bem como de seu desfecho. Ressaltamos a importância de referir-se a tais momentos como marcas simbólicas e não como etapas fixas a serem cumpridas. Como já mencionado, a personalidade humana, seja esta transgênera ou não, encontra-se em constante transformação (HOMEM, 2020) e, neste sentido, é de grande dificuldade definir, com precisão, o ponto específico na linha do tempo em que se inicia uma determinada transição, ou quando a mesma termina.

Dito isso, os ritos de passagem podem servir de indicadores do momento familiar de uma transição de gênero, evidenciando tanto o estágio em que a pessoa trans se encontra, como também a forma como seus familiares lidam e administram seus próprios ritos particulares. De modo geral, os ritos de passagem são definidos como situações ou celebrações que demarcam a mudança de lugar ou de status social da pessoa em um determinado grupo ou comunidade (QUINTELLA, 2018). Em níveis simbólicos, a mudança de lugar social ocorre por meio da morte de quem existia antes, e da emergência de uma nova identidade que surge após a passagem ritual. Deste modo, os ritos de passagem característicos da transição encontram-se intimamente relacionados à temática “das mortes simbólicas e dos

seus respectivos lutos”, bem como às consequentes mudanças de status social dentro e fora do grupo familiar.

Ao abordar a importância dos ritos de passagem constituintes da história de vida de mulheres trans, QUINTELA (2018) define que, à revelia das alegorias folclóricas que associam a troca de gênero à simples passagem embaixo de um arco-íris, a trajetória destas pessoas é, quase que invariavelmente, marcada pela dor e pelo sofrimento, e vão muito além de uma solução mágica. Segundo o autor, em função da compreensão ocidental da noção de gênero, definida à priori pela prevalência dos marcadores do sexo biológico, o único espaço de subjetivação possível para estas pessoas seria o “lugar da limiaridade” social.

Assim, após notar a recorrência da expressão “quase lá” em suas entrevistadas, Quintela (2018) postula a pré-disposição na identidade trans, sobretudo feminina, a permanecer neste lugar de limiaridade, ou seja, à revelia dos esforços empreendidos por estas mulheres, elas nunca ocupavam plenamente o lugar social almejado. O “lugar limiar”, neste sentido, refere-se aos inúmeros recursos empíricos e discursivos utilizados pela norma vigente a fim de impedir que mulheres trans ocupem um “lugar de normalidade” e de plenitude. Em suas próprias palavras: “elas podem ter chegado ao arco-íris, mas atravessá-lo tem sido uma tarefa árdua e quase sempre sem êxito”. O lugar limiar deve-se, ainda, ao campo de possibilidades “de ser mulher” em nossa sociedade, profundamente definido pelos ditames hetero-norma-cis-gêneros (QUINTELLA, 2018; VELHO, 2008). A compreensão deste lugar de limiaridade e de sua intrínseca relação com os ritos de passagem oferece-nos mais uma possibilidade de reflexão acerca de um sentimento possível de um “quase lá” familiar; tendo em vista os inúmeros esforços empreendidos, muitas vezes sem êxito, na dissolução dos conflitos que culminam na exclusão da pessoa trans de sua família.

Uma vez que a transexualidade é compreendida como processo de subjetivação que em si produz está “limiaridade permanente” (QUINTELLA, 2018), a compreensão dos ritos de passagem, neste contexto, revelam os esforços empreendidos por estas pessoas, e eventualmente por suas famílias, “nas ininterruptas passagens de uma posição social para a outra”, em busca de alguma normalidade ou aceitação social. Tais movimentos são permeados pelas mortes simbólicas, e pelos respectivos lutos, que deverão ser elaborados pela família transgênera ao longo deste processo. Segundo Quintella (2018):

De acordo com Turner (1974), no estágio limiar, as pessoas se encontram em situações de ambiguidade, pois elas estariam fora das estruturas sociais, não fazendo parte de nenhuma posição socialmente estabelecida. Dessa maneira, a limiaridade seria comparado à morte. Turner ainda enfatiza que a morte ritual, vislumbrada em inúmeros ritos de passagem, seria a forma de estabelecer o elo do estágio limiar (um estágio de morte) com a “nova” pessoa que surgiu depois do rito de passagem, um

tipo de nascimento ou renascimento. Assim sendo, o estado limiar seria um “corte” brusco entre o antigo e o novo; entre o antigo estado da pessoa ou grupo e o novo estado (status) dessa pessoa ou grupo (p.7).

É importante mencionar, ainda, que o conceito de limiaridade social, utilizado por Quintela (2018) na compreensão dos processos psicossociais engendrados no “campo de possibilidades” da mulher transgênera, origina-se no próprio estudo dos ritos de passagem, atribuídos aos estudos dos antropólogos Arnold Van Deep e Victor Turner, que abordam a limiaridade como sendo a segunda das três fases previstas para os ritos de passagem em geral. Ressaltamos, portanto, que é na cronicidade da limiaridade social, expressa na recorrência de expressões como “quase lá”, que a limiaridade transgênera diferencia-se das demais. Trata-se, portanto, de um conceito chave na compreensão não somente da dinâmica social, mas também dos anseios destas pessoas em suas buscas pessoais, às vezes infundáveis.

Na temática transgênera, um dos ritos mais emblemáticos para homens e para mulheres consiste nas cirurgias de redesignação sexual (SANTOS, 2011). Trata-se de intervenções no radical do corpo, geralmente irreversíveis, que para muitos e muitas marcam um renascimento simbólico por meio da readequação genital. Apesar das críticas que denunciam uma apologia ao enquadramento dos corpos trans em moldes binários cis-normativos (LANZ, 2017, QUINTELLA, 2018), sobretudo por parte da classe médica especializada, é crescente o número de pessoas que, ano após ano, procuram por estas intervenções como parte decisória de suas transições (COUTINHO, 2018 p12). Seja coroando o fim de um processo ou iniciando a jornada, as cirurgias genitais para estes fins são cada vez mais frequentes, e precisam ser consideradas no escopo dos ritos iniciáticos que fundamentam a transição de gênero na atualidade.

Postula-se ainda, como as cirurgias, dentro do cenário atual, seriam compreendidas, por médicos e transgêneros, como um rito de passagem por excelência, constituindo o único vislumbre possível de libertação das teias de gênero que antecedem, envolvem e aprisionam a pessoa trans (QUINTELLA et. al., 2018). Sobre a relação das cirurgias de redesignação com a família dos cirurgiados, Janini (2017) aponta a importância de médicos e enfermeiros englobarem a família, quando está existir, no pós-operatório de pessoas trans. A enfermeira e pesquisadora do tema ressalta como o êxito no pós-operatório pode estar vinculado à construção e à manutenção de uma rede de apoio familiar ao paciente pós operado. Os estudos de Janini (2017), Quintela (2018) dentre outros, aproximam-se na ênfase dada à família na participação, concreta e simbólica, nos ritos de passagem típicos da transição. Como vimos até o momento, estes ritos encontram-se diretamente relacionados à noção de uma morte simbólica e, como tal, impõe a necessidade de elaboração de diferentes lutos na família.

Apesar da importância das cirurgias como ritos de passagem na vivência transgênera, existem outras situações que, tal como a cirurgia, impõe a necessidade de rupturas e de manejos, para a pessoa trans e para seus familiares, na aquisição e no estabelecimento de uma nova identidade. Neste sentido, pontuaremos e descreveremos situações já evidenciadas pela literatura especializada no tema, antecipando, ainda, algumas das situações encontradas em campo. Nosso interesse pousa, portanto, na dinâmica familiar que ocorre sem o estatuto necessário de rito de passagem, mas que potencialmente funciona como tal.

Assim, questões como a autorrevelação da pessoa trans para os familiares, ou o “coming out” (PONCIANO, 2019); a exigência de adaptações pronominais flexionadas no novo gênero para as formas de tratamento; a gradual (ou não) mudança na aparência da pessoa trans; a alteração do nome, dentre outros, são exemplos situacionais que impõe para a família a necessidade de iniciar e de sustentar um processo de luto pelo familiar que existia antes da transição. Apesar de isoladamente tais exemplos não parecerem mobilizadores o bastante de uma transformação familiar; o seu conjunto, a sua cronicidade, e, sobretudo, a sua repercussão emocional na família, são potencialmente capazes de mobilizar e de acionar intensos processos de ruptura e de transformação familiar, como o luto. O “trânsito familiar”, termo que cunhamos neste estudo, abarca justamente o conjunto destes movimentos, e sua resultante consiste na imposição de “tarefas familiares”, como luto a ser elaborado na família. Cada situação mencionada representará, em si, algum pequeno luto que deverá ser elaborado no escopo do luto familiar, realizado pela própria pessoa trans e por seus familiares.

Não obstante, a temática da elaboração dos referidos lutos merece, igualmente, evidência neste contexto. Como vimos, diferentes autores (FEIJÓ et al., 2019) propõem formas distintas de elaboração do sentimento de luto. Seja por meio do investimento libidinal no objeto perdido (FREUD, 1915), no reconhecimento e no cumprimento de etapas bem definidas (ROSS, 2005 p 43.), ou na aceitação de sua natureza existencial (FEIJÓ, 2019), a elaboração do luto ocorrerá, invariavelmente, por meio do enfrentamento desta situação como algo Real. Como vimos, a primeira, e talvez mais delicada das etapas do luto proposta por Ross (2005) consiste justamente na negação. A negação da necessidade de elaboração deste sentimento como algo legítimo, o que se acentua por sua natureza invisibilizada (CASSELATO, 2020), pode levar a uma incapacidade na família de reconhecer a identidade emergente ao longo da transição. Como um ponto nodal, o luto não elaborado pode impossibilitar que a família, ou parte dela, inicie o processo de “readoção psíquica”, tema que será abordado no próximo tópico desta investigação.

2.2.3 A Transição como reedição da adolescência: as implicações familiares de uma puberdade tardia

Desenvolveremos neste tópico um paralelo possível entre duas expressões identitárias distintas e já bem estabelecidas no imaginário coletivo e social: o período da adolescência e a transição de gênero. Os lutos característicos tanto da adolescência como da transição de gênero, bem como a natureza iniciática e típica dos ritos de passagem que ambos compartilham, justificam a abordagem deste tópico subsequente aos lutos e aos ritos supracitados, e que incluem o grupo familiar como um todo. Ressaltamos, ainda, que as relações existentes entre estes dois movimentos identitários vão muito além das rupturas e das transformações características de cada processo, e possuem a centralidade da família como um denominador comum a ser considerado. Dito isso, propomos que a transição de gênero evoca uma possível “reedição da adolescência” cuja repercussão é vivenciada tanto pela própria pessoa trans, independentemente de sua idade cronológica, quanto por seus respectivos familiares. Inicialmente, esta proposta origina-se a partir das semelhanças encontradas nos discursos de pessoas que, de alguma forma, vivenciaram tais rupturas e protagonizaram estes movimentos de transformação pessoal (NERY et al., 2011).

De antemão, pontuamos que utilizaremos, para os fins desta análise, duas correntes distintas de concepção da adolescência: Inicialmente, a visão clássica, com ênfase na “crise normal” e na “tempestade e estresse” (ABERASTURY, 1981, HALL, 1904); caracterizam a adolescência como uma época turbulenta, permeada por conflitos e por oscilações de humor; e, por outro lado, a corrente sociocultural proposta por Margareth Mead (1961), que destaca as variações na adolescência em função do contexto cultural, e postula que a adolescência pode configurar-se como um período gradual e suave da infância para a vida adulta, dependendo do ambiente. Corroborando com esta corrente, temos ainda os estudos mais contemporâneos da psicologia positiva, que enfatizam o ambiente e destacam as potencialidades de desenvolvimento típicos da juventude (PONCIANO 2016 et al).

Deste modo, nota-se que os estudos clássicos sobre a adolescência, sejam estes a partir do referencial psicanalítico (ABERTASTURY, 1981), ou como propostos por Hall; concebem este período a partir dos aspectos potencialmente estressores característicos de um momento de crise. Por outro lado, a corrente sociocultural (MEAD, 1961), bem como os autores mais contemporâneos, como Siegel (2021), Goleman (2012) e Ponciano (2016); concebem a adolescência a partir de correntes específicas da psicologia positiva, oferecendo uma

abordagem mais focada nas potencialidades do que nos obstáculos inerentes a este período, além de destacar a relevância do ambiente na configuração ou não de um “momento de crise”.

No campo das questões transgêneras, assim como nos estudos da adolescência, percebemos uma mesma distinção entre uma visão mais tradicional de transição (COUTINHO, 2018), concebida com um momento de crise por excelência; e correntes mais contemporâneas, que consideram a ênfase no ambiente e nas potencialidades de transformação que emergem de um contexto provedor de suporte emocional mútuo e seguro (PRECIADO, 2020, STONA, 2021), além das possibilidades de desenvolvimento pessoal inerentes ao processo. Sobre este último, destacamos que a concepção de uma transição de gênero emocionalmente leve e pouco turbulenta é bastante recente, uma vez que este modelo esteja vinculado, quase que invariavelmente, a inclusão tanto da família quanto da comunidade mais ampla como partes integrantes deste processo (JANINI, 2017).

Como já mencionado, até muito pouco tempo, o cenário mais recorrente era o de ruptura da pessoa em transição com o seu entorno familiar logo após ao início formal da transição (LANZ, 2017). Com isso, ainda que em função do ambiente, as transições de gênero eram quase que invariavelmente vivenciadas como crises turbulentas (COUTINHO, 2018), permeadas por picos de estresse e com grandes desafios existenciais. Em todo caso, as recentes mudanças ocorridas em uma minoria de famílias na atualidade, já nos permite presenciar transições de gênero que, tal como algumas adolescências, ocorrem de forma leve, gradual, e sem grandes turbulências ao longo do percurso (NUNES, 2020).

Apesar das distinções por hora apresentadas, em campo encontramos realidades afins de ambas as possibilidades em questão. Além disso, apesar de se tratar de abordagens pertencentes a correntes teóricas distintas (psicanalítica, positiva e sociocultural), acreditamos na possível complementariedade destes aportes, dadas as devidas ressalvas teóricas, na compreensão e na análise das semelhanças entre a transição de gênero e o período da adolescência. Dito isso, apresentaremos a seguir as concepções de adolescência supracitadas, e suas respectivas intersecções com o processo de transição de gênero.

Ao definir adolescência como uma “síndrome normal” Aberastuy (1981), evidencia os aspectos ansiogênicos e ao mesmo tempo previsíveis que caracterizam o período de transição para a vida adulta. Trata-se, como enunciado pela autora, de um conceito propositalmente cunhado numa contradição, uma vez que síndrome remeterá ao patológico; e o normal, por outro lado, refere-se ao que se encontra fora dos contornos da patologia. A própria etimologia da palavra adolescência remeterá, segundo a autora, ao que adolesce, ou seja, ao

“adolescimento” previsto, ou normal, entre a passagem para uma outra fase do desenvolvimento. Até o ano de 2018, as identidades transgêneras eram consideradas patológicas e possuíam uma sintomatologia própria catalogada no DSM-IV (Bento, 2017). Atualmente a transexualidade não é mais considerada uma patologia, e a sintomatologia que outrora caracterizava o “transexualismo” hoje define os contornos de uma possível “síndrome normal”, tal como verifica-se com a adolescência. Neste contexto, a “síndrome normal da adolescência” teria, como proposto pela autora, uma sintomatologia prevista, composta de dez tópicos básicos. São estes:

“1- busca de si mesmo e da identidade, 2- tendência grupal, 3- necessidade de intelectualizar e fantasiar; 4- crises religiosas; 5- deslocalização temporal; 6- evolução sexual manifesta; 7- atitude social reivindicatória; 8- contradições sucessivas em todas as manifestações da conduta; 9- uma separação progressiva dos pais; 10- constantes flutuações do humor e do estado de ânimo.”

Utilizaremos a descrição proposta por Aberastury (1981) como um possível guia ao longo da análise em questão. Dito isso, de antemão, destacam-se alguns dos pontos evidenciados pela autora, na síndrome normal da adolescência, como sendo igualmente preponderantes na compreensão das transições de gênero: A busca de si mesmo, a tendência grupal, a necessidade de intelectualizar e fantasiar, a evolução sexual manifesta, a atitude reivindicatória e as oscilações de ânimo e humor. Portanto, estes serão alguns dos eixos que nortearão a presente análise. Logo na primeira tópica proposta, a “busca de si mesmo e da identidade”, já nos deparamos com uma temática que é igualmente central tanto na adolescência como nas transições de gênero. Como abordaremos ao longo desta análise, adolescentes e transgêneros passam invariavelmente por uma busca de si mesmos por meio de uma reformulação identitária e social.

Ao abordar a “busca de si mesmo e da personalidade” como parte de uma adolescência normal, Aberstury (1981) propõe que esta ocorrerá por meio de dois processos básicos: a 1- conquista de um autoconceito ou senso de self e 2- modificação do esquema corporal. Apresentaremos brevemente os dois movimentos supracitados em função de suas aproximações possíveis com a temática transgênera. De antemão, ressaltamos que estas são correlações propostas pelo presente estudo, e para as quais não foram encontradas referências anteriores em nosso levantamento bibliográfico. Sobre este aspecto, a revisão bibliográfica em plataformas científicas a partir das palavras chaves “adolescência” e “transição de gênero” ofereceram uma variedade ampla de estudos acerca das transições de gênero vivenciadas por adolescentes (ALVES, 2021, et al), mas nenhum acerca da correlação psicológica entre os referidos períodos. Ainda assim, acreditamos que tal comparação seja potente tanto para

compreensão fenomenológica das transições de gênero como para a inclusão da família neste processo.

Inicialmente, as mudanças típicas da adolescência, assim como na transição de gênero, ameaçarão a integridade do autoconceito, ou seja, daquilo que o jovem pensa e sabe sobre si mesmo, e que foi conquistado ao longo da infância. Impõe-se, com isso, a necessidade de conquistar um novo “senso de self”, que ocorrerá por meio da integração do jovem com as suas próprias mudanças, e com as diferentes opiniões que receberá a seu respeito vindas de diferentes contextos sociais. Portanto, o jovem dialetiza com o próprio meio e consigo, introjetando e projetando conteúdos psíquicos na revisão de um autoconceito em construção. Espera-se, ainda, que o jovem recorrerá neste período às “identidades transitórias” ou “circunstanciais”, que são justamente facetas emergentes em contextos específicos e que desconcertam os adultos, sobretudo os pais, em função das drásticas mudanças comportamentais do jovem. Tais identidades atuam como mecanismos defensivos, e são acessadas pelo jovem em momentos de maior ansiedade ou estresse, além de oferecerem ensaios importantes para a vida adulta (ABERASTURY, 1981). Além disso, a autora propõe que a utilização das identidades transitórias oferece ao jovem a chance de elaborar “microlutos” antecipatórios e preparatórios para os grandes lutos componentes da “adolescência normal”. Assim, a entrada e a saída das referidas identidades impõem ao jovem a necessidade de ensaiar pequenas rupturas identitárias que o prepararão para as rupturas mais significativas da trama adolescente.

Do mesmo modo, pessoas em transição iniciam um movimento de revisão daquilo que sabem, daquilo que recebem e daquilo que devolvem como conteúdos acerca de si mesmas e do ambiente em que vivem (LANZ, 2017). Pode-se supor, ainda, que a transição seja, por excelência, um período de revisão e de busca do autoconceito; tendo em vista que, tal como o adolescente, a pessoa em transição encontra-se constantemente ameaçada pelas intensas e aceleradas mudanças que ocorrem em todas as esferas de sua personalidade. Além disso, é previsto que pessoas trans utilizem-se também de “identidades transitórias ou circunstâncias”, em função de contextos distintos e dos conteúdos ansiogênicos correlatos. Sabe-se, inclusive, que ao longo da transição é previsto que uma mesma pessoa possua, geralmente por curtos períodos, uma espécie de “vida dupla”, considerando que a identidade emergente da transição só apareça, neste estágio, em contextos considerados seguros (MOYRA et al., 2017). Como “locais de ensaio”, são espaços sociais em que a pessoa em transição pode vivenciar a experiência circunstancial de ser vista e tratada em consonância com o gênero para o qual

pretende-se transitar. Tal como proposto para o adolescente, este é igualmente um momento de preparo emocional e de ensaio para as rupturas mais significativas, previstas para uma transição de gênero.

Já a modificação do esquema corporal, apresenta-se como uma situação análoga à supracitada, porém direcionada para a autoimagem corporal do jovem. Para Aberastury (1981), a aquisição da autoimagem ocorrerá por meio “da resultante intrapsíquica da realidade corporal do sujeito”. Portanto, são as representações mentais que o sujeito possui de seu próprio corpo que moldarão um determinado esquema corporal. Logo, as mudanças físicas iniciadas com a puberdade confrontam o esquema corporal já estabelecido, convocando-o a uma modificação em função das alterações em curso. Neste sentido, o adolescente deverá “enlutar-se pelo corpo infantil perdido”, aceitando as mudanças em curso e a necessidade de ruptura com o esquema corporal da infância. Segundo a autora, o “luto pelo corpo infantil” consiste no processo psíquico no qual o jovem reformula o próprio esquema corporal, incorporando as mudanças físicas referentes ao desenvolvimento dos caracteres sexuais, primários e secundários, que surgem no lugar do corpo infantil anterior.

Neste ponto, igualmente, as aproximações entre as transições de gênero e o período da adolescência apresentam-se preponderantes. Tal como o jovem, a pessoa trans, do mesmo modo, deverá rever o esquema corporal e imagético já estabelecido em consonância com o gênero biológico. Assim, seja em função de intervenções cirúrgicas, terapias hormonais, ou mudanças na indumentária orientadas na direção do gênero desejado; a pessoa em transição experimentará uma série de mudanças corporais e imagéticas que evocarão a necessidade de revisão do esquema corporal vigente antes da transição (SOLOMON, 2013). À semelhança do adolescente, tal revisão deverá ocorrer por meio de um luto a ser elaborado. Assim, enquanto o jovem enluta-se pelo corpo infantil, a pessoa trans deverá, via de regra, enlutar-se pelo corpo pré-transição que gradualmente deixa de existir (JANINI, 2017). Além disso, a velocidade com que as referidas mudanças ocorrem poderá ser igualmente fonte de ansiedade e de angústia para os transgêneros, desencadeando a utilização de mecanismos defensivos frente ao “corpo em descontrole”. Logo, a pessoa em transição necessitará, tal como o jovem, enlutar-se por um corpo obsoleto (PRECIADO, 2020) na direção de um esquema corporal modificado.

Dito isso, são muitas as correlações possíveis entre os lutos estruturantes da psicodinâmica adolescente e a experiência emocional da transição de gênero na família. Para Aberastury (1981) no bojo da transição rumo à vida adulta encontram-se os três grandes lutos

impostos ao adolescente. São estes: O luto pelo corpo infantil; em função das inúmeras mudanças físicas iniciadas pela puberdade e a necessidade de uma reformulação do esquema corporal internalizado; O luto pelos pais da infância; em função da percepção mais realista e menos idealizada que o adolescente passa a ter dos próprios pais; motivada, sobretudo, pelo amadurecimento psicocognitivo e neurológico; e o luto pelo papel de criança na família, em função da progressiva alteração do lugar psicossocial que o adolescente ocupa no grupo familiar. Do mesmo modo, a pessoa trans necessitará enlutar-se por um corpo, pelos pais, e por um lugar imaginário e social na família que era ocupado antes do início da transição. Como explicitado, tratam-se de situações análogas às supracitadas acerca da fenomenologia adolescente, mas no contexto específico das transições de gênero.

Sobre este aspecto, a autora destaca ainda a existência de uma “ambivalência dual”, referindo-se aos sentimentos igualmente ansiogênicos experienciados pelos pais dos adolescentes em desenvolvimento, em função de sua progressiva separação dos filhos e das consequentes mudanças em curso. Para além da centralidade dos processos de luto para o amadurecimento do jovem, ressalta-se a necessidade de compreender que todo o sistema familiar é afetado pelas transformações em curso. Por último, tal como verificado com o jovem, a velocidade com que as referidas mudanças ocorrem poderá ser igualmente fonte de ansiedades persecutórias para a pessoa trans, sugerindo um “corpo em descontrole”, e evocando a utilização de mecanismos defensivos. Com isso, é previsto que a pessoa em transição experiencie “sintomas” tipicamente adolescentes independentemente de sua idade cronológica. Por exemplo, as sensações de despersonalização, por meio do desconhecimento do próprio corpo, e a consequente necessidade de racionalização, defendendo-se de um corpo incontrolável refugindo-se no mundo mental, são igualmente previstas ao longo das transições de gênero.

Opondo-se à visão clássica de uma adolescência necessariamente turbulenta e vivida como um período de crise, outros autores (SIEGEL et al., 2021) destacam a ênfase do contexto no qual o adolescente se desenvolve para que este período seja necessariamente turbulento, e não a adolescência em si. Tal corrente, chamada de “desenvolvimento positivo da juventude” (SIEGEL, 2016) reflete uma abordagem da psicologia positiva que enfatiza as qualidades e as trajetórias do desenvolvimento que são consideradas desejadas para uma juventude emocionalmente saudável. Com isso, enfatiza-se menos o que é negativo e mais o que pode potencializar o desenvolvimento sadio do adolescente (SIEGEL, 2021, PONCIANO, 2016). Logo, a adolescência permeada por características facilitadoras do

desenvolvimento tenderá a ser vivida de forma mais positiva e, cada vez menos, como uma crise ou uma “tempestade existencial” permeada pelo estresse (Ponciano, 2016). Destaca-se, ainda, que tais habilidades devem ser desenvolvidas tanto no adolescente como em sua rede mais ampla, como nos familiares e na comunidade em geral (GOLEMAN, 2012).

Do mesmo modo, estudos acerca do contexto em que pessoas transgêneras vivenciam suas respectivas transições (BENTO, 2017), apontam para uma forte influência do meio na intensidade dos conteúdos ansiogênicos emergentes neste processo. À semelhança do que vemos na adolescência, a noção clássica de transição vivenciada como uma crise, opõe-se aos relatos mais recentes (THAMIREZ, 2020). Neste contexto, a aceitação e o apoio familiar oferecem um contexto emocionalmente seguro e igualmente propício para uma transição experienciada de forma mais positiva e menos estressora. Independentemente da corrente teórica utilizada, chegamos ao consenso de que, tanto transgêneros como adolescentes vivenciam momentos potencialmente estressores em função das características inerentes aos seus respectivos processos; e que o ambiente, tanto familiar quanto mais amplo, exercerá uma forte influência na forma como tais conteúdos são experienciados.

No entanto, é consenso entre ambas as possibilidades de conceber a adolescência (a partir ou não da noção de “crise-normal”), a delimitação desta fase do desenvolvimento como algo que data de um período relativamente recente, remetendo a estudos do final do século XIX e início do XX. Destaca-se, ainda, que o seu surgimento atende à demandas sociais específicas, que são à princípio mais pautadas em fatores sócio-históricos do que em questões biológicas de fato (Ponciano, 2016). Assim, à revelia das características biológicas típicas deste período, a ausência do referencial simbólico da adolescência impedia que outrora tais características fossem percebidas e validadas, tal como verificamos atualmente na juventude (Ponciano, 2016). Havia, portanto, uma percepção generalista e superficial das diferentes idades, mas sem a clareza e a nitidez oriundas da criação e da percepção posterior das diferentes fases do desenvolvimento (ARIÈS, 1975).

Apesar da ênfase dada ao potencial ansiogênico inerente a este período e ao seu potencial de crise, Aberastury (1981), à semelhança dos autores supracitados, destaca a relevância do recorte sócio-histórico na compressão desta fase do desenvolvimento, e reforça a natureza social de seu surgimento como fase específica da trajetória humana. Tal como dissertado anteriormente acerca da construção sócio-histórica do sentimento de infância e de sua configuração como um período diferenciado do desenvolvimento (ARIÈS, 1975); a adolescência, do mesmo modo, constitui-se a partir de reformulações sócio-históricas

específicas que possibilitaram sua emergência como parte diferenciada da vida. Do mesmo modo, as transições de gênero, tal como são abordadas na atualidade, dialogam com um recorte sócio-histórico bastante recente (STONA, 2021), ainda que os registros históricos de pessoas trans pelo globo remetam aos mais remotos e distintos períodos históricos da humanidade (LANZ, 2017).

Ainda assim, à revelia dos indicadores sócio-históricos supracitados, os marcadores biológicos característicos da puberdade ainda são preponderantes para definir o início formal desta fase específica do desenvolvimento (PONCIANO, 2016, ABERASTURY, 1981). Por outro lado, como pontua Ponciano (2016) o desfecho deste período ainda é demarcado pelo contexto sociocultural e pelos indicadores de autonomia exigidos. Logo, são as pequenas transformações no corpo que sinalizam o início formal da adolescência, tanto para o próprio adolescente quanto para os seus familiares e para o entorno social mais amplo. Inaugura-se com isso o período da puberdade, no qual uma série de alterações hormonais repercutirão física e psicologicamente na constituição geral do adolescente.

A centralidade da puberdade na compreensão da adolescência é de suma importância no paralelo proposto entre este período e a transição de gênero. Como pontuado por Aberastury (1981), as inúmeras e aceleradas alterações iniciadas neste período são potencialmente ansiogênicas, e impõe ao adolescente a necessidade de lutos, por vezes totalmente inconscientes, pelo corpo e pela vida infantil que progressivamente deixam de existir. Este luto estende-se, ainda, a outras esferas da vida psíquica do adolescente, como o luto pela própria identidade infantil e o luto pelos pais idealizados da infância.

A puberdade consiste num período particularmente conturbado para a grande maioria dos adolescentes transgêneros, mesmo quando estes ainda não possuem a autopercepção, neste momento, de serem pessoas trans (MOIRA et al., 2017). A vivência adolescente de um “corpo em descontrole” (ABERASTURY, 1981), decorrente das alterações físicas típicas deste período, agrava-se quando tais alterações acentuam características sexuais de um gênero com o qual a pessoa não se identifica. Trata-se, portanto, de um período especialmente difícil para qualquer pessoa que seja sexo/gênero destoante da norma vigente, pois soma-se, às alterações previstas, a percepção de que as diferenças entre os gêneros se tornam cada vez mais evidentes. Em suma, o corpo desenvolve-se numa direção com a qual a pessoa não se identifica, o que pode acarretar prejuízos consideráveis tanto para a autoestima (NASCIMENTO, 20022), como para o desenvolvimento geral da personalidade.

Neste sentido, certas transições de gênero, sobretudo aquelas que se utilizam de hormonioterapia assistida, em alguma medida performam uma “puberdade conduzida artificialmente” (JANINI, 2017) e que ocorrerá desta vez na direção que a pessoa se identifica. Assim, uma série de combinações medicamentosas são utilizadas com o intuito de bloquear os hormônios sexuais naturalmente produzidos e inserir artificialmente hormônios sexuais compatíveis com o gênero para o qual a transição é orientada (SANTOS, 2010). Para além das mudanças físicas, acreditamos que a hormonioterapia assistida inaugura uma série de repercussões psicossociais que permitem traçar um paralelo entre este momento e a puberdade biológica.

Tal como verificado na puberdade adolescente, a pessoa trans precisará enlutar-se por um corpo que gradualmente deixa de existir dando lugar ao corpo “trans-formado”. Apesar do luto na família transgênera ser abordado de forma mais ampla, o luto ao qual nos referimos no tópico corrente refere-se especificamente ao corpo em transição e às modificações psíquicas e imagéticas decorrentes deste processo. Por exemplo, o início de uma terapia hormonal realizada por um homem trans, é suposta de, tal como ocorre com o menino cisgênero adolescente, despertar picos de libido e de excitação sexual em função dos elevados níveis de testosterona (NERY, 2011; PRECIADO, 2020). Do mesmo modo, uma mulher trans em hormonioterapia feminilizadora, assim como uma adolescente biologicamente feminina, é suposta de sentir dores na região dos seios e outros desconfortos em função do desenvolvimento mamário.

Como pode-se verificar, corpos trans e corpos adolescentes são, em alguma medida, corpos em transição. Tais aproximações não são mera coincidência e remetem ao propósito mais básico, em vias gerais, de uma transição de gênero. Por um lado, atenuam-se os traços deixados pela puberdade biológica por meio de bloqueadores hormonais e/ou pelos procedimentos cirúrgicos (SANTOS et al., 2010). Concomitantemente, almeja-se o desenvolvimento das características sexuais secundárias referentes ao gênero com o qual a “puberdade artificial” é direcionada pela hormonioterapia assistida, quando utilizada. Deste modo, no cerne da transição de gênero, como pode-se observar, há uma demanda de revisão e de reedição da puberdade biológica (NUNES, 2020) e, por consequência, de temáticas adolescentes e familiares a serem elaboradas.

Embora a adolescência seja socialmente compreendida como um período cuja meta seja o tornar-se adulto (ABERASTURY, 1981; HALL, 1904), Ponciano (2016) alerta que esta é uma visão que estimula a estereotipia, uma vez que, neste modelo, o adolescente seja

constantemente comparado e julgado em função de uma adulez e uma maturidade ainda não atingida. Assim, a autora pontua que, apesar de amplamente utilizada pela literatura especializada, a noção de transição na abordagem da adolescência deve ser vista com cautela, pois trata-se de um termo que enfatiza “onde se vai chegar, um ponto final a ser alcançado”; além de sugerir que a pessoa necessariamente transita para chegar na idade adulta. Assim, uma literatura mais crítica (SIEGEL et al., 2021) tem enfatizado a necessidade de olhar para o adolescente não somente como alguém que está em vias de tornar-se adulto, mas como alguém que vive a experiência de uma fase específica da vida. Caso contrário, corre-se o risco de inferiorizar o adolescente, uma vez que ele seja constantemente visto pelo prisma de um “não adulto”, ou seja, como alguém que ainda não amadureceu, um destemperado, ou uma pessoa incapacitada de lidar com as diferentes situações da vida.

Embora as transições de gênero sejam por definição períodos transitórios, é comum que, tal como ocorre com os adolescentes, pessoas transgêneras sejam igualmente concebidas a partir de um ideal a ser atingido (QUINTELLA, 2016). Assim, enquanto para o adolescente a meta a ser alcançada seriam os indicadores da vida adulta (Ponciano, 2016), para os transgêneros, por outro lado, a meta almejada é a passabilidade cisgênera (LANZ, 2017). Em outras palavras, enquanto para os adolescentes a expectativa social tende para a aquisição da maturidade; para as pessoas trans, do mesmo modo, a expectativa social consiste na aquisição de uma aparência e de maneirismos típicos de pessoas cisgêneras (não transgêneros). Sobre este aspecto, Quintella (2016) cunhou o termo “limiaridade social” para descrever a experiência de um “quase lá” constantemente descrito nas narrativas de suas entrevistadas transgêneras. Como mencionado anteriormente, à revelia da alegoria popular que reduz a transição a uma simples passagem embaixo de um arco-íris, não há solução mágica para o drama pessoal destas pessoas. Além disso, na opinião do autor, o famoso “pote de ouro” que é prometido ao final do arco-íris, raramente é encontrado, e o que vemos são pessoas, sobretudo mulheres, presas em jornadas intermináveis.

Do mesmo modo que adolescente são cobrados de virarem adultos, pessoas trans são constantemente cobradas de fazerem cirurgias, de tomarem hormônios, de trocarem seus nomes (SANTOS, 2010), e eventualmente acabam por acreditar que estas demandas são de fato suas. Não se trata, obviamente, de deslegitimar a validade destes procedimentos no escopo das transições de gênero na atualidade. Ainda assim, destacamos a existência de uma cobrança social perigosa, que confunde e eventualmente induz pessoas trans a realizarem procedimentos pelo Outro (COUTINHO, 2018), e não por si mesmas. Dito isso, ressaltamos a

importância de conceber a pessoa transgênera não somente como alguém em transição, e ampliar, assim como fizemos com a adolescência, nossa concepção deste período para além das demandas impostas socialmente.

Evidentemente, como diferença primordial entre os movimentos em questão, pontua-se justamente o caráter coletivo da puberdade biológica, em contraponto com a necessidade de intervenções medicamentosas voluntárias e personalizadas para a condução da “puberdade transgênera”. Ainda assim, destacamos que um número crescente de crianças e adolescentes autodeclarados transgêneros optam por utilizar medicamentos bloqueadores da puberdade biológica (THAMYRES, 2020), adiando e eventualmente substituindo-a pela puberdade conduzida artificialmente. Esta é uma modalidade recente e ainda controversa de transição de gênero, pois ocorre antes da puberdade biológica e envolve uma série de tramites jurídicos em que os responsáveis legais pelo jovem consentem a realização da hormonioterapia bloqueadora. Por esta razão, para os fins deste estudo, e da análise em questão, consideraremos que as transições de gênero ocorrem primordialmente após o desfecho formal da adolescência e da entrada na vida adulta. Ainda assim, destacamos que em alguns casos haverá, como já mencionado, a supressão da puberdade biológica e a substituição desta por outra conduzida artificialmente (SANTOS, 2010).

Não obstante, as aproximações entre estes dois períodos não se limitam apenas às alterações previstas nos corpos e aos picos hormonais correlatos. Adolescentes e transgêneros compartilham, ainda, a necessidade de lidar com os impactos de suas transformações biopsicossociais em seus respectivos grupos familiares. Segundo Ponciano (2016), as alterações da puberdade transformam não somente o adolescente, mas também todo o seu funcionamento familiar, o que pode gerar conflitos. Segundo a autora, neste momento de maior ansiedade para o adolescente, os adultos mais próximos são um diferencial possível, ao aceitarem as transformações em curso e oferecerem o apoio necessário. Trata-se de um período em que os relacionamentos entre pais e filhos tendem a ser marcados por conflitos geracionais, e todas as esferas da vida adolescente sujeitas às mudanças devem ser consideradas (PONCIANO, 2016). Para a autora, a adolescência deve ser abordada como um evento multifacetado, em que as dimensões da agência e da distância interpessoal precisam ser constantemente consideradas visando o desenvolvimento pleno de um self “autônomo-relacionado”. A proposta de um self que é simultaneamente autônomo e relacionado visa contemplar o desenvolvimento das habilidades pessoais e interpessoais do adolescente.

Quando abordamos a questão transgênera, lidamos igualmente com um evento complexo e multifacetado (PRECIADO, 2020). Do mesmo modo, a pessoa transgênera passa por mudanças que repercutem no funcionamento familiar (JANINI, 2017, Nunes, 2020) e que devem ser consideradas. Além disso, independentemente da idade daquele que protagoniza a transição, este é um momento em que a rede familiar se torna especialmente necessária, e que, tal como com o adolescente, os adultos mais próximos, sejam estes pais, cônjuges ou até mesmo amigos, serão de grande importância no oferecimento de uma rede segura de apoio ao longo do processo. Além disso, a necessidade de aceitação das transformações em curso pelos adultos significativos é outro ponto que aproxima a vivência entre adolescentes e transgêneros em suas transições particulares. Assim, seja na transição para a vida adulta ou para um outro gênero, adolescentes e pessoas trans mobilizam seus grupos familiares com suas demandas específicas por acolhimento, reconhecimento e validação.

2.2.4- Luto nos diferentes subsistemas familiares

Apresentaremos a seguir as possíveis implicações da transição de gênero para os diferentes subsistemas familiares, com ênfase na experiência emocional e nos lutos dos respectivos integrantes. De forma geral, para os autores sistêmicos, a família é concebida como um sistema complexo e hierarquicamente organizado em inúmeros subsistemas constituintes (MUSSUMECI & PONCIANO, 2016). Outrossim, a transição de gênero gera impactos específicos em cada um destes subsistemas, onde a experiência de perda do familiar existente antes da transição será vivenciada de formas distintas. Assim, conhecer as especificidades de cada subsistema permite estabelecer inferências clínicas acerca do impacto emocional da transição em cada membro da família. Obviamente, não se trata de estabelecer relações de causa e efeito, tendo em vista que, na presente abordagem, o paradigma vigente é o da complexidade (MORRIN, 2005). Dito isso, nosso objetivo consiste em levantar hipóteses, mantendo abertura para o novo, acerca de como cada familiar poderá reagir à transição, além de antecipar algumas das possibilidades encontradas em campo. Trata-se de uma análise com ênfase nas especificidades de cada membro da família, sem desconsiderar que, num evento como a transição de gênero, sempre o grupo familiar será integralmente afetado (ROMA & PONCIANO, 2022). Sob este paradigma, mesmo os grupos familiares que não incluem e que não validam o familiar transgênero, podem experimentar uma transformação em diferentes níveis a partir da transição deste integrante. Até mesmo em casos extremos de não aceitação,

caracterizados pela exclusão da pessoa trans do ambiente familiar, o grupo será afetado por esta transformação. Nesse caso, constitui-se um tabu familiar (ROMA & PONCIANO, 2022).

Iniciaremos nossa análise, no entanto, pela própria pessoa trans, e para a qual é igualmente prevista uma experiência de enlutamento em função das rupturas características do processo de transição (PRECIADO, 2020). Neste contexto, o *coming out*, ou a autorrevelação como pessoa trans para a família, consiste em um marco de grande importância, e que, para muitos, definirá o início formal da transição de gênero. Para Ponciano (2019), o *coming out* consiste em um momento emocionalmente intenso e que remete à autorrevelação, caracterizando um momento íntimo de revelação de si, ocorrido geralmente durante a adolescência, e com consequências significativas para a construção identitária de pessoas LGBTQIA+ de modo geral. A própria etimologia da palavra é sugestiva de algo que surge, ou que “deixa de sumir” (a-sumir), no momento da autorrevelação. Se compreendemos que “a” é um prefixo de negação, algo deixará de sumir para que o novo emergja a partir das rupturas identitárias característica deste momento. O luto, nessa perspectiva, é potencialmente por uma versão do “eu” que gradualmente deixará de existir, e pela ameaça de um lugar (concreto e simbólico) ocupado na família até o momento da autorrevelação (ROMA & PONCIANO, 202).

Passando para os subsistemas familiares, iniciaremos pelo subsistema conjugal, e para qual são previstas experiências de enlutamento específicas em função da transição de um ou mais de seus integrantes. Como explicitado, trata-se de situações em que um dos parceiros conjugais, ou ambos, realizam o processo de transição de gênero. De modo geral, é prevista a demanda por uma revisão completa do pacto-conjugal, ou seja, tudo que foi acordado até o momento da transição precisará ser revisto, uma vez que algo tão básico, e até então tão definitivo, como o gênero de um dos cônjuges, foi modificado. Além disso, é igualmente possível que os parceiros se encontrem às voltas com questionamentos acerca de suas respectivas orientações sexuais, uma vez que o gênero de um, ou de ambos os parceiros, é revisto ao longo do processo.

Nesta perspectiva, alguns casais passarão a ser lidos socialmente como pertencentes a uma orientação sexual diferente da inicialmente estabelecida (hétero para homo ou vice e versa); o que, por si só, poderá ser outra transição, para além da de gênero, a ser compartilhada. Por exemplo, o caso de uma mulher que é casada com um homem (biológico e social), e que por sua vez inicia o processo de transição para o gênero feminino; a referida esposa, até então casada com o seu marido, numa relação heterossexual normativa,

gradualmente poderá perceber-se numa relação com outra mulher, descobrindo-se, eventualmente, numa conjugalidade potencialmente lésbica.

No bojo destas etapas encontra-se a necessidade de enlutamento tanto pelo parceiro quanto pela conjugalidade existentes antes da transição. São lutos dos quais não se falam (Casellato, 2020) e dos quais a maior parte dos casais não tem sequer consciência, mas que se encontram na base de suas experiências emocionais e do sofrimento psíquico compartilhado.

Já sob a ótica do subsistema parental, indicamos que um dos filhos, no mínimo, realizou a transição de gênero. Neste sentido, trata-se da transição sendo concebida pela perspectiva dos pais, considerando as implicações emocionais desta posição. Trata-se de uma situação complexa e emocionalmente intensa, na qual os lutos referentes ao filho existente antes da transição e a uma versão idealizada da parentalidade (ROMA & PONCIANO, 2022) ocupam espaço central. Além disso, os pais também precisarão assumir-se como pais e responsáveis por uma pessoa trans, o que se relaciona a dimensão psicossocial da transição e aos possíveis conflitos com a família mais ampla e com outros espaços de socialização, como a escola (PRECIADO, 2020), dentre outros. Outros aspectos envolvem os medos acerca da segurança e da integridade física e emocional do filho(a) trans, como medos decorrentes de preconceitos e de questões relacionadas ao entorno social mais amplo, como a família extensa e outros espaços de interação (NASCIMENTO, 2020). Não obstante, os pais poderão enfrentar conflitos relacionados a questões escolares mais complexas, e divergências de opiniões relacionados ao apoio da transição. Por fim, será necessária, ainda, a reformulação dos vínculos parentais atendendo às especificidades da relação que emerge ao longo da transição deste filho e que, por atravessamentos socioculturais, moldam-se, ainda, em função de expectativas binárias de gênero.

Nesta perspectiva, a família em transição apresenta-se como um grupo emocionalmente intenso, complexo e potencialmente enlutado. O conhecimento dos processos psicossociais intrínsecos à transição, como o luto, sobretudo pela própria pessoa trans, pode facilitar o desenvolvimento de habilidades empáticas (CASELLATO, 2020), essenciais para uma postura mais compassiva e menos conflituosa para com os respectivos familiares em transição. Por exemplo, a típica resistência por parte dos familiares em adotar o nome social utilizado pela pessoa trans, ou a necessidade de manter e exibir fotos do familiar de antes da transição; fatos recorrentes em famílias em transição, podem indicar, sob este paradigma, a franca expressão emocional de uma das fases previstas para o processamento do luto: o investimento psíquico/libidinal no objeto perdido (FREUD, 1915). Neste contexto, se

compreendemos que para “deixar partir”, antes precisaremos nos conectar emocionalmente com aquilo que perdemos, o que a priori representaria a insensibilidade de familiares resistentes à transição, passa a indicar a vivência saudável de um franco enlutamento em família.

2.3 Readução no contexto da família em transição

O termo “readução” e o seu derivado “readução psíquica”, embora oriundos de uma mesma matriz vocabular, possuem significados distintos. Dito isso, readução refere-se, em primeiro lugar, a reincidir no ato de adotar, ou de ser adotado. A dimensão psíquica da adoção, por outro lado, refere-se ao movimento de adoção que se dá a posteriori e durante o processo de adoção jurídica propriamente dita, e que abarca a constituição dos vínculos relacionais de filiação em suas dimensões interacionais e psicodinâmicas (FÉRES-CARNEIRO, 1999). Nossa proposta consiste em, no contexto da família transgênera, utilizar o termo readução-psíquica para ilustrar e compreender os inúmeros esforços empreendidos, pela pessoa trans e por seus familiares, na reformulação e na transmutação dos vínculos existentes antes da transição. Deste modo, enquanto o luto na família transgênera tratará do trabalho emocional empenhado em “despedir-se” do familiar pré transição (JANINI, 2017); a readução, por outro lado, refere-se ao acolhimento e ao realinhamento dos papéis familiares que um evento como a transição de gênero pressupõe.

De antemão, ressaltamos que, a priori, tal proposta apresenta-se, no mínimo, a partir de duas perspectivas possíveis: o realinhamento das relações familiares ou a compreensão da readução por meio do conceito de *self dialógico* (SANTOS & GOMES, 2010). Apesar de contraditórias, as duas propostas remetem, invariavelmente, a maneiras específicas de compreender as relações do grupo familiar em momentos sócio-históricos distintos. Primeiramente, a noção de realinhamento remeterá, a priori, a uma noção de família mais pautada na rigidez dos papéis familiares, nas etapas bem definidas do ciclo vital familiar (Carter e McGoldrick, 2001) e na previsibilidade das funções atribuídas a cada um destes papéis. Aproxima-se, portanto, ao modelo de família tal como é concebido pelas escolas estruturais de Minuchin (RAPIZO, 2002), propondo uma maneira específica de relacionar-se em família a partir da atribuição de papéis bem definidos para cada integrante do grupo.

Já a noção de *self dialógico*, por outro lado, afina-se com os modelos de família propostos pelas escolas feministas de psicoterapia, caracterizados por uma maior fluidez das

funções e das atribuições dadas aos integrantes da família (NARVAZ, 2007). Opondo-se à proposta estrutural, são autoras que concebem a família como um grupo que, em si, encontra-se em transformação constante (NARVAZ, 2007), e a transição, nessa perspectiva, seria mais uma destas transformações possíveis. A readoção, a partir deste modelo, ocorrerá engendrada na relação, no “aqui e agora” cotidiano e nas narrativas construídas no decorrer da transição de gênero. Os *selves* individuais e coletivos, neste contexto, passarão por uma transição conjunta imposta pelo processo protagonizado pelo familiar transgênero.

Embora nas famílias contemporâneas notemos justamente uma maior fluidez dos referidos papéis (FÉRES-CARNEIRO, 1999), ressaltamos que o imaginário de tais famílias é permeado, ainda, por alguma organização pautada na divisão binária dos gêneros, refletindo, inclusive, a sociedade mais ampla. Como explicitado nas análises, por mais fluida e flexível que seja uma dada organização familiar, seus respectivos integrantes referem-se, via de regra, a si mesmos e aos demais a partir da atribuição de papéis de gênero mais ou menos bem definidos. Nossa hipótese consiste em que tal atribuição não represente apenas a mera atribuição de um nome, como pai ou mãe, em função da atribuição de gênero. Mesmo na atualidade, esperamos encontrar resquícios dos modelos mais conservadores que supõem lugares bem definidos na família, coexistindo, sobretudo, com a proposta mais flexível das correntes feministas de concepção do grupo familiar. Tal coexistência de traços de ambos os modelos remete, inclusive, ao período transitório, marcado por uma transformação em curso, pelo qual passa a família na atualidade (HOMEM, 2020). Por esta razão, abordamos a readoção a partir das duas perspectivas, tendo em vista que, em campo, prevalecem famílias próximas às duas possibilidades apresentadas.

Tal como no “luto-transgenero”, a readoção refere-se à apropriação de um conceito amplamente utilizado em outro campo alheio à temática transgênera, no caso os contextos jurídico e psicológico especializados (LEVY & BITTENCOURT, 2013), a fim de operacionalizar conceitualmente uma situação prevista em campo. Assim, a literatura utilizada na presente discussão, bem como suas devidas reflexões, será feita a partir de textos que não abordam o tema da adoção, ou da readoção, necessariamente a partir do prisma da transição de gênero na família. Tal ressalva faz-se necessária, sobretudo, em função da escassez de literatura científica que relacione o tema da adoção psíquica tal como abordaremos neste estudo. Em levantamento bibliográfico realizado em plataformas especializadas a partir dos referenciais adoção; readoção; psíquica; e transgêneros; obtivemos somente resultados referentes ao movimento de adoção ou readoção jurídica realizadas por

pais transexuais ou por famílias homoafetivas. A ausência de estudos desta natureza explica-se, dentre outros fatores, por meio da distinção pouco usual feita entre luto e readoção, na seara das transições, como proposto neste estudo.

Como já mencionado, luto e readoção psíquica serão compreendidos como peças de uma mesma engrenagem movida ao longo dos “trânsitos familiares” típicos da transição de gênero na família. Apesar da divisão didática entre luto e readoção, espera-se que ambos representem movimentos concomitantes, com certa prevalência de um ou de outro, além da possibilidade de indiferenciação entre ambos ao longo do processo. Ainda assim, tal divisão permitiu o aprofundamento de cada um destes momentos, além de vislumbrar outras possibilidades encontradas em campo.

Além disso, é importante mencionar que a readoção na família transgênera possui a especificidade de que a pessoa readotada já se encontra, de alguma forma, inscrita na história familiar. O Readotar, neste sentido, refere-se justamente ao fato de que, o objeto-filho (ou marido, irmão, ect) a ser readotado, ou re-vinculado, consistirá na mescla entre o que foi introjetado como parte do eu na elaboração do luto (HOMEM, 2020), com as novidades oriundas do processo de transição. Como visto anteriormente, a elaboração do luto ocorre, para as correntes psicanalíticas, com a introjeção de parte do objeto perdido como constituinte do eu do enlutado (FREUD, 1917; HOMEM, 2020). O desafio da família transgênera será o de reconhecer e readotar, em níveis práticos e simbólicos, alguém que concretamente nunca deixou de existir. Falaremos, portanto, dos típicos processos mentais que permeiam um contexto de adoção ou de readoção, e sua possível adaptação para a especificidade da transição de gênero na família. Logo, enquanto no luto o movimento é o de desligamento das representações associadas ao familiar pré-transição, na readoção, por outro lado, verifica-se o movimento de reconexão, de religamento com a pessoa resultante da transição de gênero.

2.3.1 Readoção compreendida como um realinhamento dos papéis familiares

O primeiro movimento que precisamos abordar consiste no realinhamento dos papéis familiares impostos a partir da transição de gênero na família. A noção de realinhamento familiar refere-se a uma necessidade de reestruturação e de transformação das funções e dos papéis familiares a partir de uma mudança significativa na família, como o nascimento de um filho, ou a passagem de uma determinada fase do ciclo de vida familiar (CARTER & MCGOLDRICK 2001). Do mesmo modo, a transição de gênero evocará, em diferentes

esferas, a reformulação e a revisão dos papéis familiares até então supostos de estarem bem estabelecidos.

No ciclo de vida familiar, é previsto, por exemplo, que o nascimento do primeiro filho, como marca inaugural do núcleo familiar, evoque de modo semelhante uma revisão, ou um realinhamento, dos até então bem definidos espaços conjugais (PONCIANO, 2016). O casal conjugal, até então soberano, desdobra-se em casal parental, e precisará ainda lidar com o desdobramento da díade conjugal na tríade familiar. Assim, o nascimento do primogênito, além de inaugurar um núcleo familiar, evocará toda uma reformulação dos papéis, dos lugares e das funções, de seus pais e da rede familiar mais ampla. Para além de uma mudança de nomenclatura e dos tipos de parentesco, um extenso trabalho subjetivo é empreendido em tais reformulações, em que pais se tornam avós, e filhos tornam-se pais.

Inicialmente, ressaltamos que, enquanto no nascimento do primeiro filho tal realinhamento impõe-se por meio da inscrição vertical de um novo membro (FÉRES-CARNEIRO, 2013), na questão transgênera, por outro lado, tal realinhamento ocorrera sem que uma nova linha geracional seja necessariamente inaugurada. Ainda assim, muitas são as semelhanças entre estes realinhamentos, tendo em vista que, em ambos os casos, a família, individualmente e em conjunto, precisará lidar com as repercussões psicossociais destas mudanças. Na prática, o que observamos é a convocação de filhos a serem filhas, pais de meninos a serem mães de meninas, e uma série de situações outras em que a mudança de gênero de um dos familiares ressoará nos demais como uma convocação para alterações práticas, subjetivas e vinculares importantes, todos temas desta investigação. Nota-se, ainda, que a mudança de gênero de um dos integrantes pode ser compreendida pelos demais como a chegada de uma pessoa inédita na família, em função não somente das mudanças imagéticas, mas também das alterações na personalidade consonantes com a transição de gênero. Assim, é possível que a chegada do novo integrante pós transição seja vivida de forma quase que concreta, e o realinhamento familiar aconteça na proporção de um evento desta natureza.

Deste modo, no caso da transição, o realinhamento não diz respeito a uma mudança de lugar geracional, mas sim, com a alteração de lugar subjetivo em relação ao familiar transgênero (STONA, 2021). Apesar destes movimentos serem previstos para todos os familiares envolvidos, como é de se imaginar, existem especificidades relacionadas aos impactos da transição nos diferentes subsistemas familiares. Abordaremos, portanto, as especificidades da readoção psíquica, por meio dos realinhamentos previstos, nos respectivos subsistemas parentais, conjugais e fraternos.

No caso dos pais, por exemplo, o realinhamento, e a readoção, deverão acontecer em função das reformulações dos vínculos que são característicos da parentalidade materna e paterna. Neste sentido, quando a transição é realizada por um dos filhos, o subsistema parental, ou seja, os pais, precisarão realinhar-se em relação ao filho trans. Ao falarmos de um suposto “realinhamento parental em relação ao filho trans”, mencionamos a necessidade de que, para que a readoção psíquica ocorra satisfatoriamente, haja uma reformulação dos vínculos parentais, conscientes e inconscientes, operantes na família transgênera.

Originária da tradução da expressão francesa “parentalité”, o termo parentalidade refere-se, basicamente, ao processo de implicação das funções dos pais em relação aos filhos (GORIN, 2015). Atualmente parentalidade vem sendo utilizada não somente para abordar o exercício, mas também o processo de tornar-se pai ou mãe, considerando a bagagem psíquica consciente e inconsciente, a história familiar e o aspecto sociocultural das partes envolvidas (FÉRES-CARNEIRO, 2015). A compreensão da parentalidade não somente como uma função de cuidado, mas também como um processo de construção identitária dos pais e das mães como tais (FÉRES-CARNEIRO, 2015), é de suma importância para a discussão em questão. Como proposto nesta investigação, o filho que transita no gênero impõe para os pais a necessidade de reaprenderem a parentalizá-lo, e a reinventarem-se nas esferas funcionais e identitárias deste processo.

No que se refere a parentalidade como função, os pais precisarão aprender a lidar com todas as especificidades de um filho que passa por uma transição (JANINI, 2017). Já no que tange a parentalidade como processo identificatório (FÉRES-CARNEIRO, 2015), os pais precisarão aprender a parentalizar uma pessoa trans, compreendendo as especificidades que o universo simbólico deste novo filho abarca. Em termos práticos, os pais, para permanecerem exercendo a sua função, precisarão apropriar-se de todo um novo universo simbólico-cultural composto por nomes, expressões, procedimentos, medicamentos, dentre outros aspectos característicos da experiência transgênera.

Em níveis subjetivos, homens e mulheres precisarão rever as bases inconscientes acessadas para ocupar o referido lugar de pai, ou de mãe. Tornar-se pai, ou mãe, traz em si a necessidade inconsciente de rever, em níveis profundos, o filho que se foi, e os pais que se teve (HOMEM, 2020 p.36). Por esta razão, “mudar a chave”, por exemplo, de um pai de menino, para um pai de menina, nunca será uma tarefa fácil. Além dos lutos já mencionados, trata-se, no âmbito parental, da necessidade de revisitar as matrizes inconscientes que guardam, em cada pai, suas recordações como filho, e encontrar os recursos necessários para

ocupar este novo lugar (MACHADO, 2015). Tornar-se pai, ou mãe, implica na necessidade de revisitar os fantasmas e reeditar os mitos fundantes de cada parte envolvida no projeto parental (HOMEM, 2020).

Na “mudança de chave”, acreditamos que ocorrerá, em diferentes níveis, uma reedição dos processos inconscientes que forjam o lugar subjetivo da parentalidade. Afinal, o pai, ou a mãe, constituíram-se como tais em relação a um determinado filho, ou filha, devidamente idealizado como tal. Para além do luto preponderante neste processo (JANINI, 2017), ressaltamos a necessidade de uma mudança de lugar subjetivo, que envolve a reinvenção da parentalidade em função das implicações subjetivas, nos pais, da transição de gênero, nos filhos. Tal como o filho transgênero, os pais, nesse sentido, precisarão reinventar-se internamente para acessar e para produzir os recursos subjetivos necessários para a “mudança de chave” em questão. De forma análoga, é previsto que os filhos “readotem” os próprios pais, ou que os irmãos se “readotaem”, caso a transição ocorra no sistema parental ou fraterno respectivamente. Igualmente, todo um trabalho prático e subjetivo deverá ocorrer na direção desta mudança, visando o reconhecimento e a inclusão na família das identidades emergentes da transição.

2.3.2 Readoção compreendida a partir do conceito de *self* dialógico:

Como vimos, a noção de realinhamento dos papéis pressupõe uma atribuição bem definida das funções parentais a cada familiar, que ocorrerá em função da divisão de gênero e de outros indicadores sociais na família (NARVAZ & KOLLER, 2007). Nossa outra possibilidade de leitura do movimento de readoção psíquica pauta-se na noção de *self* dialógico, ou *self* relacional, e parte da premissa que tais atribuições não se encontram previamente estabelecidas. Inicialmente, a noção de *self* dialógico baseia-se na proposta de um *self* descentralizado do “eu”, de natureza narrativa e em constante processo de transformação e de mudança (Santos & Gomes, 2010). Segundo os autores, no bojo desta teoria encontra a conjunção de dois conceitos distintos: o *self*, inicialmente proposto por William James (1890/2007); e a noção de novela polifônica, proposta por Mikhail Bakhtin (1963/1984).

Ao conjecturar acerca do *self*, seu idealizador, William James, propôs uma divisão para fins didáticos em quatro partes distintas: o *self* material, referente às noções do próprio corpo e das propriedades do indivíduo; O *self* social, que abarca a imagem que os outros

possuem de si, isto é, a noção que tenho acerca do que acham de mim; o self espiritual, demarcado pelas atividades psíquicas; e o ego puro, que sustentaria a continuidade da experiência consciente por meio do senso de “mesmidade”. Para os fins do nosso estudo, cabe, no entanto, destacar a característica flutuante do self, englobando, de forma mais ampla, tudo que alguém pode chamar de “meu” (SANTOS & GOMES, 2010).

Já a noção de novela polifônica de Bakhtin é oriunda da noção de dialogicidade das diferentes vozes componentes de uma trama. Para o autor, cada um destes personagens trará uma voz independente que é sustentada por suas características conflitantes. Assim, a partir do estudo de clássicos literários, Bakhtin possibilitou a concepção de uma teoria psicológica cuja compreensão do indivíduo ocorre a partir de suas interações dialógicas (Santos & Gomes, 2010). Assim:

Combinando as ideias de Bakhtin e Dostoyevsky, Hermans e colegas (1992) definiram o self dialógico como “uma multiplicidade dinâmica de posições do ‘eu’ relativamente autônomas em uma paisagem imaginária” (p. 28). O eu circula entre essas diversas posições, especialmente situadas, e imaginativamente dota-as de voz, o que possibilita o diálogo entre elas. Cada voz, como um personagem, pode estabelecer narrativas sobre seu respectivo mim, e esse diálogo incessante e multifacetado constitui um self narrativamente estruturado e descentralizado (HERMANS, 2001a).

Como uma dança de posições do self, destaca-se, ainda, a constante variância entre posições internas e externas a serem ocupadas no decorrer deste jogo dialógico. Logo, enquanto as posições internas referem-se as diferentes facetas de um mesmo indivíduo (por exemplo, os diferentes papéis a serem ocupados na família em transição); as posições externas, por outro lado, referem-se às facetas que emergem na interação com pessoas outras do convívio social mais amplo.

Neste contexto, a psicoterapia apresenta-se como o grande elo entre a teoria e a prática no campo dialógico (SANTOS & GOMES, 2010). Segundo os autores, o encontro terapêutico representa uma possibilidade de reformulação e, sobretudo, de inovação dos componentes do self dialógico, diversificando o repertório de posições possíveis do paciente. No bojo desta proposta de inovação encontra-se um elemento promissor na compreensão da trama dialógica que se estabelece no grupo familiar a partir da transição de gênero. Inicialmente, a inovação do self consiste em um processo que ocorre a partir de três procedimentos distintos:

O primeiro deles é a introdução de uma nova posição no sistema, o que implica necessariamente uma reorganização do self. O segundo é a mudança na

acessibilidade de uma posição no self, transformando as relações hierárquicas internas e dando a essa posição uma voz mais saliente. O terceiro procedimento é a formação de coalizões ou clusters entre posições, reforçando-se umas às outras e formando subsistemas que levam à inovação (SANTOS & GOMES, 2010).

Apesar da especificidade clínica do conceito de inovação, propomos neste estudo a compreensão da dinâmica estabelecida entre os diferentes selfs componentes da família transgênera por meio da organização supracitada em três procedimentos distintos. Inicialmente, o *coming out*, ou a autorrevelação da pessoa trans para os seus familiares pode ser compreendido como o momento de introdução de uma nova posição no sistema, inaugurando uma série de interações e de conflitos até então latentes na família (Ponciano, 2019). Posteriormente, as exigências de adequação impostas pela transição de um dos integrantes colocarão este familiar em destaque, além de impor uma reformulação das relações que é característica da segunda fase prevista para a inovação. Por fim, o desfecho deste processo, ou de um de seus momentos, é previsto a partir da formação de alianças, ou da coalizão, entre os diferentes familiares, por meio da possibilidade de aceitação, flexibilização e da formação de redes de apoio dentro da própria família em transição.

Obviamente, o desenrolar destes eventos dependerá, dentre outros fatores, dos níveis de saúde emocional na família (MACHADO, 2015). Como sabemos, famílias consideradas saudáveis emocionalmente tendem a ser mais flexíveis e dispõem de estratégias mais assertivas e mais funcionais no enfrentamento dos conflitos familiares. Por outro lado, famílias caracterizadas como adoecidas emocionalmente tendem a apresentar padrões mais rígidos e menos criativos no enfrentamento das dificuldades (PONCIANO, 2016). Portanto, a forma como as famílias lidarão com a transição de gênero de um de seus membros poderá ser utilizada como um indicador de maior ou de menor saúde emocional neste grupo, considerando as estratégias de enfrentamento utilizadas e os níveis de rigidez e de flexibilidade emocional em questão.

Concluindo, a noção de self dialógico em muito contribui para a compreensão das influências mútuas instauradas a partir da transição de gênero na família. A ênfase no aspecto narrativo e a noção de um self descentralizado são instrumentos potentes na construção de narrativas acerca do desenrolar da trama transgênera na família. Neste contexto, a transição de um dos membros evocará, invariavelmente, uma série de narrativas operantes na manutenção dos diferentes selfs componentes do grupo. A própria noção de transição de gênero, ainda que concebida apenas no âmbito individual, afina-se com a proposta de um self em diálogo e em negociação constante com o ambiente interno e externo. Assim, diferentes facetas, ou expressões do self, deverão aparecer na interação de uma mesma pessoa trans com um

determinado integrante da família. Do mesmo modo, supomos que a forma como o self em transição irá desenvolver-se dependerá em grande medida da resposta, ou das narrativas, construídas em família acerca da transição. Para os familiares, uma revisão de camadas mais profundas do próprio self é igualmente prevista a partir da transição de um dos integrantes do grupo. No bojo destas análises encontra-se a centralidade narrativa das influências investigadas neste estudo. Como uma novela polifônica (SANTOS & GOMES, 2010), a transição na família inaugurará uma série intensa de produções narrativas acerca deste evento.

Opondo-se ao sujeito psicanalítico, o indivíduo emergente de um self dialógico encontra-se em transformação permanente, tendo em vista a reedição contínua do self na manutenção da experiência consciente e dos subsequentes processos narrativos de inovação. Estivemos em nossas análises abertos a ambas as possibilidades de compreensão da readoção na família em transição e, igualmente, à prevalência de alguma destas abordagens. Assim, salientamos a existência de ambos os aportes como possibilidades teóricas de instrumentalizar o processo de readoção psíquica na família em transição.

2.4 Trânsito familiar: articulando os conceitos de luto e de readoção psíquica na família transgênera

Tendo apresentado a proposta integrativa de compreensão da família, bem como os conceitos de luto e de readoção psíquica por meio do referencial supracitado, debruçar-nos-emos neste subcapítulo na proposta de articulação entre ambos, e na possibilidade de instrumentalizar teoricamente o tema da presente investigação: o trânsito familiar na família transgênera. Inicialmente, a escolha do termo “trânsito” justifica-se por seu dinamismo implícito que remete ao movimento grupal, ao fluxo, e às inúmeras possibilidades de trânsitos mais ou menos fluentes em uma determinada direção. Remeterá, ainda, à possibilidade de descrever os trânsitos possíveis entre os diferentes componentes da família, estabelecendo uma alusão fortuita e inevitável aos “trânsitos entre constelações familiares”. Apesar de não utilizarmos o referencial mencionado, trata-se de mais uma camada possível de significação e de compreensão das análises empreendidas na presente investigação. Outrossim, a noção de trânsito remete a possibilidade de reflexão acerca dos caminhos alternativos, ou, nas palavras de Deleuze e Guattari (1992), das linhas de fuga que emergem frente aos impasses enfrentados por uma família em transição. Como no trânsito urbano, atentamo-nos aos

inúmeros sinais “verdes, vermelhos ou amarelos” emergentes nesse estudo, bem como às inúmeras sinalizações ao longo do caminho.

Além disso, reiteramos que a divisão do conceito de trânsito familiar em luto e readoção psíquica é meramente didática. Na prática, tais movimentos são supostos de ocorrerem concomitantemente, abrangendo as dimensões interacionais e psicodinâmicas do todo familiar. Dito isso, concebemos indícios de ambos os movimentos (luto e readoção) entremeados ao longo de todo processo, com a predominância de um ou de outro em função da experiência emocional do grupo familiar. Assim, dependendo do momento experienciado pela família, verifica-se a predominância dos aspectos de luto ou de readoção psíquica na análise dos trânsitos familiares. Dito isso, a noção de trânsito dividida em momentos específicos permite, em última instância, inferir acerca dos momentos possíveis de uma transição de gênero na família.

2.4.1 Os tempos possíveis de uma transição de gênero

Inicialmente, torna-se tarefa especialmente difícil definir, para fins didáticos, quando que um fenômeno como a transição de gênero na família se inicia e, mais ainda, o que demarcaria o seu término ou o seu desfecho. Como uma história que nunca acaba de ser escrita, a transição possui capítulos importantes, mas dificilmente saberemos qual foi o primeiro, ou qual será o último. Ainda assim, certos momentos são eleitos como marcantes deste processo e servem de organizadores das narrativas oferecidas pelos que passam por algum tipo de transição (NASCIMENTO, 2022; QUINTELLA, 2018). Apesar da singularidade de cada percurso, alguns fatos são notórios em função de sua alta incidência e da igual relevância que possuem nos mais distintos relatos sobre este assunto.

Assim, ao falar de uma família em transição, encaramos a difícil tarefa de definir quando uma transição se inicia e, mais ainda, o que demarcaria o seu desfecho. Apesar das dificuldades supracitadas, acreditamos que seja possível estabelecer um recorte seguro, respeitando as particularidades de cada história, se considerarmos o início formal deste processo a partir do momento em que a pessoa sinaliza para o grupo familiar o desejo de realizar a transição, ou seja, o momento em que a pessoa “*sai do armário*” (SEDGWICK, 2007), ou o *Coming out* (Ponciano, 2019) para sua família. Esta não é uma escolha arbitrária e baseia-se no fato de que é a partir deste momento de autorrevelação que se iniciam os intensos jogos e conflitos familiares que pretendemos investigar (PONCIANO, 2019).

Além disso, a relevância deste momento justifica-se pelo impacto que a possibilidade de aceitação da pessoa trans por parte do grupo familiar possui para o desfecho geral da transição de todos os envolvidos, tema desta investigação. Não pretendemos, contudo, desconsiderar toda história pregressa e nem o expressivo trabalho interno que conduziu o grupo familiar até o momento de abordar formalmente a transição de um de seus integrantes. No entanto, é ao falar sobre este assunto, ainda que minimamente, que a transição passa a ser compartilhada como uma demanda de família e impõe para cada um necessidades distintas de elaboração.

Por esta razão, retomamos a importância de demarcar o início formal da transição, na presente investigação, como sendo a autorrevelação, seja ela voluntária ou não, da pessoa trans para o grupo familiar. Trata-se do momento em que os tabus e conteúdos latentes relacionados às questões de gênero do grupo precisarão ser revistos e atualizados a partir dos conflitos oriundos da troca de gênero de um dos membros da família (PONCIANO, 2019). Não obstante, cada integrante, individualmente e em conjunto, precisará de alguma maneira confrontar as emoções potencialmente ansiogênicas evocadas a partir de um evento desta grandeza. Com o início formal da transição, surgem uma série de eventos, conflitantes ou não, até então inexistentes, ou latentes no grupo: os trânsitos familiares.

Trata-se, portanto, de uma nova dinâmica instaurada a partir da ocorrência de um evento da grandeza de uma transição de gênero. É neste momento que verificamos o início das interações características do trânsito familiar (luto e readoção psíquica), e que podem resultar, inclusive, na aceitação ou na exclusão da pessoa trans (LANZ, 2017), o que reitera a importância deste momento para uma compreensão mais complexa e mais inclusiva da família na transição de gênero.

3 METODOLOGIA

O presente capítulo destina-se a apresentação do desenho metodológico elaborado para os fins deste estudo, tendo por objetivo a contemplação dos aspectos apresentados como relevantes em nossa investigação. Dito isso, elucidamos a trajetória metodológica percorrida, visando alcançar os objetivos estipulados, devidamente detalhada em suas etapas constituintes. Outrossim, para além da mera descrição do método, objetivamos a problematização das fronteiras e das possibilidades de um estudo desta natureza. Neste paradigma, utilizamos um modelo qualitativo de pesquisa, visando justamente a abordagem dos distintos significados, atravessamentos socioculturais e outras possibilidades de análise que o referido método oferece. A escolha por este método deve-se, ainda, pela especificidade do público com o qual optamos por trabalhar. Ao entrevistar pessoas trans, e seus respectivos familiares, abordamos um grupo historicamente minorizado em seu poder social, ou seja, lidamos com pessoas cujo alcance sociopolítico de suas vozes foi minguado pelas inúmeras engrenagens opressivas operantes em nossa sociedade (NASCIMENTO, 2022). Deste modo, o método eleito para os fins deste estudo pretendeu “ouvir a voz”, ou oferecer um lugar de fala possível (RIBEIRO, 2019), a um público tão pouco escutado, e com tanto a dizer.

Dito isso, é de suma relevância, para os fins deste estudo, a circunscrição metodológica do conceito de lugar de fala. Ao responder à questão “o que é lugar de fala?”, Ribeiro (2019) define que este é um conceito ainda pouco compreendido em sua real complexidade e, por outro lado, amplamente utilizado nos meios virtuais, sobretudo em discursos de cunho militante. Segundo a autora, o conceito é pouco abarcado para além de suas significações imediatas, o que acaba por reduzi-lo aos espaços de debates acalorados, urgentes e eventualmente pouco embasados. Para além destas utilizações pelo senso comum, o lugar de fala consiste, de antemão, em um espaço discursivo. A noção de discurso, neste paradigma, distingue-se da ideia de um amontoado semântico com o objetivo específico de estabelecer uma comunicação. Pelo contrário, utilizamos aqui a noção Foucaultiana de discurso, ou seja, um sistema pré-estabelecido que estrutura não somente o imaginário social, mas as suas representações e as consequentes relações de poder e de controle estabelecidas (RIBEIRO, 2019).

Assim, a escolha pelo delineamento qualitativo de pesquisa justifica-se, ainda, pela possibilidade de circunscrição do referido lugar de fala, um lugar discursivo no qual, em conjunto, questionamos e, se possível, subvertemos as estruturas de poder já estabelecidas. No

caso desta investigação, a construção deste espaço discursivo inicia-se pela oportunidade destes grupos falarem sobre si e perceberem-se como famílias em transição. Como explicitado, nossa eleição de uma abordagem metodológica específica não se ateve, apenas, às implicações práticas acerca de como deveríamos conduzir nossa pesquisa. Para além disso, a escolha metodológica em questão reflete um posicionamento político diretamente afinado com a escuta acolhedora e transformadora não somente de pessoas trans, mas de todos aqueles sentenciados à margem por discursos que lhes antecederam.

3.1- Reflexividade e subjetividade da pesquisadora

Ao optar por uma metodologia qualitativa de pesquisa, definimos que nossas subjetividades e as de nossos entrevistados trabalharam conjuntamente na construção de um conhecimento comum (KAUFMANN, 2018). Trata-se de um saber emergente do Encontro, ou seja, do jogo intersubjetivo estabelecido entre pesquisador e pesquisado, e no qual ambos se afetam mutuamente, porém de modos distintos (BARDIN, 2008). No estudo em questão, o *modus operandi* supramencionado é atravessado, ainda, pelo agravante de que a pesquisadora e os pesquisados compartilharam o critério de inclusão da pesquisa: são integrantes de uma família em transição. Assim, todo jogo intersubjetivo estabelecido tanto nas entrevistas como na própria análise dos dados possuiu a marca deste atravessamento. Aqui, tanto o lugar de fala, ao qual nos referimos, como o lugar de escuta (DUNKER, 2019), tão necessário quanto, são lugares transgêneros de produção discursiva. Trata-se de uma configuração potente, mas igualmente delicada em níveis distintos.

Em uma análise sociológica, a ocupação do espaço de mestranda por uma mulher trans, em uma Universidade pública e no Brasil, em si, é algo a ser considerado. Afinal, se lidamos com a noção de lugares discursivos como estruturas de poder (RIBEIRO, 2019), esta é uma realidade questionadora das representações estigmatizantes, opressoras e marginalizantes acerca destas pessoas, sobretudo para as mulheres, que lidam com o agravante desta intersecção (NASCIMENTO, 2020). Outra subversão em curso retira pessoas trans do lugar, igualmente discursivo, de serem o eterno “objeto de estudo” (CAVALCANTI, 2018), e nunca as produtoras do conhecimento. Como animais de laboratório, somos amplamente estudadas por pessoas “de outras espécies”, nichos e classes sociais distintos, e, uma vez finalizados os estudos, somos abandonadas em nosso habitat natural, geralmente à margem. Evidentemente, não há garantia de que uma representante da classe transgênera na

condução deste estudo não vá repetir este erro. Ainda assim, ao tomar consciência desta realidade, assumimos o compromisso, pessoal e metodológico, de não medirmos esforços para que nossos entrevistados fossem acolhidos, escutados e reconhecidos para além do rótulo que lhes incluiu como participantes desta pesquisa.

Como psicoterapeuta de família e casal, e mulher trans, o objeto de estudo em questão proporciona a convergência das esferas pessoal e profissional, da minha própria vida, em um ponto comum de interesse. Evidentemente, não aludo aqui a um estudo biográfico, mas ao caráter processual do objeto em questão. Como toda boa ideia, até chegar à consciência, esta questão percorreu silenciosamente um longo caminho ao meu lado. Por tratar-se de um método em que o pesquisador lê os dados a partir de um crivo que lhe é próprio (KAUFMANN, 2018), é crucial a abordagem do jogo intersubjetivo estabelecido antes, durante e até mesmo depois das entrevistas, ao longo das análises.

Neste sentido, a reflexividade encontra-se diretamente relacionada a uma postura reflexiva do pesquisador, que, por sua vez, reflete em toda a sua própria trajetória, e na influência deste percurso em sua prática de pesquisa (KAUFMANN, 2018). Como os meus entrevistados, eu venho de uma família que necessitou transitar comigo da forma que lhes foi possível, enlutando-se gradualmente por uma versão minha que já não existia mais. Do mesmo modo, fui readotada por este grupo, e por outros, ao longo de toda a minha própria transição. Assim, a oportunidade de pensar e de teorizar sobre estes estágios veio diretamente do meu lugar como filha em uma família em transição. Refletindo sobre este “lugar”, especificamente no contexto desta investigação, foram inúmeras as vezes em que a pesquisadora se olhou no espelho, e viu a mulher trans.

Evidentemente, as entrevistas suscitaram processos com os quais foi preciso lidar a quente, sem ensaio, como a identificação, o orgulho e, por poucas vezes, com sentimentos contratransferenciais, como a raiva e a inveja suscitados por famílias que aparentemente lidaram melhor com a transição do que a minha própria. Concluindo, refletir sobre a mulher trans foi essencial para que a pesquisadora não se perdesse no caminho. Em termos técnicos, o conhecimento e a reflexão acerca das minhas próprias fragilidades emocionais foram cruciais para que, em momentos delicados, distanciamento/aproximação entre pesquisador e participantes da pesquisa fosse um movimento epistemológico de busca de um conhecimento encarnado, ainda que separando as histórias da pesquisadora com as dos entrevistados (Kaufmann, 2018).

3.2 Objetivos geral e específico

A partir do conteúdo explicitado, a presente investigação qualitativa possui duas categorias de objetivos norteadores: geral e específicos.

Objetivo geral

Incluir a família na compreensão do processo de transição de gênero, propondo uma abordagem complexa, dinâmica e que reconhece o grupo familiar neste fenômeno.

Objetivos específicos

Desenvolver o conceito de trânsito familiar, a partir da articulação de dois conceitos distintos: o conceito de luto e o conceito de readoção psíquica.

Descrever e analisar teórica e empiricamente, por meio das entrevistas, os movimentos psicossociais que ocorrem no grupo familiar, a partir da transição de gênero de um de (ou mais) de seus integrantes.

3.3- Método

Considerando que o estudo em questão visa a estabelecer um primeiro contato com a temática abordada, as famílias em transição, determinamos um delineamento de caráter exploratório. Com tal delineamento, pretendemos promover a familiaridade e a gama de conhecimentos existentes acerca deste tema. Além disso, uma vez que ao longo da revisão bibliográfica realizada, em português, para os fins deste estudo, nas plataformas especializadas (Scielo, Google acadêmico, dentre outros) não foram encontrados estudos precedentes abordando especificamente a experiência emocional de familiares de pessoas trans, estabelecemos uma aproximação inicial deste nicho, com o intuito principal de mapear e de circunscrever as características básicas e delineadoras do nicho em questão. Trata-se de um método em que o pesquisador assume a posição fundamental tanto na coleta quanto na posterior análise dos dados obtidos. Outrossim, faz-se necessária a elaboração de um instrumento metodologicamente eficaz, isto é, capaz de suscitar espontaneamente nos entrevistados a abordagem dos temas que são caros à investigação (KAUFMANN, 2018).

Ainda sobre o método, optamos por seguir um modelo compreensivo de realização das entrevistas componentes deste estudo. Idealizada por Kaufmann (2018), a entrevista compreensiva consiste em um guia para a pesquisa de campo fundado a partir da crítica aos métodos convencionais, tipicamente pautados na suposta neutralidade do entrevistador.

Inspirando-se na figura do “artesão intelectual”, o autor defende a necessidade de exercer com flexibilidade criativa a arte de entrevistar, sem que tal postura ameace ou inflija o rigor e o método científico. Segundo o autor, o entrevistador deve comportar-se tal como o estrangeiro ao chegar num país desconhecido: com curiosidade, autenticidade, urgência em aprender o idioma e respeito ao solo recém adentrado. O reconhecimento desta neutralidade utópica e a possibilidade de performar como uma artesã-intelectual-estrangeira corroboraram com as especificidades deste estudo, no qual pesquisadora e participantes da pesquisa compartilham um mesmo espaço social. Em uma secção específica apresentamos detalhadamente o questionário semiestruturado elaborado na “artesanía intelectual” deste estudo. Até mesmo por se tratar de um questionário semiestruturado, houve a condução sem a limitação do campo de possibilidades nas entrevistas realizadas.

3.3.1- Instrumentos

Apresentamos os instrumentos utilizados para os fins deste estudo, tendo por objetivo a contemplação dos aspectos que lhe são igualmente relevantes. Assim, elaboramos um estudo qualitativo cuja coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com os respectivos familiares dispostos a participar. Além disso, as famílias preencheram uma ficha de dados sociodemográficos, igualmente voltada para os fins desta investigação.

3.3.2 Ficha de dado sociodemográficos

A ficha de dados sociodemográficos preenchida pelos entrevistados teve por objetivo a coleta de dados desta natureza para a subsequente elaboração da tabela apresentada a seguir. Assim, dados acerca da idade dos participantes, da região em que residem, da configuração familiar, da identificação da(s) pessoas trans na família, do tempo transcorrido do início formal da transição de gênero, dentre outros, foram coletados com o intuito de mapear e de delinear um perfil dos participantes desta investigação.

Um delineamento sociodemográfico permite inferir se a pesquisa de fato atinge o público-alvo pretendido. Além disso, atua na definição de estratégias analíticas afinadas com o público componente da amostra, considerando suas especificidades e atravessamentos característicos (KAUFMANN, 2018). Outrossim, os dados sociodemográficos obtidos

constituem, *per se*, um dado de análise relevante. Ainda que o contingente de nossa amostra não seja numeroso o suficiente para refletir em qualquer nível a sociedade mais ampla, a prevalência ou ausência de determinados fatores sociodemográficos possibilitam o estabelecimento de inferências desta natureza, a partir das especificidades dessa amostra.

3.3.3 Roteiro de entrevista semiestruturado

O roteiro de entrevista semiestruturado foi elaborado com objetivo de suscitar, nos respectivos entrevistados, reflexões acerca dos temas concernentes a esta investigação, além de outros, emergentes ao longo das entrevistas, e devidamente incorporados sob a forma de eixos temáticos. Por se tratar de um roteiro desta natureza, as perguntas não foram realizadas necessariamente na ordem que são apresentadas. Somente a primeira pergunta, por iniciar a conversa, foi realizada no mesmo momento em todas as entrevistas. Assim, os demais eixos foram contemplados no decorrer das entrevistas e, quando não abordados espontaneamente, apresentados aos entrevistados por meio de uma indagação.

- Caso vocês escrevessem em conjunto um livro, ou produzissem um filme, ou dirigissem uma peça de teatro, sobre a transição de gênero nesta família, como seria esse livro, filme ou peça? Quais seriam os principais capítulos, quem seriam os principais personagens?

A pergunta supracitada foi propositalmente formulada de forma mais ampla e com o objetivo de “esquentar a conversa”, oferecendo para a família a oportunidade de estruturar minimamente os assuntos que seriam explorados no decorrer da entrevista. No entanto, em campo esta pergunta mostrou-se eficaz na abordagem de muitos dos temas previstos, eventualmente dispensando a necessidade de realização das perguntas seguintes, que lhes eram associadas.

- Como para você é (ser/ter) uma pessoa trans nessa família?
- Como foi o início deste processo para vocês?
- Quais foram as principais dificuldades ao longo do processo?
- Como cada familiar agiu individualmente? (oportunidade de falarem individualmente)
- Como que vocês descobriram sobre a transição de gênero do(a) x, vocês lembram, como vocês se sentiram? (Pergunta que visa avaliar o momento da autorrevelação para a família)

- Como foi para vocês o surgimento do(a) pessoa x na família? (pergunta que visa investigar os processos de luto e readoção na família)
- Como vocês lidaram com as transformações ao longo do processo?
- Para vocês, qual ou quais foram os momentos mais críticos da transição?
- Como foi a decisão de participar desta entrevista?

3.3.4 Procedimentos

Após a submissão do projeto de pesquisa apresentado previamente à Plataforma Brasil, e de sua aceitação pelo CEP – comitê de ética em pesquisa, demos início a coleta de dados. Nesta etapa, realizamos entrevistas semiestruturadas e a coleta de dados sociodemográficos a partir do preenchimento da ficha que foi elaborada para este fim, ambos executados em etapa única. Os encontros foram remotamente realizados com o grupo familiar em conjunto, utilizando a plataforma Google Meet de videoconferências, com exceção de uma única entrevista realizada presencialmente, por preferência da família em questão. Outrossim, as entrevistas foram gravadas em áudio utilizando um aparelho de celular com esta função, para que posteriormente o referido material fosse devidamente transcrito e analisado a partir do método escolhido. Eventualmente, por estarem em residências separadas, diferentes integrantes de uma mesma família receberam via WhatsApp o link de acesso para a sala virtual na qual realizamos a entrevista, de modo que todos os participantes compartilharam um mesmo tempo e espaço virtual previamente estabelecido. Destoando de nossa proposta inicial, optamos por não gravar também em vídeo as entrevistas, em função de dificuldades técnicas relacionadas ao armazenamento de imagens e da diferença prevista, neste modelo, entre as gravações de entrevistas presenciais e remotas.

3.4 Análise de dados

O método eleito para a análise dos dados obtidos consiste na análise de conteúdo proposta por Bardin (2008). Segundo a autora, este método define-se por um conjunto de instrumentos metodológicos voltados para a análise de fontes distintas de conteúdos, não se atendo, apenas, aos conteúdos verbais explicitados. Além disso, as análises, a partir deste referencial, precisam transitar entre o “rigor objetivo” e a “fecundidade subjetiva”. Trata-se de um método complexo e demandante de determinada postura do pesquisador, devidamente

afinado com as especificidades metodológicas em questão. Por um lado, a disciplina e o rigor às etapas constituintes são essenciais. Por outro, alguma dose de criatividade, postura intuitiva e abertura para o campo fazem-se igualmente necessárias (Bardin, 2008). É na conjugação destas qualidades que o rigor e a subjetividade se encontram na metodologia de análise.

Assim, como proposto por Bardin (2011), realizamos uma investigação cuja principal função consistiu no desvendar crítico do tema proposto. Além disso, a coleta de dados e a organização do material coletado seguiu igualmente o protocolo proposto pela autora, dividido em três etapas principais: a pré-análise, voltada para a organização dos dados e composição do *corpus* da investigação; a exploração do material, voltado para a elaboração de categorias pertinentes ao tema da investigação; e o tratamento dos resultados obtidos, no qual interpretamos os dados coletados a partir do referencial teórico adotado e das categorias de análise emergentes das etapas anteriores (SANTOS, 2012).

Deste modo, a análise iniciou-se oficialmente após a realização de quatro entrevistas com quatro famílias distintas, totalizando uma amostra de 9 pessoas distribuídas em seus respectivos grupos familiares. Organizamo-nos para que as transcrições ocorressem ao longo da realização das entrevistas, de modo que, quando uma nova entrevista era realizada, a anterior encontrava-se devidamente transcrita. Este passo teve por objetivo evitar o acúmulo de material para ser transcrito após o término da etapa de realização das entrevistas. Finalizadas as entrevistas e as respectivas transcrições, foi realizada uma primeira leitura ainda de natureza fluida, ou flutuante, do material coletado. Além disso, como proposto por Bardin (2008), um compilado das primeiras impressões foi realizado para cada entrevista, tendo por objetivo a síntese e a organização deste conteúdo.

Posteriormente, uma leitura mais focada objetivou o recorte de falas emblemáticas para os fins da pesquisa, bem como a eleição de palavras-chaves oriundas dos trechos selecionados. Neste contexto, as palavras-chaves são utilizadas como inspiração para futuras categorias de análise, configurando, segundo Bardin (2008), pré-categorias a serem consideradas. Afinando-se com a técnica proposta pela autora, a eleição das categorias subsequentes ocorreu a partir da fala dos entrevistados, de sua experiência narrativa e do crivo analítico estabelecido ao longo do processo. Assim, como proposto inicialmente, temas e categorias de análise foram frutos do rigor metodológico e da subjetividade da pesquisadora.

3.4.1 Participantes

Tendo como foco as interações características da “família em transição”, julgamos pertinente a realização de entrevistas que reunissem os diferentes componentes da trama transgênera na construção de uma narrativa compartilhada. Logo, o convite para participar da pesquisa direcionou-se para toda a família, e a entrevista ocorreu com aqueles dispostos a participar. Assim, a não disponibilidade de algum familiar ou a disposição de todos foi, em si, um dado de análise. Além disso, os participantes foram recrutados por meio de uma amostra de conveniência, ou seja, a partir de contatos e indicações. Outrossim, a divulgação do convite para participar ocorreu por meio de postagens em redes sociais, como o Facebook e o Instagram, bem como em grupos específicos de WhatsApp onde encontramos sujeitos participantes em potencial.

Por outro lado, o critério único de exclusão adotado foi a condição de não haver familiar algum disposto a participar da entrevista semiestruturada, juntamente com a pessoa transgênera. Tratando-se de um estudo que pretende investigar primordialmente as interações estabelecidas na família em transição, acreditamos prudente realizar a seleção supracitada, definindo que necessariamente deverá haver ao menos um familiar, além da própria pessoa trans, disposto a participar da coleta de dados. Inferimos, de antemão, que tal definição nos impõe o trabalho com famílias minimamente abertas à temática transgênera, dispostas a falar de si, e com algum nível de receptividade ao respectivo familiar trans.

Não se trata, obviamente, de negar a complexidade e a necessidade de validação das inúmeras narrativas de pessoas trans que são excluídas de seus grupos familiares (JANINI, 2017). Corroboramos a crença de que em todos os casos, incluindo os extremos de expulsão do lar e de ruptura total das relações familiares, o grupo será sempre emocionalmente impactado pela transição de gênero de um de seus membros.

Além disso, em termos práticos, dificilmente acessaríamos famílias de pessoas transgêneras que não dispusessem, à revelia de seus discursos e práticas manifestas, de uma receptividade mínima acerca deste familiar. Dito isso, nossa análise iniciou-se antes mesmo de encontrarmos o grupo a ser entrevistado: infere-se, *a priori*, que se trata de uma família minimamente receptiva ao familiar transgênero. Considerando o nicho de estudo em questão, julgamos prudente a abordagem de famílias coesas o suficiente e igualmente dispostas a falar a partir da perspectiva grupal-familiar. Além disso, não nos deparamos com famílias cuja pessoa trans não podia estar presente no momento de realização da entrevista. Como

inicialmente proposto, priorizamos, desde o início, famílias cuja pessoa trans possuía a disponibilidade para ser incluída na dinâmica da entrevista. Assim, para eleger-se como participante da pesquisa era necessário somente que o sujeito fosse autodeclarado transgênero, e que dispusesse de alguma rede familiar (não necessariamente parente biológico) com no mínimo um integrante disposto a participar. Acreditamos, ainda, que a não restrição etária e nem de gênero permitiu acessar uma amostra que refletiu de alguma forma o cenário social mais amplo. Além disso, a identificação dos participantes definiu-se em função de suas respectivas posições no sistema familiar. Assim, com exceção da família 4, composta somente pelo sistema fraterno, todos os outros integrantes foram identificados como pais ou filhos das famílias analisadas. A seguir, a tabela com os dados sociodemográficos das famílias participantes:

Família	Configuração	Pessoa(s) trans	Profissão	Tempo de transição
F1	Mãe (49 anos) Filho (30 anos) Neta (7anos)	Filho	M- Freelancer F- Freelancer	3 anos
F2	Mãe (60 anos) Pai (62 anos) Filha (32 anos)	Filha	M- Professora P- F- Publicitária	6 anos Engenheiro
F3	Mãe (60 anos) Filho (24 anos)	Filho	M- Aposentada F- Comerciante	2 anos
F4	Irmão (29 anos) Irmã (21 anos)	Irmão	I - Estudante I - Estudante	4 anos

3.4.2- Apresentação das categorias

As categorias emergentes ao longo do processo de análise foram agrupadas em Eixos temáticos, seguindo duas diferenciações: categorias conceituais e categorias descritivas. As categorias conceituais foram estabelecidas a partir da fundamentação teórica realizada para este estudo, precedendo, deste modo, a experiência empírica. Algumas destas categorias originaram-se do próprio questionário semiestruturado e da fundamentação teórica, como “luto e readoção” e “importância de participar da pesquisa”. Por outro lado, as categorias descritivas emergiram de falas significativas dos entrevistados, apontando nichos de análise relevantes em nossa investigação (SANTOS, 2012).

A definição das categorias evidenciou que orbitavam em torno de dois eixos temáticos distintos: “dinâmica familiar” e “atravessamentos sociais”. Inicialmente, o eixo “dinâmica familiar” abarca as categorias cujo conteúdo relaciona-se com os impactos da transição de gênero na dinâmica e no funcionamento familiar, em suas dimensões interrelacionais e psicodinâmicas respectivamente. Por outro lado, o eixo “atravessamentos sociais” engloba os aspectos relacionados às respostas sociais à transição vivenciada em família. Apesar de interrelacionados, os eixos apresentaram-se com especificidades que justificam tal distinção, mostrando-se relevantes tanto para a análise como para a qualificação dos dados obtidos. Assim, a distribuição das categorias ocorreu da forma apresentada na tabela abaixo.

Tabela 1

Eixos temáticos e categoria

Eixo temático	Categoria
I – Dinâmica familiar	Conceitual
	Luto e readoção
	Reedição da adolescência na família
	Um armário com várias portas
II - Atravessamentos sociais	Descritiva
	Formas de tratamento oscilante Escolha do nome, uma “escolha familiar”
	Conceitual
	Medo associado à violência e ao futuro
	Relação com a família extensa
	Descritiva
	Importância de participar da pesquisa
	Importância da rede de apoio

3.5 Resultados

As análises encontram-se dispostas no seguinte formato: inicialmente, cada categoria é apresentada em suas dimensões conceituais/descriptivas, com ênfase em seus principais aspectos e na respectiva fundamentação teórica. Como explicitado, as categorias foram definidas a partir dos objetivos geral e específico, das falas dos entrevistados e por meio da literatura revisada. Posteriormente, falas emblemáticas dos entrevistados ilustram e aproximam este conteúdo da discussão teórica supramencionada, desdobrando-se na elucidação e na discussão dos resultados.

3.5.1 Eixo 1 – Dinâmica familiar: a transição de gênero, para uma compreensão mais ampla e mais fidedigna deste fenômeno, evidencia-se como um processo demandante da inclusão da família em sua abordagem. Protagonizada pela pessoa trans, é desencadeadora de uma transição de natureza psicossocial, englobando e afetando integralmente a família. A partir dos pressupostos teóricos sobre o luto (FEIJÓ, 2019, CASELLATO, 2020), readoção (MACHADO, 2015) e adolescência (ABERASTURY, et al., 1981), o presente eixo temático abarca as afetações da transição de gênero sobre o grupo familiar por meio de duas categorias conceituais e quatro descritivas (apresentadas no quadro acima).

Luto e readoção: constituído pelo trânsito familiar e pela subseqüente etapas constituintes, luto e readoção psíquica (PARKES et al., 2009). Engloba os assuntos referentes à dinâmica potencialmente enlutada de uma família em transição, ou seja, os indicadores do desprendimento gradual da imagem e das expectativas associadas ao familiar existente no período anterior ao processo. A distinção conceitual entre “dor e dor da dor” (Feijó, 2019) abarca as diferenças existenciais entre a perda de um objeto significativo e, por outro lado, a perda de suas expectativas associadas. Destacam-se as especificidades de um luto socialmente invisibilizado (CASELLATO, 2020).

...é um luto, é um enlutamento, Entendeu, É muito difícil... é isso, mas é um processo assim de luto, isso aí você pode colocar na sua pesquisa... (Mãe, Família 2)

...para mim luto eu acho um negócio que muito radical, eu acho que fica assim é... não é uma tristeza, é um sentimento, assim que vai acumulando devido a tu tem uma expectativa e tá tendo uma outra expectativa entendeu, não é um choque é assim um dia tá assim hoje tá assado (Pai, Família 2)

Após a mãe acima relatar espontaneamente acerca do luto vivenciado por seu filho (filha trans) enquanto este transicionava para o gênero feminino, o pai manifesta-se

contrariamente, afirmando ter experienciado a perda de projetos que, até então, eram associados ao filho que, gradualmente, deixou de existir. Acima, as respectivas falas da mãe e do pai em questão, bem como as distintas visões acerca de um luto experienciado ao longo do processo de transição.

Será que como homem trans eu terei essa segurança que hoje em dia eu conquistei como uma mulher lésbica?...Será que as pessoas ainda terão o mesmo respeito por mim?... Realmente foi um luto, foi um luto (Filho, Família 3).

Exemplo de um rapaz que, ao escutar o relato de sua mãe, identifica-se com um sentimento de luto pela própria identidade modificada ao longo da transição.

como se fosse uma nova vida nova, novas experiências, expectativas, sonhos eu penso que seria por aí sabe os desafios, né? que são grandes... (Mãe, Família 3)

eu não tenho mais L (nome anterior feminino) mas tenho L (nome atual masculino), eu sei que eu tenho que colocar na minha cabeça... (Mãe, Família 3)

Acima, dois relato de uma mesma mãe evidenciando a reformulação das expectativas associadas ao filho, bem como o processo de readoção, por meio dos esforços empreendidos na utilização de um novo nome.

Deus me presenteou com dois filhos num só, eu até um determinado momento tive um menino e depois eu passei a ter uma menina... (Mãe, Família 2)

...a essência continua ... comecei a contar as coisas para ele como eu contava antes, antigamente né... A gente pode continuar sendo amigo do mesmo jeito. (Mãe, Família 1)

Acima, duas falas ilustrativas da recorrência da expressão “filhos dois em um” e da palavra “essência” nas falas dos entrevistados.

Reedição da adolescência na família: há um paralelo possível entre o desenvolvimento do adolescente (ABERASTURY et al., 1981) e o processo de transição de gênero. Uma revisão dos conteúdos típicos da adolescência, ao longo do processo de transição de gênero, é vivenciada na família (NERY et al., 2011).

...Uma puberdade, uma segunda puberdade, né? Rola, né? Tudo volta né? Espinha que volta, nossa, terrível... cabelo que muda textura o corpo muda pelos que nascem... nossa!” (Filho, Família 1)

...a testosterona muda muito o jeito que a gente sente as coisas, então antes eu era assim muito emotivo, eu chorava por qualquer coisa, e agora eu não lembro a última

vez que eu chorei, então... A gente fica assim, se estressa mais fácil, é... (Filho, Família 1)

E e eu to na menopausa né... Do nada eu fico Haaa (Mãe, Família1)

O homem trans mencionado acima relatou que, após o início da terapia hormonal (que já se estende há três anos), tornou-se cada vez mais raro e difícil conseguir chorar, algo recorrente em sua vida pré-transição. Além disso, as explosões de raiva e a libido aumentada foram igualmente percebidas pelo rapaz, igualmente associados à hormônio terapia masculinizadora conduzida à base de testosterona, e com impactos diretos na dinâmica familiar. Imediatamente, a mãe, atualmente na menopausa, identifica-se com as alterações hormonais relatadas pelo filho.

...entrei no IEDE e aí eu comecei a já ir atrás da hormonização e tudo mais, e aí o comecinho era bem aquela coisa assim, a voz começou a dar uma mudadinha, aí começaram a nascer uns pelinhos a mais nas pernas no queixo... (Irmão, família 4)

Acima, o rapaz associa o início da terapia hormonal ao aparecimento dos primeiros indicadores de uma puberdade masculina. A terapia hormonal é associada ao ingresso em um processo transexualizador do SUS, o IED (instituto de endocrinologia e diabetes - RJ).

“Um armário com várias portas”: A experiência de um duplo *coming out* nas famílias em transição: abarca as especificidades do processo de *coming out* (PONCIANO, 2019) ou de autorrevelação para a família, no contexto específico das famílias em transição.

... a primeira parte antes dele ser o B ele se assumiu lésbica né e depois ele foi se entendendo e a gente foi se entendendo junto com ele... (Irmã, Família 4)

... a gente vem fazendo um trabalho desde a minha adolescência sobre respeito às minhas diferenças, porque enfim, porque no tempo que eu me descobri homossexual, na adolescência, também iniciou aceitação, até porque eu me descobri muito novo e tudo, só que o processo que a gente passou naquele período eu acho que amadureceu ambos os lados, ao ponto de que hoje em dia mãe recebeu essa notícia de braços abertos, e o meu pai também recebeu bem... (Filho, Família 3)

Acima, o relato de um homem trans associando o percurso como mulher assumidamente lésbica a uma maior receptividade da família a sua autorrevelação como homem trans.

Formas de tratamento oscilantes: equívocos nas formas de tratamento do familiar transgênero, bem como suas respectivas queixas, podendo ser propositais ou involuntários, gerando impactos e consequências para cada um.

...eu já dei tanta escorregadela sabe ele fica com raiva às vezes quando eu chamo “ela” na frente de outras pessoas, eu digo: meu filho são 23 anos 22 como L e 1 como L (nome masculino) me dê esse tempo, eu tenho 60 anos já (risos) (Mãe, Família 3)”

...olha quando eu falo no passado às vezes eu falo “ela” porque era uma menina... (Mãe, Família 1)

Acima, dois exemplos de trocas pronominais, a primeira involuntária e a segunda justificando-se pela idade da mãe.

Escolha do nome, uma “escolha familiar”: o processo de escolha de um novo nome, para o familiar transgênero, surge a partir de um processo, com a participação da família.

...Eu já pensei em ter já pensei em F em homenagem a minha vó que se chamava CF (segundo nome masculino, F) eu sempre achei isso Fantástico desde criança eu tive muita inveja que ela chamava F ...

Para este rapaz trans chamado L. (nome social masculino), ainda aguardando para realizar a retificação judicial de nome e de gênero, o fato de sua avó possuir um nome composto cujo segundo nome era F (nome masculino), o fez pensar na possibilidade de incorporar este nome em seu processo de nomeação.

3.5.2 Eixo II - Atravessamentos sociais: a transição de gênero como um fenômeno de natureza meramente individual é questionada (BENTO et al., 2017), ao serem realçados os inúmeros fatores determinantes de um fenômeno socialmente complexo (COUTINHO, 2018), multifacetado e orquestrado por uma trama que, por vezes, ultrapassa sua principal protagonista: a pessoa trans. A omissão das questões familiares oferece uma visão centrada unicamente na pessoa trans, que passa a ser responsável, solitariamente, pelas conquistas, pelas derrotas e pelas intemperes experienciadas ao longo do caminho, de uma transição de gênero que é familiar.

Medo associado à violência e ao futuro: falas aflitas, sobretudo de pais de pessoas trans, que correspondem à necessidade de exporem seus anseios e suas angústias, relacionadas ao momento presente e, principalmente, ao futuro de seus filhos.

...né e o medo da violência, porque isso aí é uma das coisas que eu mais tinha medo, que eu tenho medo... (Mãe, Família 1)

Ô Renata eu já tive momentos que eu estava estacionando meu carro, e eu saindo com a M e o dono do estacionamento começou a fotografar a M como se fosse um bicho exótico sabe, já tive momentos muito difíceis a gente... é uma barra, é uma é uma evolução progressiva e dolorosa, com certeza (Mãe, Família 2)

... mas a gente tem receio de... de ele estar no lugar e acontecer assim uma agressão, mesmo que seja verbal, mas é um sofrimento né para ela e para a gente... (Pai, Família 2)

Como explicitado acima, seja pela antecipação de possíveis dificuldades enfrentadas pelos familiares transgêneros, ou por situações já vivenciadas, a família experiencia medos relacionados à segurança física, emocional e até mesmo profissional da pessoa em questão.

Relação com a família extensa: as inúmeras menções à família extensa, isto é, os avós, os tios, dentre outros, como personagens relevantes ao longo de suas transições. Auxiliando ou, eventualmente, prejudicando o processo de transição, destaca-se a importância da família extensa ao longo de uma transição experienciada em família.

... meu pai recentemente que eu falei com ele, ele fala: “ô minha filha me desculpa mas eu não consigo me referir ainda ele como menino, eu sou de outra geração, e eu sou assim mesmo e não consegui falar isso nunca...e eu falo tudo bem, tudo bem pai eu não vou eu quero ficar discutindo com meu pai meu pai, ele é bolsonarista ferrenho, ele meio que, sei lá... (Mãe, Família 1)

Tem um tio meu também que mora lá, que também fazia mais esforço para me chamar no masculino, pra usar o nome... (Filho, família 1)

Acima, dois exemplos onde a família extensa é fonte de rejeição e de receptividade respectivamente. Na fala da mãe, a não receptividade do pai (avó do rapaz trans) é associada a um posicionamento político específico.

Importância de participar da pesquisa: origina-se de uma das perguntas componentes da entrevista semiestruturada: “como foi para vocês a decisão de participar desta entrevista?”. Com essa pergunta, havia a intenção de conhecer a disponibilidade dos diferentes integrantes para falar sobre a transição de gênero, e a dinâmica familiar envolvida nesta decisão.

...Sim, eu achei interessante e também acho que, sei lá, se isso de alguma forma eu for ajudar, porque como eu te falei, na minha época não tinha informação nenhuma de nada assim, hoje em dia já é mais falado, então eu acho que quanto mais se fala melhor fica para outras pessoas...(Mãe, família1)

Acima, um relato acerca da importância social de participar da pesquisa, enfatizando a produção e difusão do conhecimento para o qual estão (mãe e filho) contribuindo.

Importância da rede de apoio durante o processo: a formação de uma rede segura pode estar vinculada à autorrevelação para a família. A rede de iguais, geralmente acessada

virtualmente, pode ser uma fonte segura de informações acerca de assuntos diversos, relativos à transição de gênero e a assuntos correlatos.

...foi justamente quando eu comecei a ter mais amizades na internet né, conhecer mais pessoas online do que aqui, então o que eu fiz foi né conversar com meus amigos, garantir que eu tenho apoio deles, então eu fiquei bom no fim da história, no fim das contas, eu ainda tenho meus amigos com quem eu posso contar caso aconteça alguma coisa, assim eu não sei eu achava, sempre achei que minha mãe aceitar mas tinha também o meus avós...É, e o medo de contar sempre meio que assustador né a gente contar uma coisa assim que muda tanto a vida da gente... (Filho, família 1, 30 anos)

Acima, o condicionamento da autorrevelação para a mãe e para os avós à formação de um grupo de amigos em uma rede social, igualmente transgêneros. somente após estabelecer conhecimento e contato suficientes com os novos amigos a ponto de estes garantirem que caso “algo acontecesse” que ele teria para onde ir, é que de fato o rapaz assumiu-se como tal para a sua família.

3.6 Discussão

Propomos, no presente tópico, a discussão realizada a partir dos diferentes aspectos metodológicos componentes deste estudo: os objetivos geral e específicos, a questão-problema apresentada na introdução, a fundamentação teórica, o material coletado a partir das entrevistas e as subsequentes análises e categorias estabelecidas. Destes, os objetivos geral e específicos, juntamente da questão-problema, constituíram o crivo, por meio do qual, selecionamos os aspectos relevantes para a discussão em questão. Além disso, apesar de determinados eixos e categorias serem ilustrados com falas de determinadas famílias, ressaltamos que a presente discussão se refere a uma noção geral e abrangente da família em transição, não se atendo, em absoluto, à especificidade da família utilizada para ilustrar um determinado aspecto.

Assim, os conteúdos apresentados nesta seção encontram-se dispostos, como mencionado, em categorias conceituais e descritivas, e organizados em dois eixos distintos: dinâmica familiar e atravessamentos sociais. Ambos, categorias e eixos, foram concebidos tendo por base o objetivo geral da presente investigação – incluir a família na compreensão do processo de transição de gênero, propondo uma abordagem mais complexa e mais inclusiva deste fenômeno – e, igualmente, os objetivos específicos - desenvolver o conceito de trânsito

familiar, a partir da articulação de dois conceitos distintos: o conceito de luto e o conceito de readoção psíquica; descrever e analisar teórica e empiricamente, por meio das entrevistas, os movimentos psicossociais que ocorrem no grupo familiar, a partir da transição de gênero de um de (ou mais) de seus integrantes.

Além dos objetivos, determinados conceitos foram igualmente relevantes na elaboração das análises. Em função da escassez de artigos científicos em português que abordassem a especificidade das famílias em transição, os conceitos utilizados foram discutidos a partir de estudos acadêmicos que os elucidavam isoladamente, sem necessariamente contextualizá-los na temática transgênera, e articulando-os entre si. Dito isso, os conceitos de luto, de readoção psíquica, de família e de adolescência foram igualmente relevantes na elaboração das categorias, dos eixos e dos resultados oriundos deste cruzamento, e apresentados na presente discussão.

Anterior à abordagem dos conteúdos referentes a cada eixo, algumas considerações fazem-se necessárias acerca das famílias participantes deste estudo. Sobre a idade dos participantes, nossa proposta não previu restrições referente a este aspecto. Não obstante, abordar pessoas de diferentes faixas etárias permitiu acessar mais facilmente os diferentes subsistemas que compõem a família. Por outro lado, restringir os entrevistados a uma faixa etária específica poderia enviesar nossa amostra na direção de um determinado subsistema familiar (conjugal, parental; no caso de sujeitos mais velhos; e fraterno, no caso de sujeitos adolescentes ou jovens adultos). Ainda assim, com exceção da família 1, nas demais famílias, o integrante transgênero pertencia ao sistema filial, ou seja, ocupava o lugar de filho ou de irmão (família 4) no sistema familiar.

Sobre este aspecto, apenas na família 1 tivemos a participação (indireta) de uma menor de idade: a filha do rapaz trans, uma menina de sete anos, gestada antes da transição e diagnosticada com autismo. Priorizando o bem-estar físico e emocional da criança, acordamos, por sugestão do pai e da avó (mãe do rapaz), que a menina ficaria próxima de onde realizamos a entrevista, acompanhada de um outro adulto, brincando e escutando música. Sobre a participação da criança, o pai justificou que: “ela é autista, ela não entende tanto, ela não conversa com a gente, ela não fala... Pra ela sou eu, sempre fui eu, não mudou nada...” Alguns segundos depois, algo inesperado aconteceu: a filha enrolou a corda reguladora da cortina em seu pescoço, simulando um enforcamento, e começou a gritar. Após o pronto acolhimento da menina e o consentimento da família para prosseguirmos, abordamos o ocorrido e questionamos se, de fato, ela compreendia tão pouco sobre o que ocorria ao seu

redor. Após este suposto *acting*, todos os presentes perceberam-se “com a corda no pescoço”, e não somente a menina. Expomos este ocorrido, sobretudo, por tratar-se da única ocorrência de um participante menor de idade nesta investigação, pela condição do autismo e pela dupla função da pessoa trans no sistema familiar: filho e pai respectivamente. Posteriormente, retomaremos este caso na discussão de outros aspectos relevantes na dinâmica instaurada a partir da transição de gênero nesta família.

Assim, mesmo sem adotar restrições etárias, utilizando um único critério de exclusão e contando com uma extensa divulgação em grupos específicos e em redes de contato com o público transgênero, poucas famílias, ainda que incompletas, apresentaram-se de fato dispostas a participar. Eventualmente, pessoas trans manifestaram interesse legítimo em conceder entrevistas sobre suas transições, mas sem a participação dos respectivos familiares.

Via de regra, as justificativas apontaram para uma indisponibilidade emocional dos familiares frente a tarefa de conceder uma entrevista, ou para a ausência de tempo hábil para uma reunião familiar. Apesar de frustrante, acreditamos que tal indisponibilidade configure, em si, um dado de análise. A tarefa de reunir-se em família, ainda que com parte dela, a fim de revisitar os temas típicos de uma transição, pode não ser fácil, tampouco agradável, para muitos grupos familiares. Como previsto metodologicamente, nossa amostra abarca famílias que, de antemão, apresentam um nível mínimo de saúde e de flexibilidade emocional, expresso no simples fato de abrirem suas histórias para uma pesquisadora.

Sobre este aspecto, mesmo nas famílias participantes, evidenciou-se um padrão de seleção, realizado pelo próprio grupo, acerca dos integrantes que concederiam a entrevista. Assim, apesar do convite claramente estender-se integralmente a todo a família, alguns membros eram invariavelmente eleitos como possíveis participantes, em detrimento de outros. Via de regra, tais escolhas baseavam-se na maior abertura do familiar selecionado na abordagem dos temas relativos à transição, pela afinidade com o mesmo ou por sua presença ao longo do processo.

Assim, apesar da insistente convocação de todo o grupo, nenhuma das famílias participantes esteve completa no decorrer das entrevistas. Tal constatação, no entanto, configura um dado de análise com o qual pretendemos trabalhar. Inicialmente, os grupos evidenciaram uma resistência à convocação de integrantes potencialmente menos receptivos à proposta da pesquisa, geralmente os pais, evidenciando uma relutância compreensível à exposição de relações mais conflituosas. Além disso, motivados pela fantasia de que determinados familiares forneceriam melhores relatos, os integrantes para os quais fizemos os

convites tenderam a selecionar, involuntariamente ou não, os familiares mais “promissores”, geralmente as mães. Nossos entrevistados parecem ter elegido os familiares cujas respostas seriam supostamente mais desejáveis, ou seja, mais afinadas com a inclusão da família na compreensão da transição de gênero. Não se trata, em absoluto, de questionar a validade dos dados obtidos. Pelo contrário, os familiares entrevistados ofereceram relatos legítimos e, à revelia desta seleção, os conflitos de opiniões emergiram ao longo dos relatos.

Nesta perspectiva, das quatro famílias participantes, três elegeram a mãe (famílias 1, 2 e 3) como sendo o familiar entrevistado (juntamente com a pessoa trans), e uma elegeu a irmã. Destas, a família 2 contou com a participação do pai, que foi convidado pela entrevistadora durante a entrevista, após a mãe e a filha informarem que o mesmo se encontrava disponível. Com alguma relutância, a mãe informou que: “ele vai dar uma chegadinha para ela conhecer e participar sim...porque o negócio é mais é comigo mesmo”. Evidenciou-se, assim, uma predileção pela figura materna como sendo o familiar eleito para compor o grupo participante. Por outro lado, com exceção da família 2, a relação com a figura paterna foi descrita como ausente (família 1), ou como sendo mais distante, quando comparada com a relação com a mãe (famílias 3 e 4). De fato, grupos de apoio destinados aos pais de pessoas LGBTQIA+ são, geralmente, compostos por mães, à exemplo do “mães pela diversidade”, dentre outros (NASCIMENTO, 2022). Para os fins desta investigação, ressaltamos a prevalência da participação das mães nas famílias entrevistadas, e a consequente marca desta presença na subseqüente discussão.

Além disso, apesar da suposta invisibilidade do público trans masculino no cenário nacional (BENTO, 2017, NERY, 2011), nossa amostra foi composta, quase que integralmente, por famílias cujo familiar transgênero identificava-se como homem. Assim, das quatro famílias entrevistadas, três eram compostas por homens trans e somente uma por mulher. Destes, um identificava-se como heterossexual (Família 3), outro como bissexual (Família 1) e o último como Pansexual (Família 4). Apesar de nossa amostra não refletir o cenário social mais amplo, a prevalência de homens trans e a diversidade sexual dos mesmos, evidenciam a pluralidade com que a orientação sexual e a identidade de gênero podem combinar-se em distintas possibilidades de construção subjetiva (STONA, 2020).

Por fim, apesar das considerações acima, ressaltamos que a categorização dos participantes em transgêneros masculinos ou femininos consistiu em um mero organizador metodológico e na previsão da amostra de fato acessada. Primeiramente, tal divisão pode ser interpretada como rígida e destoante da proposta de um estudo cujo foco reside nas

identidades transgressoras do binarismo homem-mulher. Além disso, a concepção atual do termo transgênero consiste em um guarda-chuva conceitual muito mais amplo (LANZ, 2017 p.70; COUTINHO, 2018), que abarca inúmeras expressões identitárias não binárias, como os *queers*, os próprios não binários, os intersexos, dentre outros. Ainda assim, considerando que as famílias, assim como as próprias pessoas trans, são oriundas de uma sociedade cujo binarismo ainda é estrutural e, portanto, estruturante, julgamos prudente que houvesse, para fins de mera organização metodológica, alguma categorização neste sentido, a fim de referendar e incluir os próprios participantes em seus respectivos nichos.

Sabe-se, por exemplo, que as mulheres trans, por influência de fatores sócio-históricos, como o fetichismo operante no bojo da hiper erotização que lhes foi imposta pelo patriarcado (CAVALCANTI, 2018); possuem uma visibilidade social consideravelmente maior que a dos homens trans, que por sua vez chegam a ser, como explicitado, considerados invisíveis socialmente (NERY, 2011). Nossa divisão apoia-se, portanto, na hipótese de que a experiência de ser transgênero, de modo geral, é vivida de formas distintas por pessoas que foram inicialmente inscritas socialmente como homens ou como mulheres biológicos (STONA, 2021 p.44). Ainda assim, apesar de nenhuma ocorrência, mantivemos a abertura para eventuais participantes que não fossem *a priori* identificados com nenhuma das categorias previamente apresentadas.

A partir deste ponto, discutimos os conteúdos referentes a cada eixo e suas respectivas categorias, iniciando pelo eixo1- dinâmica familiar. O eixo temático “dinâmica familiar”, em suas categorias conceituais e descritivas, evidencia as inúmeras relações estabelecidas entre o processo de transição de gênero e suas repercussões para o grupo familiar. Iniciamos a discussão do eixo em questão abordando as suas três categorias conceituais componentes: “luto e readoção” e “reedição da adolescência na família” e “um armário com várias portas”.

Inicialmente, a abordagem dos processos de luto e de readoção em uma única categoria reflete a forma como os entrevistados referiram-se aos processos em questão, sempre de forma entremeada e distinguindo-os somente em função do momento familiar relatado. Sobre este aspecto, ressaltamos, como já elucidado em nossa fundamentação teórica, que a diferenciação entre luto e readoção psíquica é de natureza meramente didática, e tem por objetivo evidenciar as especificidades dos distintos momentos vivenciados por uma família em transição (PARKES, 2009, MACHADO, 2015). Em campo, como previsto anteriormente, as famílias apresentaram evidências de ambos os processos em seus relatos, com a prevalência de um ou de outro, dependendo, sobretudo, do momento familiar abordado.

Dito isso, apesar de discutirmos cada um dos dois momentos separadamente (luto e readoção), alertamos para o fato de que, eventualmente, ambos sejam mencionados no decorrer de uma mesma análise.

Especificamente sobre o processo o processo de luto, iniciamos estabelecendo uma ressalva acerca da natureza socialmente invisibilizada e previamente definida como preponderante em nossa fundamentação teórica. Para Cassellato (2020), os lutos invisibilizados são aqueles não sancionados pelos enquadres sociais vigentes, o que dificulta a sua abordagem e, por consequência, a sua elaboração. Além disso, configuram situações em que, tipicamente, os próprios enlutados não se perceberem como tal, configurando uma demanda de autorreconhecimento deste processo a ser trabalhada.

Apesar da definição teórica supramencionada, em campo observamos uma forma diferenciada da invisibilidade em questão. Nos relatos de nossos entrevistados, sobretudo de mães, evidenciou-se a plena consciência do processo de luto vivenciado ao longo do trânsito familiar. Seja pela utilização direta e espontânea da palavra “luto” (famílias 2, 3 e 4), ou pela descrição de processos emocionais característicos do enlutamento (família 1), havia ao menos um membro, em todas as famílias, consciente deste luto. Para a mãe da família 1, atualmente com 49 anos, e cuja maternidade ocorreu aos 19, a transição de gênero do filho foi permeada por sentimentos angustiantes e depressivos, posteriormente identificados como o luto tanto por um projeto de vida (a maternidade de uma vida inteira), como, igualmente, pela perda da melhor amiga, que aos poucos deixou de existir: “...e a pessoa que era minha filha, cadê? ... e foi um pouco de um luto sim, porque você tem que aceitar que a pessoa não existe mais...”

Tal percepção não define, em absoluto, que o luto abordado não seja ainda invisibilizado socialmente. Apesar de reconhecerem-se como tal, os familiares em questão permanecem, como exposto nos relatos, carecendo de reconhecimento e de autorização plena, eventualmente dentro da própria família, para a expressão e para a vivência de seus dramas pessoais. Destoando apenas parcialmente da fundamentação teórica que embasou nossas análises, o luto na família em transição mostrou-se parcialmente invisibilizado, uma vez que, mesmo possuindo consciência do luto em questão, tal processo não encontra a devida validação nos espaços intra e extrafamiliares (CASSELLATO, 2021).

Eventualmente, integrantes das próprias famílias entrevistadas não possuíam recursos para reconhecer a experiência emocional do familiar enlutado, reforçando a vivência de um luto invisibilizado no grupo familiar. Além disso, ressaltamos que a validação de um luto não sancionando consiste em um processo gradual e diretamente associado ao lugar social

ocupado pelo enlutado em questão (AQUINO, 2022). Assim, o caráter parcialmente invisibilizado reflete, em alguma medida, o espaço social ocupado por transgêneros na atualidade. Como abordado no resgate histórico previamente realizado, a atualidade evidencia um momento que, em si, encontra-se em transição (BENTO, 2017). Nesta perspectiva, resquícios de um período marcado pela exclusão social extrema coexistem com o recente movimento de inclusão e de validação social das transidentidades, resvalando, inclusive, para os seus respectivos lutos (AQUINO, 2022).

Além disso, nas famílias em que o integrante transgênero fazia parte do sistema filial (família 1, 2 e 3), a percepção inicial de algo que se havia perdido, e pelo qual era possível enlutar-se, foi majoritariamente pontuado, em um primeiro momento, pelas mães das famílias entrevistadas. Assim, mesmo nas famílias em que os pais igualmente pontuaram a vivência de um luto imposto ao longo da transição (família 2), a percepção e a sinalização inicial deste aspecto específico ocorreram pela via materna. Seja utilizando a palavra luto espontaneamente, como na família 2: “Ô Renata na verdade você vivência um luto ... você abre mão de uma pessoa para aparecer outra, as duas você ama, mas você abre mão de uma para aparecer outra”; ou descrevendo em minúcias a experiência emocional de franco enlutamento, como na família 1: “eu fiquei em depressão, eu fiquei mal, porque a minha vida inteira eu tinha vivido com ela”, todas as mães fizeram menção, espontaneamente, ao enlutamento característico deste processo. Assim, as mães das famílias em transição apresentaram-se potencialmente enlutadas por um filho(a) que um dia tiveram. Independentemente de questões socioculturais que associem ao feminino uma maior expressividade emocional (HOMEM 2019), evidenciou-se uma predominância materna no reconhecimento e na expressão da própria experiência emocional.

Na família 3, o filho transgênero, após escutar o relato materno acerca do luto, percebeu-se igualmente enlutado em relação a uma versão de si anterior ao processo de transição: “Será que como homem trans eu terei essa segurança que hoje em dia eu conquistei como uma mulher lésbica?...Será que as pessoas ainda terão o mesmo respeito por mim?... Realmente foi um luto, foi um luto”. Apesar do relato aproximar-se mais de uma insegurança frente ao processo do que de um luto propriamente dito, evidenciamos a identificação do menino, com sua mãe, sobre algo que também era seu. Nesta perspectiva, ao abordamos em nossa fundamentação teórica os lutos previstos para os diferentes subsistemas familiares (ROMA & PONCIANO, 2022), igualmente abordamos a possibilidade de um luto experienciado pela própria pessoa trans, e suas relações com o sistema familiar mais amplo.

Pela própria etimologia da palavra, o ato de assumir implica em algo que deixa de sumir (a-sumir), ou que aparece, num ato de revelação. Para isso, uma noção de si anterior à revelação irá sumir, e pela qual é possível, de fato, enlutar-se.

Além disso, uma expressão recorrente, e igualmente relacionada aos movimentos de luto e de readoção, emerge da fala de mães que, ao refletiram acerca das respectivas transições de seus filhos, relataram que estes seriam como “filhos dois em um”, ora utilizando de fato esta expressão, ora explicitando a mesma percepção da mãe que menciona o termo. Em tais famílias, a transição do filho(a), quando avaliada pela ótica materna, representou uma possibilidade de, com uma mesmo(a) filho(a), exercer um estilo parental distinto, identificado com o gênero pós transição. Sobre este aspecto, a mãe da família 2 afirmou: “...Deus me presenteou com dois filhos num só, eu até um determinado momento tive um menino e depois eu passei a ter uma menina...”, na mesma perspectiva, para a mãe da família 1: “... meu sonho era ter um filho homem, e depois eu pensei: agora eu tenho um filho homem! Tive os dois, tive uma menina e agora eu tenho um menino, tive os dois, isso é ótimo né...”. Seja por meio de um “presente divino”, como na família 1, ou realizando um sonho, como na família 2, ambas as mães encontraram, cada qual a sua maneira, caminhos elaborativos para chegarem aos seus “filhos dois em um”.

Na família 4, o filho transgênero, ao refletir sobre a experiência emocional de sua mãe (ausente na entrevista), igualmente descreve a dinâmica supramencionada: “minha mãe sempre quis ter um casal, e aí supostamente vieram duas meninas, e aí eu falei: hoje você tem um casal que você queria ter, é que o primeiro veio meio errado, ali, assim, meio fora da curva, mas agora tá certo”. Fora da curva ou não, o relato deste filho insere-se, igualmente, na dinâmica prevista para os “filhos dois em um”. A abordagem deste fenômeno, à luz dos movimentos característicos do trânsito familiar (luto e readoção), sugere que, após a elaboração do luto pelo filho que um dia se teve, e a readoção do filho que se pôde ter, tais mães foram capazes de unir, em um mesmo “objeto-filho-dois em um” os investimentos libidinais referentes à ambas as versões de uma mesma pessoa.

Neste paradigma, a elaboração do luto por uma versão idealizada do filho(a) e pelo próprio vínculo parental (no caso da transição de um dos filhos), permitiria a passagem, ou a transição, de um momento familiar cindido e identificado com versões irreais deste “objeto-filho” (onde eventualmente as versões pré e pós transição são encaradas como pessoas distintas); para um momento potencialmente frustrante, mas igualmente mais realístico e mais integrador das características “do filho que se teve com o filho que se pôde ter”; ou seja, mais

amadurecida e identificada com uma posição integrada de funcionamento. Esta seria, inclusive, a base emocional que permitiria o desenrolar da readoção psíquica deste novo “objeto filho” na cena familiar, uma negociação contínua entre a expectativa e a verificação da realidade; entre a idealização de um filho que nunca existiu e a frustração frente a este “outro-filho”, o filho Real.

Por outro lado, uma abordagem sócio-histórica e transcultural dos filhos “dois em um”, remete à previamente explicitada crença do povo Apache, em que pessoas trans, não necessariamente com esta nomenclatura, recebiam o título de “seres de dois espíritos” (LANZ, 2017), geralmente ocupando cargos de sacerdócio e de aconselhamento nas tribos. Para além das questões históricas, gostaríamos de ressaltar que, em diferentes épocas e povos, uma matriz simbólica parece emergir e circunscrever, no imaginário histórico e social, isso ao qual hoje, em 2022, mães de famílias em transição nomeiam ou descrevem como sendo os seus “filhos dois em um”.

Ao abordarmos o luto específico na cena familiar (capítulo 2), realizamos, ainda, a distinção conceitual proposta por Feijó (2019) entre dor e dor da dor. Segundo a autora, enquanto a dor refere-se a perda de um objeto significativo, ou o luto propriamente dito; o seu derivado, a dor da dor, refere-se ao luto pelos projetos e pelas expectativas associados ao objeto perdido. Em outras palavras, a “dor da dor” abarcaria a “saúde por algo não vivido”, diferentemente da dor propriamente dita. Eventualmente, encontramos exemplos de ambas as formas de enlutamento em uma mesma família, mas expressas em integrantes distintos. Por exemplo, o emblemático relato da família 2 (mencionado na apresentação desta categoria), em que tanto a “dor”, no relato da mãe, como a “dor da dor”, no relato do pai, encontram-se presentes na experiência emocional de uma família em transição.

Na família 3, os movimentos de luto e readoção, pela perspectiva materna, foram simbolizados como um sepultamento, seguido de um parto: “...era como se eu estivesse enterrando a L (nome anterior feminino), e dando vida ao L (nome atual masculino) ...”. Inicialmente, o enterro (simbólico) de sua filha viabilizou o posterior renascimento do filho na cena familiar. Um exemplo emblemático dos movimentos de luto e de readoção, entremeados, onde o luto pela filha criou, para esta mãe, o espaço simbólico que foi posteriormente ocupado pelo filho readotado.

Já sobre o processo de readoção psíquica, faz-se necessária, de antemão, uma ressalva acerca da forma como os entrevistados relataram e indicaram a ocorrência deste processo no decorrer do trânsito familiar. Diferentemente do luto, o termo “readoção psíquica” abarca um

processo pouco conhecido pelo senso comum, sendo mais difundido nos âmbitos jurídicos e psicológicos especializados (MACHADO, 2015). A própria utilização deste termo no contexto dos processos componentes da experiência emocional da família em transição consiste, até o momento, em exclusividade deste estudo. Deste modo, as referências ao processo de readoção psíquica foram integralmente a partir de falas que descreviam a dinâmica deste processo, sem que, necessariamente, o termo em questão fosse utilizado. Assim, os entrevistados fizeram menção ao processo em questão ao relatar o movimento de reconhecimento do familiar que gradualmente emergiu ao longo da transição. Por exemplo, para a mãe da família 3, ao afirmar: “...eu não tenho mais L (nome anterior feminino) mas tenho L (nome atual masculino), eu sei que eu tenho que colocar na minha cabeça...”; o trabalho de readoção representou-se por meio dos esforços envolvidos na adoção de um novo nome, e pelo que tal atitude representa, caracterizando o trânsito em questão.

Já na família 1, a mãe surpreendeu-se quando, ao encomendar um galão de água, o seu filho, um rapaz trans de 30 anos, ofereceu-se para carregá-lo para dentro de casa: “eu falei: “filho pede água lá que o moço vai trazer aqui em cima” e ele falou “para você que ele traz aqui em cima né, eu sou homem pô, eu trago lá de baixo” e aí eu pensei: ué você vai aguentar o peso?” Acostumada a ter uma filha no ambiente familiar, e para quem o galão era sempre carregado pelo entregador, a mãe surpreendeu-se com a atitude do rapaz, bem como com a sua capacidade física. A partir de então, o rapaz passou a ser solicitado não somente para carregar os galões de água, mas, igualmente, para outras atividades tipicamente atribuídas ao masculino em função da necessidade da utilização de força física para executá-las. Para esta mãe, o processo de readoção passou, também, pelo reconhecimento da “força” física e emocional do próprio filho, e pela incorporação desta descoberta na vida e na dinâmica familiar.

Outrossim, o termo “essência” inicialmente ocorreu na fala de praticamente todas as famílias entrevistadas (1, 3 e 4) e referiu-se a algo que permaneceu preservado, intacto e acessível na personalidade dos respectivos familiares transgêneros após a transição. Além disso, este “algo” que foi preservado entre os períodos pré e pós transição, por hora nomeado de essência, serviu de ponte, ou de conexão, entre as personalidades existentes antes e depois da transição deste familiar. Dito isso, a “essência”, ou seja, o aspecto familiar neste estranho que emerge após a transição, apresentou-se, ainda, como peça fundamental na elaboração dos processos psíquicos componentes do trânsito familiar, sobretudo, no processo de readoção. A percepção de uma “essência” preservada neste outro transicionado, possuiu a função, nas

famílias entrevistadas, de assegurar, em distintos níveis, que aquele familiar, na prática, nunca deixou de existir. Posto isso, ressaltamos a importância de circunscrever, para os fins desta investigação, a essência do termo em questão, seu real significado, com o intuito de, em suma, refletir sobre aquilo que nossos entrevistados essencialmente tentaram nos dizer.

Para as mães das famílias 1 e 2, o reconhecimento da essência de seu filho ocorreu a partir do resgate de uma dinâmica existente entre ambos antes da transição. Enquanto para a mãe da família 1: "...a essência continua ... comecei a contar as coisas para ele como eu contava antes, antigamente né... A gente pode continuar sendo amigo do mesmo jeito..."; para a mãe da família 2: "... a essência de L é a mesma, é apenas um corpo né, que tá passando por um processo de feminino para masculino, mas eu já convivia com esse menino anteriormente...". A conexão a uma suposta essência é descrita como uma forma de continuidade da relação, e um indicador do gradual movimento de readoção psíquica. Sobre este aspecto, dadas as devidas ressalvas epistemológicas, a noção de self dialógico, utilizada na abordagem deste conceito, parece aproximar-se, ainda que com algum distanciamento teórico, da "essência" mencionada por nossos entrevistados.

Assim, cada qual em seu tempo, nossos entrevistados sugerem que, na relação com seus familiares, independentemente das mudanças e dos respectivos impactos psicossociais, o self emergente na relação permanece familiar. Outrossim, o reconhecimento da expressão de um self relacional (emergente da relação) serviu de ponte para a reconexão entre os familiares em transição. Na família 4, o rapaz trans emocionou-se ao compartilhar um importante diálogo com a sua mãe: "o caráter e tudo que você me ensinou está aqui, isso não vai se perder, não é como se o que você me educou sumiu... você me criou para o mundo, então confia porque eu estou pronto". Segundo o rapaz, está foi uma conversa decisória com a mãe, marcando o início de uma retomada da relação entre ambos ou, nos termos desta investigação, da readoção psíquica na família.

Para além disso, ficam os desdobramentos de uma questão que, a priori, parece encerrada: Até que ponto é possível mudar e, ainda assim, preservar uma ponte, ou uma ligação, com aquilo que se foi? Qual é o lugar que a noção de essência ocupa nas fantasias de morte, de perda ou de desaparecimento de um familiar que realiza a transição de gênero? Tratar-se-ia de um recurso frente a uma realidade difícil de lidar? Ou de fato pessoas trans possuem um núcleo essencial que as preservaria do próprio processo de transição? Como explicitado, a questão da essência parece suscitar muito mais indagações do que respostas cabais.

Para os fins deste estudo, destacamos a importância de abordar a questão da “essência”, ou de qualquer outro sinônimo que seja utilizado, não como conceito, mas como recurso de uma família em transição frente às fantasias de perda, de morte ou de desaparecimento do familiar existente antes do processo. Assim, acreditar na existência de uma essência pode facilitar não somente a elaboração do luto por quem deixa de existir, mas, como explicitado, estabelecer a ponte necessária para reinventar os vínculos existentes com a pessoa que realiza a transição de gênero.

Luto e readoção evidenciaram-se como pedras angulares na compreensão da complexa trama emocional de uma família transição. De modo geral, as falas de nossos entrevistados apresentaram grupos potencialmente enlutados, parcialmente alheios à própria condição e em vias de readotar a expressão identitária emergente deste processo. Assim, compreender tais movimentos é, em última instância, compreender a transição psicossocial, instaurada a partir da ocorrência da transição de gênero na família.

Sobre a categoria “reedição da adolescência na família”, corroborando com o levantamento bibliográfico realizado para os fins desta investigação, (capítulo 2, tópico: reedição da adolescência), nossos entrevistados mencionaram, seja diretamente ou por meio de outros indicadores, a ocorrência de uma reedição deste período ao longo de suas transições. Assim, a presente discussão origina-se do cruzamento entre a fundamentação teórica e um conjunto de falas sugestivas da existência de uma revisão da adolescência ao longo da transição de gênero, e com afetações importantes para a família. Deste modo, seja afirmando espontaneamente que viveram uma segunda adolescência, como a mãe da família 1 (sobre seu filho trans): “ele mandou fotos né: “olha mãe começou a nascer barba” e eu via como se fosse um filho adolescente né, que tá crescendo, tá começando a nascer barba...” ou narrando experiências análogas, como a mulher trans da família 2: “a partir do momento que o hormônio vai fazendo efeito e a sua aparência está se adequando...”; nossos entrevistados relataram a vivência de um período de reedição e de revisão dos conteúdos supramencionados.

Neste âmbito, experiências relacionadas a uma segunda puberdade, respectivamente nas esferas corporal e psicossocial, emergiram como campos possíveis de revisão do período em questão. Corroborando com a literatura especializada (BENTO et al., 2017), enquanto as modificações físicas vividas ao longo da puberdade biológica foram experienciadas com desconforto, insegurança e com certo viés persecutório, as decorrentes da terapia hormonal, por outro lado, foram fontes de excitação, de aumento da autoestima e da autoconfiança.

Segundo o rapaz trans da família 4, o impacto da hormônio terapia masculinizadora foi percebida em suas fotos recentes: “Eu nunca fui de sorrir nas fotos, mas hoje eu sorrio em toda a foto! Eu estou sorrindo sempre porque eu estou feliz...”. Além disso, tal afirmação foi utilizada pelo rapaz ao dialogar com sua mãe sobre os impactos da transição em suas vidas. Para além de uma mudança no âmbito individual, as alterações decorrentes desta segunda puberdade reverberaram em outros integrantes da família. Tal como na puberdade biológica, o grupo foi convocado, dentro de suas possibilidades, a transitar de algum modo.

No âmbito corporal, a reedição da adolescência foi relacionada, majoritariamente, às transformações decorrentes da terapia hormonal utilizada nas transições de gênero. Sendo comparada com uma “segunda puberdade” conduzida artificialmente, os entrevistados associaram as mudanças decorrentes das terapias hormonais àquelas vivenciadas durante a puberdade biológica, porém com o diferencial de, desta vez, as transformações serem consonantes com o gênero com o qual se identificam. Já no âmbito psicossocial, a reedição da adolescência foi associada, sobretudo, às mudanças de humor decorrentes das oscilações hormonais típicas deste período, só que, agora, revisitadas a partir das especificidades hormonais de cada transição de gênero. Evidentemente, as esferas corporais e psicossociais supracitadas servem de norteadores didáticos da presente discussão. Na prática, as falas de nossos entrevistados apontaram para a interrelação destas dimensões, reforçando os impactos psicossociais e familiares de um corpo transformado.

Na família 1, as frequentes alterações de humor do filho foram atribuídas à hormônio terapia à base de testosterona, impondo ao jovem trans a necessidade de reconhecer-se emocionalmente, sobretudo, nas relações familiares: às vezes eu fico irritado com uma coisa que eu mesmo paro e pergunto: eu estou realmente irritado com isso ou é só o hormônio?...”. Evidencia-se, para além das mudanças corporais, uma mudança de resposta emocional frente às relações familiares já estabelecidas, impondo a necessidade de revisão e de reajuste nas interações familiares a partir desta nova realidade. Além disso, as mudanças decorrentes desta “segunda puberdade”, como nomeado pelo rapaz, suscitaram diálogos familiares sugestivos, como, por exemplo, expõe a mãe desta família: “recentemente eu perguntei: “você ainda tá menstruando tomando essas paradas?” tipo eu me sinto à vontade de perguntar né, como mãe, e ele responde de boa, até porque eu quero entender né, porque eu acho que é bom para mim...” Por um lado, evidencia-se a abertura, por parte do familiar trans, de expor questões relacionadas à transição; e, por outro, uma curiosidade sadia e respeitosa por parte do restante da família.

Notamos, ainda, a existência de uma dimensão simbólica e afetiva dos aspectos físicos atribuídos à puberdade, como a significação dos pelos corporais e o que eles representam tanto para o amadurecimento da sexualidade como para a autoafirmação a partir de um gênero específico (ABERASTURY, 1981). Para a família 2, os pelos corporais foram atribuídos à pertença familiar, e utilizados como recurso para abordar temas relativos à transição. Assim, apesar de relatar que “sempre soube” sobre sua filha ser transgênera, a mãe desta família teve um “baque” no dia que o seu filho (na verdade filha trans, antes de iniciar o processo) depilou todos os pelos corporais, logo antes de iniciar formalmente a transição: “...a nossa família tem muito pelo, o pai é cabeludo, a família toda é muito peluda, macacão mesmo, então o meu maior trauma foi quando eu vi que a M. se depilou toda, toda...” Pela primeira vez, a mãe compreendeu o drama da filha em transição, conferindo uma intensidade emocional a este momento. Curiosamente, ao ser questionada sobre o início do seu processo, a filha, sem hesitar, respondeu que “tudo começa pelo cabelo, deixando o cabelo crescer”. Já o pai, ao ser questionado sobre a transição de sua filha, disse que “... isso é igual você ter cabelo branco... vai nascendo, entendeu? E eu tenho cabelo branco desde 25 anos, já tinha uma mecha branca na cabeça, então é assim que acontece...” Para este pai, assim como os cabelos brancos, a consciência sobre o fato de possuir uma filha trans é algo que sempre esteve em “sua cabeça”.

Concluindo, adolescente e transgêneros, independentemente de suas idades, apresentaram-se como pessoas em transição. Outrossim, em ambos os casos, a família é igualmente impactada em níveis distintos pelas respectivas transições, e, quando possível, incluídas neste processo. Além disso, a transição de gênero sugere uma reedição do período da adolescência, uma vez que as transformações físicas, biológicas, psicossociais e sexuais típicas desta transição assemelham-se a uma segunda puberdade conduzida artificialmente. Nesta perspectiva, corpos trans e corpos adolescentes compartilham a marca de uma transformação em vias de curso, reverberando e impactando os grupos familiares nos quais encontram-se inseridos.

Para os representantes do espectro LGBTQIA+, de modo geral, a vivência da autorrevelação para a família sobre algo que lhes é intimamente oculto e legítimo (geralmente da orientação sexual, de gênero, ou de ambos), configura-se como um dos marcos mais recorrentes e relevantes em suas trajetórias de vida. Para Ponciano (2019), o “coming out”, ou a autorrevelação, seja da orientação sexual ou da identidade de gênero (ou de ambos) para a família, configura-se como um evento emocionalmente intenso, potencialmente ansiogênico e igualmente demandante de estratégias de auto (para si mesmo) e de correção emocional

(entre os pares). Geralmente vivenciada durante o período da adolescência, trata-se de um passo angular na aquisição de vinculações, sobretudo familiares, baseadas em versões mais legítimas de si e da própria vida, ou seja, mais fidedignas ao Desejo do sujeito que se revela.

Dito isso, o *coming out* é de natureza iniciática, um ato sem retorno, pois, uma vez executado, nenhum dos envolvidos será mais o mesmo. Como pontuado pelo rapaz trans da família1: “o medo de contar é sempre meio que assustador né, a gente contar uma coisa assim que muda tanto a vida da gente”. Como pontuado, o que foi informado sobre quem se revela poderá até ser ignorado, mas jamais esquecido pelos presentes nesta cena. No Brasil, este “ato” é comumente nomeado de “saída do armário” entre os próprios sujeitos que o realizam (STONA, 2021). Ainda assim, algumas considerações sobre tal expressão, que inclusive nomeia a presente categoria conceitual, fazem-se necessárias. Em a “Epistemologia do Armário”, Eve Sedgwick aborda como, neste paradigma, o local onde guardamos as roupas é compreendido como um dispositivo regulador das vidas de gays e de lésbicas, e igualmente atuante na manutenção dos privilégios destinados aos sujeitos normativos.

Apesar da concepção negativa de armário apresentada por Sedgwick, obtivemos relatos sobre as intensas e, eventualmente, sucessivas “saídas de armário” de nossos entrevistados, o que justificou a escolha deste termo na nomeação da categoria abordada. Dito isso, discutiremos acerca das especificidades da autorrevelação da identidade transgênera na família, com ênfase nas implicações emocionais deste movimento. Inicialmente, o momento de autorrevelação, mesmo que atravessado pelas especificidades da temática transgênera, mostrou-se, assim como os demais, permeado por emoções intensas, grande potencial estressor e com alta demanda de regulação emocional.

Nesta perspectiva, nossos entrevistados relataram a vivência de uma “dupla saída do armário”, pois, antes de identificarem-se como pessoas trans, todos identificaram-se e assumiram-se para suas famílias como homo ou bissexuais pertencentes ao gênero anterior à transição. Inicialmente, o questionamento da orientação sexual seguido pelo questionamento do gênero, ocorreu, segundo nossos entrevistados, pela identificação com os modelos socialmente disponíveis em seus respectivos contextos. Na família 1, o desconhecimento de outras pessoas trans ao longo da vida foi apontado, pelo rapaz, como um dificultador em seu processo de construção identitária: “a gente não fala sobre isso para as crianças, né? Quando eu descobri outras pessoas traz eu fiquei: Isso é possível? Porque eu também não conhecia, então acho que a falta da gente conhecer pessoas assim assusta”. Além disso, uma visão estereotipada da homossexualidade, associando-a necessariamente com uma feminilização do

homem gay ou com a masculinização da mulher lésbica (STONA, 2020), igualmente serviram para justificar o questionamento anterior da orientação sexual. Assim, a falta de conhecimentos sobre a temática da transexualidade, atrelada às representações sociais acerca da homossexualidade (SOLOMON, 2013), descrita como mais acessível e mais difundida nos meios midiáticos, justificou esta “dupla saída de armário” nas famílias entrevistadas.

Na família 3, o questionamento de uma identidade lésbica já estabelecida ocorreu a partir do contato com um ator de novela transgênero: “...foi um dos primeiros homens trans a sair na mídia... foi a partir dele que eu descobri que existia transexualidade... quer dizer que eu posso transicionar... eu posso ter o corpo que eu quero, eu posso ter o nome que eu quero, aí começou uma crise de identidade muito forte...”. Isso não sugere, em absoluto, que a emergência da identidade homossexual, anterior à transgênera, seja avaliada como negativa ou dispensável no percurso das famílias entrevistadas. Na família 4, a conquista da coragem para realizar a transição foi associada, pelo próprio rapaz trans, ao seu percurso como uma mulher lésbica: “...eu acho que preparou o terreno para que eu tivesse a coragem de realmente nascer... talvez se você me conhecesse antes e agora, literalmente eu sou outra pessoa...”.

Independentemente da causa, pontuamos como, em nossas famílias em transição, a construção da identidade trans, na família, deu-se a partir do desdobramento de uma identidade homossexual a princípio já estabelecida. Sobre este aspecto, nossos entrevistados relataram como a primeira autorrevelação, no caso como homossexuais, de certa maneira preparou a família, ou pavimentou emocionalmente o caminho, para a questão da transexualidade. Sobre este ponto, o rapaz da família 4, com bastante humor, relatou acerca de sua trajetória marcada por intensas e numerosas transformações: “...eu fico saindo de vários armários né, é o armário lésbico, é o armário de trans, o armário de gay... Tá faltando armário daqui a pouco de tanta gaveta que eu saio, é com várias portas!”. Atualmente em um relacionamento com outro homem, o rapaz supramencionado ofereceu-nos, ainda, a emblemática expressão que nomeou a categoria em questão. Utilizando-se deste termo para referir-se ao próprio processo como sendo “um armário com várias portas” ou “gavetas”, caracterizou, ainda, uma distinção em relação a outros processos de autorrevelação.

Acreditamos que neste ponto faz-se necessária uma breve distinção entre orientação sexual e identidade de gênero. Assim, enquanto a identidade de gênero abarca as múltiplas possibilidades de ser no mundo (homem, mulher, não binário, queer, dentre outros), a orientação sexual, por outro lado, engloba as diferentes possibilidades de vinculação amorosa (gay, lésbica, bi, assexuado, poliamorista, dentre muitos outros) (NASCIMENTO, 2022).

Destoando da crença comum, tais dimensões não se dispõem numa relação de causa e efeito (STONA, 2020), sendo perfeitamente possível, como verificado com nossos entrevistados, configurações subjetivas simultaneamente transgêneras e homo ou bissexuais.

Assim, as falas de nossos entrevistados sugerem que as “saídas do armário” previamente realizadas, eventualmente, “preparam o caminho” para autorrevelações futuras. Neste contexto, ao invés de desgastar emocionalmente a família e os respectivos vínculos constituintes, as sucessivas revelações estabeleceram um canal seguro para abordagem destes temas. Assim, a intensidade emocional do “coming out” tornou-se uma “estranha familiar” nestes grupos, algo previsto ou previamente apresentado nas famílias em revelações anteriores.

Já sobre o equívoco relacionado às formas de tratamento de pessoas trans, proposital ou involuntário, sobretudo nos estágios iniciais da transição, consistem num drama pessoal com o qual grande parte dos transgêneros necessita cotidianamente lidar (QUINTELA, 2018). Seja por erros nas devidas adaptações pronominais, seja pelo uso inadequado dos artigos, ou ainda pela utilização de um nome incompatível com o atual momento de vida do interlocutor(a), pessoas trans tendem a ser inadequadamente tratadas nas mais diversas interações sociais (BENTO, 2017). Trata-se de “deslizes” geralmente julgados como irrelevantes e superáveis por quem os comete, mas com consequências importantes para a integridade psíquica, e até mesmo física, de quem os é vítima. Discutimos, portanto, os erros de ambas as naturezas, proposital e involuntários, bem como suas respectivas atribuições na família. Inicialmente, os equívocos involuntários ocorriam, via de regra, no relato dos familiares, ou da própria pessoa trans, ao mencionarem situações ocorridas em períodos anteriores à transição de gênero.

Tais “deslizes”, como nomeados por um dos entrevistados, eram quase que imediatamente corrigidos e justificados pela própria pessoa que os cometia, além de não manifestarem grande carga ansiogênica, potencialmente perceptível no tom de voz ou nos conteúdos relatados. Ao justificarem-se, os entrevistados, quase que integralmente, explicavam que a confusão se originava do fato de estarem referindo-se a períodos anteriores à transição do familiar em questão, ou de si mesmos. Na entrevista 1, o rapaz trans auto referiu-se no feminino, o que foi rapidamente reconhecido, corrigido e justificado entre risos descontraídos de todo o grupo familiar: “sozinha de manhã, sozinho, tá vendo? eu mesmo...”. Como explicitado, trata-se de situações pontuais, eventualmente protagonizadas pela própria

pessoa trans, e sem grande potencial de conflito, de constrangimento ou de desestabilidade emocional para os envolvidos.

Por outro lado, os erros propositais, apesar de não ocorrerem ao longo de nenhuma das entrevistas, foram relatados como sendo potencialmente danosos e com alto potencial ansiogênico, expresso tanto no conteúdo como na carga emocional dos relatos fornecidos. Além disso, tais ataques foram relatados como sendo oriundos, majoritariamente, da família extensa dos entrevistados (tios, primos ou avós) ou de outros espaços de socialização, como a escola, o trabalho, os espaços médicos, dentre outros. Por exemplo, após recorrentes vezes em que o nome social de sua filha foi ignorado em consultas médicas, o recurso utilizado pela mãe da família 2 foi o de agendar as consultas em seu próprio nome, evitando este frequente constrangimento: “...era muito constrangedor... você está numa sala de espera com 10 pessoas, e na hora que chama, não chama pelo nome do paciente que está sendo consultado. Aí eu virei e falei assim...: ó chama pelo meu nome, por favor! como se a consulta fosse para mim...” Já para o rapaz trans da família 1, os espaços de maior exposição do corpo, como a praia e a academia, são mais propícios para os equívocos oriundos de dúvidas acerca do gênero: “...eu vi o pai falando: “para com isso, não pode perguntar, para com isso!” ...quando eu estava na praia...”; gerando, ainda, equívocos oriundos de crianças confusas ou de adultos mal-intencionados. Como explicitado acima, trata-se de situações em que o grupo familiar, ainda que indiretamente, é afetado, uma vez que a tensão resultante acaba por afetar outros integrantes, além da própria pessoa trans.

No âmbito psicológico, tais equívocos, sobretudo se frequentes, desqualificam uma identidade em construção, além de deslegitimar o gênero com o qual a pessoa trans, vítima de tal situação, identifica-se (NASCIMENTO, 2022). Outrossim, tais eventos são potencialmente geradores de situações conflituosas, constrangedoras, ou psiquicamente desestabilizadoras para a pessoa trans. Já no âmbito da integridade física, os equívocos podem gerar a exposição da identidade transgênera em contextos que lhes são pouco receptivos, tornando a pessoa mais suscetível a situações de transfobia, eventualmente letais (BENTO, 2019). Em última análise, é urgente a abordagem e a problematização de tais equívocos, sejam estes voluntários ou não, para que os mesmos, bem como suas respectivas consequências, sejam desnaturalizados na vivência cotidiana de pessoas trans.

Para a maior parte das pessoas, o nome que as identificará ao longo da vida é fruto de uma escolha e/ou de uma negociação que as antecedeu concretamente neste mundo. Geralmente condicionado ao sexo biológico e a uma hipótese de gênero correlata (por

exemplo, sexo masculino, gênero da mesma ordem), o nome imprime uma inscrição simbólica e social para alguém que ainda está fisicamente a caminho, mas que passará a existir no imaginário familiar a partir de um ato de nomeação (QUINTELA, 2018). Para muito além de uma mera escolha arbitrária, a eleição deste nome passará por uma série de motivações, conscientes e inconscientes, de toda malha identificatória envolvida nesta tarefa. Assim, toda rede familiar, incluindo irmãos mais velhos, avós, dentre outros, poderá ser convocada a participar com sugestões que tendem a refletir seus desejos, suas idealizações e suas projeções inconscientes acerca deste objeto-criança carente de nomeação.

Dito isso, a escolha do nome é, em última instância, uma escolha narcísica (HOMEM, 2020), pois o nome dado ao outro reflete aquilo que os que realizaram esta escolha (geralmente os pais), desejaram para si. Mais ainda, trata-se de uma escolha que reflete não somente os desejos, mas também as frustrações e as feridas (narcísicas) de quem a executa. Este é o mecanismo que, por exemplo, explicaria a escolha de um pai que nomeia o filho com o mesmo nome de um personagem reconhecido por sua notória bravura, qualidade esta que o referido pai nunca teve reconhecida em si. Assim, ao escolher um nome escolhe-se, igualmente, um lugar do qual, desde muito cedo, olharemos para alguém que está por vir. Em outras palavras, a escolha do nome é, ainda, a escolha de um destino potencial, pois em grande medida, seja por identificação ou seja por oposição (DUNKER, 2019), acabamos por nos tornar algo que este “primeiro olhar” nos disse sobre nós mesmos.

Todo este preâmbulo possui por objetivo desenhar a natureza complexa, multideterminada, narcísica e “inconscientemente profética” da escolha de um nome. Diferentemente de pessoas cisgêneras (pessoas que não são trans), pessoas transgêneras possuem, ao longo de suas transições, a árdua tarefa de, inicialmente, desidentificarem-se com o nome que lhes foi em algum momento atribuído (PRECIADO, 2020) e, posteriormente, elegerem um novo nome pelo qual passarão a ser socialmente reconhecidas e identificadas nesta nova etapa de suas vidas (NASCIMENTO, 2020). Como demonstrado, trata-se de uma tarefa complexa em múltiplos níveis, com implicações sociais, simbólicas e subjetivas, tanto para a própria pessoa trans como para os que com ela se relacionam.

O nome, muito mais do que um substantivo próprio escolhido “por” e “para” alguém, apresenta-se como o fruto de uma densa e delicada trama identificatória, e sobre a qual, como demonstraram nossos entrevistados, não possuímos tanta agência assim. Aliás, o nome próprio é, essencialmente, impróprio, pois trata-se, como explicitado, do nome do outro, escolhido para outrem (HOMEM, 2020). Será a partir de um complexo trabalho de apropriação

subjetiva que o nome se tornará, de fato, próprio para o sujeito nomeado Já para uma pessoas trans, o nome próprio decorre de uma escolha na qual a própria nomeada(o) participa, e sobre a qual, igualmente, precisará responsabilizar-se. Para além das evidentes tentativas de inclusão de familiares e de amigos neste processo, a recorrência de casos em que pessoas trans pedem por um nome (família 1), parece sugerir uma ansiedade mediante à agência sobre algo tão essencialmente alheio a si (a escolha do nome próprio) e, ainda assim, tão particularmente seu. Do nome próprio, escolhido pelo outro, ao próprio nome, fruto de uma apropriação, pessoas trans necessitam percorrer um longo percurso, via de regra, não nomeado. Assim, opondo-se à crença social que atribui a escolha do nome à mera vontade da pessoa trans (NASCIMENTO, 2022), as entrevistas realizadas demonstraram o caráter immanentemente complexo e repleto de motivações, conscientes e inconscientes, desta “escolha”.

Na família1, a mãe de um rapaz trans, ao explicar sobre a escolha do nome de seu filho, salientou que o processo possuiu duas etapas distintas. Primeiramente, com o intuito de incluí-la, o rapaz pediu que ela o renomeasse, escolhendo, assim, seu novo nome. Paralisada frente ao pedido do filho, a mãe postergou o momento de escolha, alegando “não estar pronta”: “...ele quis que eu escolhesse o nome, mas aí eu fiquei muito tempo pensando que nome, e ele acabou escolhendo ele mesmo.” Já o filho, posicionou-se da seguinte maneira: “a princípio eu queria que ela me ajudasse a escolher, mas enfim acabou vindo V que era o nome que eu teria dado a M (filha do rapaz trans, gestada antes da transição) se ela tivesse sido menino”. Ainda às voltas com o luto pela filha, a mãe não possuiu recursos para renomear o filho em transição, readotando-o naquele momento. Ao pedir um novo nome, o filho demandou uma nova relação com a mãe, uma nova dinâmica; algo que ela, naquele momento, ainda não era capaz de oferecer. Envolvendo três gerações neste processo (a mãe, si mesmo, e a filha), o rapaz relata que escolheu para si o nome que daria para a sua filha, caso esta tivesse nascido do sexo masculino. Como explicitado, seja pedindo um nome para a mãe, ou recorrendo à uma expectativa sobre a filha, o rapaz decidiu-se com base na própria bagagem subjetiva, buscando na própria história e nas próprias relações, algum sentido para o nome escolhido.

Em termos práticos, notamos uma tendência de inclusão da família na escolha deste “novo nome” componente do grupo. Evidentemente, nossa amostra conta com famílias cuja receptividade permitiu interações como as que embasaram tal análise. Ainda assim, acreditamos que em famílias menos receptivas, e, sobretudo, naquelas em que a “questão

trans” for transformada em um tabu familiar; este nome igualmente aparecerá repleto de conteúdos inconscientes, mas que, por sua vez, emergirão do retorno do que se encontra recalçado na família (MACHADO, 2015). Assim, a “escolha familiar”, a qual nos referimos no título deste tópico, abarca não somente a inclusão prática da família na eleição do novo nome, mas igualmente a natureza inconsciente daquilo que é psiquicamente transmitido (Prado, 2003) nesta “escolha”.

Para a mãe e a filha da família², ambas com uma relação bastante próxima, a escolha do nome foi definida como uma experiência “quase mística”, gerando grande surpresa na família, sobretudo, nelas próprias. Tal ocorrido careceu, inclusive, de um sentido que foi fornecido pela religião da referida figura materna (espírita-cristã): “...tem muita coisa a ver com a espiritualidade né, a Marcela (nome fictício, para facilitar a compreensão), ela escolheu esse nome no Starbucks em São Paulo, com os amigos, e quando eu era criança eu ia me chamar Marcela, olha que coisa...”; e, complementada pela filha: “E eu não sabia disso, eu não sabia...”. Ao escutar o novo nome da filha, a mãe surpreendeu-se, pois, por pouco, ela própria não recebeu o mesmo nome quando criança. A referida mãe, que se auto referiu ao longo da entrevista como sendo a “porta voz da filha” desde criança (atualmente uma mulher trans de 32 anos, que, inclusive, pouco conseguiu falar ao longo entrevista), surpreendeu-se ao ver que, bem mais do que a voz, aquilo que não era dito, era igualmente compartilhado entre ambas.

Para além de uma escolha arbitrária, a reinvenção deste lugar simbólico de reconhecimento, o Nome, evidenciou-se como a reinvenção e a reelaboração dos projetos, das expectativas e das frustrações de todos os envolvidos, conscientemente ou não, nesta “escolha familiar”. Outrossim, o termo “escolha” parece não exprimir adequadamente o caráter complexo e embricado deste “auto batismo”. Como pontuado por Homem (2020): tratando-se do próprio nome, nós escolhemos ou somos escolhidos pelos significantes da nossa história? Ainda assim, respeitando a maneira como nossos entrevistados nomearam o próprio processo, mantivemos o termo “escolha” na discussão da presente categoria, ressaltando, no entanto, acerca das evidências de uma nomeação com vários agentes, incluindo a família, a história e a psicodinâmica familiar.

Igualmente, o medo associado à violência, seja esta de natureza física ou verbal, não é uma exclusividade da vivência transgênera (da própria pessoa trans e de seus familiares). Pelo contrário, representantes de todo o espectro LGBTQIA+ tendem, em algum momento da vida, a passarem por situações de violência, intimidação ou importunação em função de suas

respectivas orientações sexuais e/ou de gênero (NASCIMENTO, 2020). Concomitantemente, o medo relacionado às expectativas futuras, sobretudo no que tange a inserção no mercado formal de trabalho e a conquista de uma autonomia financeira e emocional, aflige, igualmente, os que ousam questionar os ditames normativos dos modos de ser e de amar, bem como os seus respectivos familiares (LANZ, 2017, LOMBARDI, 2017).

De antemão, ressaltamos que, diferentemente de outros eixos de análise já apresentados, o medo aqui abordado refere-se aos aspectos concretos das vidas em questão, resultando-se da antecipação de dados estatísticos que, ano após ano, mantém o Brasil no topo do deplorável ranking de países que mais assassinam transgêneros em todo o globo (RELATÓRIO TGEU, 2020, ANTRA, 2021). Na família 1, o medo associado à violência (contra o filho trans) foi apontado como um dos maiores medos desta mãe: “...medo da violência, porque isso aí é uma das coisas que eu mais tinha medo, que eu tenho medo...”. A indecisão acerca do tempo verbal utilizado, “tinha ou ter medo”, é sugestiva da situação social indefinida a qual nos referimos anteriormente.

Já na família 3, a quarentena imposta pela pandemia da COVID-19 permitiu, segundo a mãe, que a transição de seu filho ocorresse na segurança do espaço doméstico, preservando-o de possíveis ataques preconceituosos em função de uma imagem ainda em transição: “...como ele iria ser recebido, e por isso que eu achei muito interessante que fosse durante esse período que a gente estava, vamos dizer, ausentes fisicamente, para ele não sofrer esse impacto tão grande...”. Surpreendentemente, a única família que mencionou a atual pandemia, o fez numa associação positiva, relacionando-a à segurança do espaço doméstico imposta pelo confinamento sanitário. É somente num contexto de extrema ameaça aos corpos trans (NASCIMENTO, 2022), que uma pandemia global pode oferecer algum vislumbre de segurança. Como uma lupa lançada sobre as dinâmicas de cada família (HOMEM, 2020), a pandemia isolou pessoas que estavam próximas e, ao mesmo tempo, aproximou outras que estavam física e emocionalmente afastadas. Na família supracitada, a mãe inicialmente foi morar com o filho em função do contexto pandêmico, e acabou por participar ativamente do processo de transição.

Não menos concreto, o medo relacionado ao futuro profissional dos familiares após a transição encontra lastro no preconceito e na ausência de políticas inclusivas para este público (MOIRA, 2017). Neste contexto, o preconceito velado, aquele que ocorre sem uma agressão explícita, acaba por ser tão danoso, e preocupante, quanto o ódio declarado. Trata-se da engrenagem social operante na deslegitimação de vidas trans, negando-lhes o que há de mais

dignificante: um trabalho (LOMBARDI, 2017). Segundo o pai da família 2: “...o grande desafio hoje é a adaptação em termos de trabalho, que o povo apesar da televisão está explorando muito esse assunto..., mas eu acho que vai levar muito tempo ainda para ser aceito como algo normal...”. Como explorado ao longo do resgate histórico, e reiterado pela fala deste pai, apesar da crescente representatividade de pessoas trans na mídia e em outros espaços de validação social, o momento atual vislumbra-se em transição, um por vir em relação a comunidade transgênera, incluindo seus respectivos familiares. De acordo com Preciado (2020), a qualidade de vida de pessoas trans no cenário global não acompanhou a crescente visibilidade conquistada por este público.

A preocupação do pai supramencionado acerca das dificuldades de inserção social da filha trans (a menina possui duas irmãs cisgêneras devidamente empregadas) refletem as especificidades deste momento, bem como as suas respectivas afetações emocionais. Evidencia-se, ainda, a centralidade da família como espaço de acolhimento e de preparo para o futuro (PONCIANO, 2016). Ainda nas palavras deste pai: “...tem uma preocupação futura né, quando a gente não estiver aqui, como é que ela vai se virar, então a minha preocupação é ela se preparar agora e aproveitar que a gente está inteiro e vivo...”. Para quebrar a tensão, a mãe (a “porta voz” da família 2), lembrou-nos: “inteiro nem tanto né?”. Como em todo assunto delicado, uma dose de humor foi fundamental neste momento.

Todos estes receios constelaram as falas e a experiência emocional de nossos entrevistados. Tanto para os familiares quanto para as próprias pessoas transgêneras, tais medos, para além de comporem suas respectivas realidades emocionais, moldavam-lhes as opiniões e, eventualmente, os preconceitos acerca da transição de gênero na família. Em determinadas falas, a não receptividade na família foi associada aos medos acerca da violência e das dificuldades potencialmente enfrentadas a partir da transição, e não, como esperado, à transição de gênero em si.

Já a relevância atribuída à família extensa manifestou-se em suas valências positivas e negativas, por meio de uma gama de experiências localizadas ao longo deste contínuo. Sobre os aspectos negativos, nossos entrevistados relataram pouca receptividade de determinados integrantes de suas famílias extensas, que, por exemplo, insistiam em chamá-los pelo nome anterior à transição e negavam-se a fazer as adaptações pronominais esperadas. Apesar de já termos abordado as formas de tratamento e seus respectivos “deslizes” na família, a atribuição destes eventos à família extensa justificou a sua retomada neste ponto da discussão. A longo prazo, tais incidentes impediram a manutenção dos vínculos com estes familiares,

desdobrando-se no afastamento e, em casos extremos, na ruptura definitiva. Eventualmente, tais questões sucederam-se em conflitos internos na família nuclear, uma vez que havia divergência de opiniões em relação ao conflito instaurado. Na família 3, como uma profilaxia para estes conflitos, a mãe ofereceu-se para falar com cada integrante da família extensa: “a minha família é muito conservadora, que mora no Rio Grande do Norte... Inclusive eu resolvi falar para todo mundo que L estava passando pela transição para não causar um choque...”.

Já sobre os aspectos positivos, foram relatados surpreendentes episódios de apoio, de compreensão e de empatia vindos de familiares mais distantes na cadeia familiar. Eventualmente, um cônjuge de um familiar, um(a) cunhado (a), ou um “agregado” de outra natureza, atuou como um mediador entre os familiares conflitantes, justamente em função de um olhar diferenciado e distanciado da situação. Na família 1, o rapaz trans surpreendeu-se com o apoio vindo da cunhada: “...principalmente a esposa dele, que se ofereceu pra me ajudar, que me deu conselho... ficou um pouco mais do meu lado do que o resto da família...”. Além disso, em determinados casos, as gerações mais antigas, supostas de serem mais conservadoras, igualmente surpreenderam com receptividade e com acolhimento ao familiar trans. Segundo a mãe da família 3, o seu filho foi devidamente compreendido pela sua avó: “minha mãe sabe tem uma cabeça muito aberta, então para minha mãe isso não seria nenhum problema, mas para os meus irmãos seria diferente...”. A família extensa surpreende com apoio vindo de gerações mais antigas e partes da família “menos esclarecidas”. Ao mesmo tempo, há a frustração decorrente de familiares mais próximos geracionalmente que não oferecerem o apoio e a receptividade esperados.

Em outra situação, como na família 4, os familiares oriundos de uma cidade interiorana, igualmente supostos de serem menos receptivos em função de questões culturais, surpreenderam ao compreender de imediato a demanda imposta pela transição. Como explicitado, a família mais extensa apresentou-se como um fator relevante na condução e no desdobramento de uma transição experienciada em família. Em função quantidade de agentes envolvidos nesta trama, as possibilidades de respostas à família em transição foram plurais, oscilando entre a receptividade e a negação das demandas impostas pelo processo. Outrossim, a maneira como este grupo lidou com a transição desdobrou-se no enfraquecimento ou na restauração dos vínculos pré-estabelecidos. Por fim, os conflitos com a família extensa eventualmente resvalaram para a família nuclear, impondo a necessidade de negociação e de debate acerca do posicionamento a ser defendido.

A discussão da categoria a seguir origina-se de uma das perguntas componentes do questionário semiestruturado: “como foi para vocês a decisão de participar desta entrevista?”. Originalmente, pretendíamos investigar a disponibilidade dos diferentes integrantes do grupo para falar sobre a transição de gênero em família, e a dinâmica envolvida nesta tomada de decisão. Apesar disso, ao responderem a este questionamento, nossos entrevistados enfatizaram a importância social de contribuírem para a produção de um conhecimento ainda escasso, de difícil acesso e útil para eles próprios e para a comunidade. Na família 1, o questionamento supramencionado foi respondido pelo filho transgênero da seguinte maneira: “... é um assunto que eu gosto de discutir, eu gosto de falar, eu sempre converso com outras pessoas trans online... gente que tá se assumindo... gosto de ajudar e dar conselho... Dito isso, o presente tópico aborda as diferentes implicações apresentadas por nossos entrevistados na tomada de decisão que lhes permitiu participar desta pesquisa, com ênfase nos aspectos sociais desta participação.

Outrossim, tal categoria emergiu do engajamento de nossos entrevistados de ressaltarem a importância de ocuparem seus respectivos lugares de fala (RIBEIRO, 2019) e, igualmente, uma posição ativa na produção de um conhecimento acerca de suas próprias realidades. Além disso, praticamente todas as famílias manifestaram satisfação ao saberem que a pesquisadora era integrante da comunidade transgênera. Para além de uma mera identificação, nossos entrevistados sentiram-se representados em um espaço ainda pouco ocupado por pessoas transgêneras: o de pesquisadores científicos (NASCIMENTO, 2022). Para o rapaz trans da família 4, ser escutado por uma outra pessoa trans foi um diferencial deste encontro: “Eu já participei de muitos trabalhos que eram de pessoas cis (não trans) falando sobre a gente, sobre as nossas vivências, não é que invalida... cadê a galera trans falando da galera trans?... que bom que é uma mina trans falando sobre isso...” Além de sentir-se representado, nosso entrevistado destacou a potência inerente à ocupação dos espaços acadêmicos por pessoas transgêneras, e à produção de uma ciência que não fala, necessariamente, em terceira pessoa (DUNKER, 2019).

A relevância da existência de uma rede segura de apoio, que pode ou não ser composta por um grupo de semelhantes, no decorrer de suas jornadas pessoais, não consiste em exclusividade de pessoas em transição de gênero. Pelo contrário, representantes de todas as letras componentes da sigla LGBTQIA+, com frequência expressam a importância dos amigos mais próximos e da rede mais ampla nos diversos âmbitos da vida, sobretudo, nos momentos de crise (LANZ, 2017). Tal fato explica-se, inclusive, pela alta incidência, entre os

sexos/gêneros divergentes, de conflitos e, em casos extremos, de rupturas definitivas com o grupo familiar. Assim, a rede de amigos, e, neste caso, eventualmente o grupo de iguais (NASCIMENTO, 2022), torna-se igualmente uma referência familiar, um grupo coeso e unido pela marca social e simbólica da exclusão.

No caso específico de pessoas trans, e, sobretudo, àquelas que estão em franca transição de gênero, a rede parece assumir um papel especial em suas vidas, atuando tanto no fornecimento de uma rede segura de apoio e de suporte emocional, quanto fornecendo informações relevantes acerca do processo de transição, como contatos médicos, medicamentos, dentre outros (PRECIADO et al., 2020). Na família 3, dois amigos do rapaz em transição foram preponderantes neste processo: “...dois amigos meus transacionaram... foram dois grandes personagens nessa história porque além deles me inspirarem e encorajarem de transicionar numa cidade pequena... eles foram superabertos para conversar sobre tirar dúvidas...”; Para além da questão prática relacionada ao fornecimento de informações, os amigos desempenharam a relevante função de um modelo a ser seguido (NERY, 2011).

Nas entrevistas realizadas, no entanto, o grupo de iguais, frequentemente nomeado de “rede de apoio”, geralmente relacionou-se ao fornecimento de um espaço seguro para as primeiras expressões públicas da identidade trans ou, ainda, com o oferecimento de um suporte emocional e emergencial na ocasião da autorrevelação para a família. Na família 1, a autorrevelação do filho em transição condicionou-se ao estabelecimento da rede em questão: “o que eu fiz foi conversar com meus amigos, garantir que eu tenho apoio deles... no fim da história, no fim das contas, eu ainda tenho meus amigos com quem eu posso contar caso aconteça alguma coisa”. Como explicitado, o medo associado à ruptura com o grupo familiar e, em casos extremos, à expulsão sumária, condicionou o momento do *coming out* (PONCIANO, 2019) à existência desta rede segura. Para a mãe da família 2, a inserção em um grupo específico e a mudança na indumentária da filha foram indicadores do início deste processo: “...começou a mudar o tipo de roupa e tinha amigos que também estavam ainda indecisos quanto a sua orientação sexual, e orientação de gênero...”. Outrossim, sobretudo para pessoas ainda não assumidamente transgêneras, a rede social online e a rede de apoio parecem entrelaçarem-se numa rede comum, tendo em vista que, no ambiente virtual, fica mais facilitado e mais seguro o contato com os semelhantes. Em suma, a rede de apoio, seja ela online ou não, parece oferecer uma rede de proteção, tal como a utilizada por trapezistas iniciantes, e nas quais podemos, sem medo de cair, saltar nesta nova realidade.

Finalizamos a presente discussão com uma fala emblemática da família 4, pertencente a um rapaz trans que, de algum modo, parece ter lido o nosso trabalho, antes mesmo de sua elaboração: “A família passa por uma transição, assim como a pessoa com quem a gente se relaciona... é uma transição que fica invisível, que fica nas entrelinhas, das pessoas que estão ao nosso redor, seja amigos, família...”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Introduzimos este estudo aludindo à comparação estabelecida por Preciado (2020) entre a pessoa trans e o estrangeiro, ou o imigrante. Assim, seja na “Viagem Solitária” que intitula a autobiográfica de João Nery (2011), ou refugiando-se num “Apartamento em Urano”, como na obra de Paul B. Preciado (2020), dois homens trans de tempos e de espaços bastante distintos, a transição foi frequentemente simbolizada como a grande travessia a ser realizada. Já os transgêneros, assim como os imigrantes, encontram a frente o desafio de serem aceitos e reconhecidos numa terra estrangeira, repleta de desafios e de obstáculos a serem superados. Assim, nossa estudo-travessia partiu do ponto comum entre transgêneros e viajantes, evidenciando o caráter migratório, errante e vulnerável que ambos compartilham. A partir daí, evidenciamos aquilo que seria o grande objetivo desta investigação: convidar a família a embarcar nesta viagem, ou a reconhecer que sempre esteve nela.

Hoje, ao concluir as “anotações de bordo” deste longo percurso, percebemos que a família em transição configura, em si, uma viagem com muitos caminhos possíveis, mas somente um destino almejado: a transformação e a preservação do grupo familiar. Quando os recursos internos permitem, de fato a família “transita unida”, mas cada um em seu tempo e seguindo pelos caminhos que lhes são possíveis de percorrer. Os desencontros são garantidos, e certamente os viajantes precisarão de ajuda ao longo do caminho. Dito isso, esperamos que as contribuições aqui propostas sirvam eventualmente de mapa ou de bússola nas turbulentas jornadas de famílias em transição.

Em termos técnicos, concomitantemente à transição de gênero, isto é, aquela protagonizada pela pessoa trans, ocorrerá uma transição de natureza psicossocial, e pela qual toda família é impactada, individual e coletivamente, em múltiplos níveis. O trânsito familiar, ou seja, a dinâmica instaurada na família a partir da transição de um ou mais de seus integrantes, afetará integralmente o grupo a partir de momentos específicos, dos quais “luto e readoção psíquica”, confirmaram-se como etapas preponderantes e indispensáveis na compreensão do desenrolar de uma transição experienciada em família. No bojo deste estudo deparamo-nos com a intensidade e com a complexidade da experiência emocional de todos os envolvidos nesta complexa “trama transgênera”, e concluímos que, para além do impacto psicossocial, a transição evoca um verdadeiro “turbilhão emocional”, uma oscilante cadeia de sentimentos e de emoções potencialmente experienciadas por todos os integrantes da família.

Igualmente, os atravessamentos sociais, ou seja, os componentes externos ao núcleo familiar, apresentarem-se como peças relevantes na compreensão do funcionamento de uma família em transição. Nesta perspectiva, incluir a forma como o grupo familiar dialetiza com outros espaços sociais, como a família extensa, os violentos espaços urbanos, e até mesmo com a medicina especializada, mostrou-se relevante na compreensão da dinâmica instaurada a partir da transição de gênero na família. Em outras palavras, a compreensão do macro, em suas múltiplas variáveis, ofereceu-nos uma visão mais complexa dos microsistemas familiares.

Outrossim, compreender a “família em transição” como um grupo potencialmente enlutado, eventualmente alheio à própria condição, às voltas com uma adolescência tardia e em vias de readotar a identidade emergente deste processo, propiciará o desenvolvimento de estratégias clínicas e de práticas político-afirmativas que sejam afinadas com as especificidades deste grupo. Por fim, almejamos que possíveis integrantes de famílias em transição identifiquem-se com as ideias aqui propostas e, quem sabe, encontrem nelas algum auxílio e apoio no decorrer de suas jornadas pessoais.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, L. C. *Bombadeira*, 2007.

ALMEIDA, C. B. e V. de, AUGUSTO, V., *Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho* em São Paulo. *Revista Direito GV* [online]., v. 14, n. 2 ,2018.
<https://doi.org/10.1590/2317-6172201814>

ALVARENGA, L. L. de, & BITTENCOURT, M. T. G. F. de. (). *A delicada construção de um vínculo de filiação: o papel do psicólogo em processos de adoção*. *Pensando famílias*, 17(1), 41-53, 2013. Recuperado em 18 de julho de 2021, de
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100005&lng=pt&tlng=pt.

ANGONESE, M., & LAGO, M. C. D. S.. *Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica*. *Saúde e Sociedade*, 26, 256-270, 2017.

AQUINO, T. I. S., & MENDONÇA, C. M. C. (). *Políticas de vida e morte:: a redução do valor dos corpos e o aumento das precariedades humanas no primeiro ano de pandemia*. *Teoria e Cultura*, 17(1), 2022.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.

BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. 3ª edição/Editora Devires, 2017.

BORGES, C. de C., & MAGALHÃES, A. S.. *Transição para a vida adulta: autonomia e dependência na família*. *Psico*, 40(1) ,2009. Recuperado de
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistapsico/article/view/3993>

FÉRES-CARNEIRO, T. *Terapia familiar: das divergências às possibilidades de articulação dos diferentes enfoques*. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 16(1), 38-42, 1996. <https://doi.org/10.1590/S1414-98931996000100007>

CARTER, B., & MCGOLDRICK, M. *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*, 2001.

CARVALHO, E. R. *Eu quero viver de dia” : uma análise da inserção das transgêneros no mercado de trabalho*. *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, 7, 1-8, 2006.

CAVALCANTI*, A. K. S., Samczuk*, M. L., & Bonfim**, T. E. *O conceito psicanalítico do luto: uma perspectiva a partir de Freud e Klein*. *Psicólogo informacao*, 17(17), 87-105, 2013. Recuperado em 08 de janeiro de 2021, de
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092013000200007&lng=pt&tlng=pt.

CAVALCANTI, C., BARBOSA, R. B., & Bicalho, P. P. G.. *Os tentáculos da tarântula: Abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização. Psicologia: Ciência e Profissão*, 38, 175-191, 2018. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212043>

COSSI, R. K. *Stoller e a psicanálise: da identidade de gênero ao semblante lacaniano. Estudos de Psicanálise*, (49), 31-43, 2018. Recuperado em 08 de janeiro de 2021, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372018000100003&lng=pt&tlng=pt.

DE CAMARGO, H. W., & MENDONÇA, J. A.. *Mito, mídia e formação sociocultural-Um olhar sobre o personagem transgênero em Sense8. Revista Linhas*, 17(34), 149-17, 2016. Recuperado de <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723817342016149>

DUNKER, C. *O palhaço e o psicanalista: como escutar os outros pode transformar vidas. São Paulo – Planeta do Brasil*, 2019.

FEIJOO, A. M. L. C. de *. *Dor, sofrimento e escuta clínica. Arquivos do IPUB*, v. 1, n. 1, p. 22-34, jan./abr. 2019, 2019. <https://www.ipub.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/04/v1n1a03.pdf>

FÉRES-CARNEIRO, T., & PONCIANO, E. L. T.. Articulando diferentes enfoques teóricos na terapia familiar. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 39(3),439-448., 2005. [fecha de Consulta 18 de Julio de 2021]. ISSN: 0034-9690. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28439314>

FREUD, S. *Luto e Melancolia*, Edição Standard Brasileiras das Obras Completas de Sigmund Freud, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1917 [1915]/1974.

GATO, J., & FONTAINE, A. M. Impacto da orientação sexual e do gênero na parentalidade: Uma revisão dos estudos empíricos com famílias homoparentais, 2011. *Revista Ex-Aequo*, 23, 83-89.

GOLEMAN, D. *O cérebro e a inteligência emocional: Novas perspectivas. Tradução Carlos Leite da silva. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Objetiva*, 2012.

GOMES, I. C., & LEVY, L. *Psicanálise de família e casal: principais referenciais teóricos e perspectivas brasileiras. Aletheia*, (29), 151-160, 2009. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115012533013>

GORIN, M. C., MELLO R., MACHADO, R. N., & Féres-Carneiro, T. *O estatuto contemporâneo da parentalidade. Revista da SPAGESP*, 16(2), 3-15, 2015. Recuperado em 08 de janeiro de 2021, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000200002&lng=pt&tlng=pt.

HOMEM, M. *Coisa de menina?* Papyrus, 2019.

HOMEM, M. *Lupa da alma: Quarentena-revelação. Todavia*, 2020.

JANINI, J., Santos, R., VARGENS, O., & ARAÚJO, L. *A medicalização e patologização na perspectiva das mulheres transexuais: acessibilidade ou exclusão social*, Revista Enfermagem UERJ, 25, e29009, 2017. doi: <https://doi.org/10.12957/reuerj.2017.29009>

JORGE, M. A. C.; TRAVASSOS, N. P. *Transexualidade: o corpo entre o sujeito e a ciência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2018.

KÜBLER-ROSS, E. *Sobre a morte e o morrer: O que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes*. WWF Martins Fontes, 1926-2015.

LANZ, L. *Ser uma pessoa transgênera é ser um não-ser*. Revista Periódicus, 1(5), 205-220, 2016.

LANZ, L. *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros*. Curitiba: Movimento Trans-gente, 2ª edição, 2017.

LOMBARDI, w., & GOMES, I. G. D. C.. *Direito fundamental ao trabalho digno: a inserção de transgêneros no mercado de trabalho formal*, 2017. <http://rdu.unicesumar.edu.br/handle/123456789/1428>

MACHADO, R. N., Féres-carneiro, T., & Magalhães, A. S. *Parentalidade Adotiva: Contextualizando a Escolha*. Psico, 46(4), 442- 451, 2015. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2015.4.19862>

MEAD, M., Boas, F., & YOFFE, E. D.. *Adolescência y cultura en Samoa* (pp. 180-219). Paidós, 1961.

MONICA, E. F.. *Sentidos de contrassexualidade e tecnologias corporais nos diálogos de'Bombadeira'e'Protagonismo Trans*. Gragoatá, 23(47), 822-847, 2018. <https://doi.org/10.22409/gragoata.2018n47a33605>

MORIN, E.) *Introdução ao Pensamento Complexo*. Tradução do francês: Eliane Lisboa - Porto Alegre: Ed. Sulina, 2005.

NARVAZ, M. G., & Koller, S. H. *Feminismo e terapia: a terapia feminista da família - por uma psicologia comprometida*. Psicologia Clínica, 19(2), 117-131, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652007000200009>

NERY, J. W. *Viagem Solitária - Memórias de um transexual trinta anos depois*. São Paulo: Editora Leya, 2011.

NUNES, T. N.. *Minha criança trans? Relato de uma mãe ao descobrir que o amor não tem gênero / 1ª ed.* – Curitiba – Camila Cassins Jordão, 2020.

POMBO, M. F. (). *Família, filiação, parentalidade: novos arranjos, novas questões*. Psicologia USP, 30, 2019.

PONCIANO, E. L. T.) *História da terapia de família: De Palo Alto ao Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado, Departamento da psicologia, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 1999.

PRECIADO, P. B. *Um apartamento em Urano: Crônicas da Travessia* / Tradução: Eliane Aguiar; prefácio Virginie Despentes. – 1ª edição – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

QUINTELA, H.. *Mulheres possíveis: a construção social da mulher nas experiências da transexualidade*. Teoria e Cultura. 13, 2018. 10.34019/2318-101X.2018.v13.12399. <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2018.v13.12399>

RAPIZO, R. *Terapia sistêmica de família da instrução à construção*, NOOS, 2002.

RIBEIRO, D. *Pequeno manual antirracista*. Companhia das letras, 2019.

RIBEIRO, D. *Lugar de fala*. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

SANTOS, M. D. F. L. *A construção do dispositivo da transexualidade: saberes, tessituras e singularidades nas experiências trans*, 2010.

SANTOS, M. A. dos, & Gomes, W. B. *Self dialógico: teoria e pesquisa*. *Psicologia em Estudo*, 15(2), 353-361, 2010. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722010000200014>

SIEGEL, D.. *Cérebro do Adolescente: O grande potencial, a coragem e a criatividade da mente dos 12 aos 24 anos*. NVersos, 2021.

STONA, J.O *cis no divã*. 1ª edição/ Salvador- BA. Editora Devires, 2021

ANEXO A TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), do estudo/pesquisa intitulado “Família em transição: a inclusão da família na compreensão da transição de gênero”, conduzida por Renata Gonçalves Roma. Este estudo tem por objetivo investigar a participação da família na transição de gênero, propondo uma abordagem mais complexa e inclusiva do grupo familiar neste processo. Você foi selecionado(a) por ser membro de uma família em que um ou mais integrantes são transgêneros. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

Como risco previsto, destacamos a possibilidade de os participantes sentirem-se constrangidos no decorrer das entrevistas, que por sua vez poderão ser interrompidas em qualquer momento do processo, como explicitado no presente termo de consentimento livre e esclarecido. Como benefício, o presente estudo possui relevância psicossocial, pois atua no reconhecimento e legitimação da experiência emocional, geralmente invisibilizada, dos familiares de pessoas trans.

Sua participação na pesquisa não é remunerada nem implicará em gastos para os participantes. Sua participação nesta pesquisa consistirá em conceder uma entrevista acerca dos temas que serão investigados, e que ocorrerá remotamente utilizando a plataforma zoom de reuniões, utilizando vídeo e áudio. Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. Além disso, a entrevista será gravada para posterior transcrição. O pesquisador responsável se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada e sem qualquer identificação de indivíduos participantes.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da pesquisa. Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento. Contatos do pesquisador responsável: Renata Gonçalves Roma, mestranda do PPGPS – UERJ, renata.roma@hotmail.com, telefone: (21) 99496-4277.

Rubrica do participante

Rubrica do pesquisador

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3018, bloco E, 3º andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, e-mail: coep@sr2.uerj.br - Telefone: (021) 2334-2180. O CEP COEP é responsável por garantir a proteção dos participantes de pesquisa e funciona às segundas, quartas e sextas-feiras, de 10h às 12h e 14h às 16h.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____. Nome do(a) participante:
 _____ Assinatura: _____ Nome do(a)
 pesquisador: _____ Assinatura: _____